

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	13
1.10 Informações de sociedade de economia mista	16
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	17
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	18
1.13 Acordos de acionistas	19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	21
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	23
2.2 Resultados operacional e financeiro	46
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	50
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	52
2.5 Medições não contábeis	56
2.6 Eventos subsequentes as DFs	57
2.7 Destinação de resultados	58
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	63
2.10 Planos de negócios	64
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	66
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	67
3.2 Acompanhamento das projeções	68

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	69
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	106
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	111
4.4 Processos não sigilosos relevantes	114
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	120
4.6 Processos sigilosos relevantes	121
4.7 Outras contingências relevantes	122
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	123
5.2 Descrição dos controles internos	124
5.3 Programa de integridade	127
5.4 Alterações significativas	131
5.5 Outras informações relevantes	132
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	133
6.3 Distribuição de capital	135
6.4 Participação em sociedades	136
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	137
6.6 Outras informações relevantes	138
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	140
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	142
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	143
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	144
7.4 Composição dos comitês	152
7.5 Relações familiares	159
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	160
7.7 Acordos/seguros de administradores	161
7.8 Outras informações relevantes	162
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	163

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	164
8.3 Remuneração variável	168
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	169
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	170
8.6 Outorga de opções de compra de ações	171
8.7 Opções em aberto	172
8.8 Opções exercidas e ações entregues	173
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	174
8.10 Outorga de ações	175
8.11 Ações entregues	176
8.12 Precificação das ações/opções	177
8.13 Participações detidas por órgão	178
8.14 Planos de previdência	179
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	180
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	181
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	182
8.18 Remuneração - Outras funções	184
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	185
8.20 Outras informações relevantes	186
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	187
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	189
9.4 Outras informações relevantes	190
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	191
10.2 Alterações relevantes	192
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	193
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	194
10.5 Outras informações relevantes	195
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	196

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	197
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	205
11.3 Outras informações relevantes	215
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	216
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	218
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	219
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	222
12.5 Mercados de negociação no Brasil	223
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	224
12.7 Títulos emitidos no exterior	225
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	226
12.9 Outras informações relevantes	227
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	228
13.1 Declaração do diretor presidente	229
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	231
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	233

## 1.1 Histórico do emissor

### 1.1.1 - Histórico do emissor

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI", "CLI Norte" ou "Companhia") foi fundada em 2011 como subsidiária da CGG Trading S.A. ("CGG"), com o propósito de desenvolver e implementar projetos de infraestrutura logística para atender às atividades de exportação na região norte do Brasil.

A partir de 2012, a CGG passou a operar no Porto de Itaqui, fornecendo soja, milho e farelo de soja para as principais tradings de grãos do mundo, mediante a celebração do "Contrato nº 010/2012-EMAP" celebrado em 2 de fevereiro de 2012 ("Contrato de Arrendamento"), pelo prazo de 25 anos, com a possibilidade de renovação por mais 25 anos. À época, o Porto de Itaqui era administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária ("EMAP").

Em 15 de outubro de 2012, a CGG cedeu para a Companhia a sua posição contratual no Contrato de Arrendamento, por meio da assinatura do "Termo Aditivo nº 010/2012/01-EMAP".

Em 2015, foi inaugurado o Terminal de Grãos do Maranhão ("TEGRAM"), é uma das maiores obras de infraestrutura para a exportação da safra brasileira de grãos<sup>1</sup> e inclui acesso ferroviário, estação de descarga, ponte de correia transportadora, *shiploader* e berço como instalações compartilhadas. Por consequência, o Porto de Itaqui passou a receber um maior volume de exportação de grãos, trazendo oportunidades para o mercado de fertilizantes no caminho de volta para o interior do Brasil.

Nesse contexto, a Companhia passou a operar um dos quatro terminais que compõem o TEGRAM, possuindo armazém próprio de grãos, escritório administrativo e um sistema de recebimento rodoviário de carga. A capacidade estática de armazenamento do terminal da CLI no TEGRAM é de 125 mil toneladas e 4,7 milhões de toneladas/ano de capacidade de elevação.

Atualmente, o TEGRAM representa a rota de exportação mais competitiva do país para grãos originados no Maranhão, Tocantins, Piauí, noroeste da Bahia e nordeste do Mato Grosso.

Em 23 de dezembro de 2020, o PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior e o SOPP INFRA I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("PE SOPP" e "SOPP INFRA I") adquiriram a totalidade das ações de emissão da Companhia, a qual foi aprovada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") em reunião ordinária da Diretoria Colegiada em 17 de dezembro de 2020.

---

<sup>1</sup> <https://www.portodoitaqui.com/imprensa/noticia/governo-do-maranhao-e-tegram-anunciam-segunda-fase>

## 1.1 Histórico do emissor

Em 2022, o Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Brasil Terminais") tornou-se sócio do PE SOPP e do SOPP INFRA I adquirindo 50% da CLI Norte e passando a ser co-controladora da Companhia. Os recursos aportados pela Brasil Terminais permitiram à CLI Norte, por sua vez, adquirir 80% de participação societária detida pela Rumo S.A. na Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), como forma de expansão das suas atividades para o Porto de Santos.

Para viabilizar a aquisição da EPSA, a Companhia adquiriu a CLI Sul S.A. ("CLI Sul") em 24 de junho de 2022. A aquisição de 80% (oitenta por cento) da EPSA foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 15 de agosto de 2022.

A EPSA é arrendatária da área SSZ-29 (contrato PRES/05.96 com a Santos Port Authority, que anteriormente compreendia separadamente os terminais nº 16 e 19), celebrado em 7 de março de 1996, o qual estará vigente até 2036. A EPSA é responsável por embarcar açúcar, milho e soja produzidos em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

Atualmente, a Companhia possui sua sede na capital do estado de São Paulo e tem como objeto social o exercício das seguintes atividades: **(a)** exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; **(b)** serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; **(c)** serviços auxiliares ao transporte de cargas em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); **(d)** agenciamento marítimo e operador portuário; **(e)** serviços de depósito; **(f)** logística de depósito; **(g)** consultoria de transportes em geral, **(h)** comércio atacadista de soja, milho e trigo; **(i)** constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao objeto da Sociedade; e **(j)** administração de bens próprios.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

#### Visão Geral

A CLI é dona de ativos operacionais responsáveis pela recepção, armazenagem e embarque de granéis vegetais sólidos, com capacidade de elevação combinada de mais de 20 milhões de toneladas, equivalente a mais de 10% do volume exportado pelo Brasil no ano de 2022.

Com expertise, inovação e excelência operacional, a CLI oferece um serviço flexível e de alta qualidade que ajuda as tradings a serem mais competitivas, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Assim, a CLI é uma empresa estratégica para o escoamento da produção agrícola dentro da área de influência, sendo reconhecida pelos clientes pela forte e versátil capacidade operacional e seus elevados níveis de serviços.

A CLI detém 25% do TEGRAM, terminal de exportação de granéis vegetais sólidos localizado no Porto de Itaqui, no estado do Maranhão. Essa participação foi estabelecida na forma de um consórcio em 2012 por meio do qual cada consorciada tornou-se arrendatária, pelo prazo de 25 anos, de partes iguais de 25% do TEGRAM. As quatro concessionárias são: CLI, Viterra (denominada anteriormente Glencore), Nova Agri (Toyota/CHS) e um grupo formado por Louis Dreyfus Commodities, Amaggi e Zen-Noh. O TEGRAM, atualmente, é responsável pela elevação de, aproximadamente, 14 milhões de toneladas por ano, cerca de 10% do mercado nacional.

Além do consórcio, que mantém o relacionamento com a EMAP, as arrendatárias criaram uma companhia denominada TEGRAM Operações Portuárias S.A. ("TOPSA"), cujo capital social é detido em partes iguais pelas consorciadas e que é responsável pela operação e administração das instalações comuns do terminal.

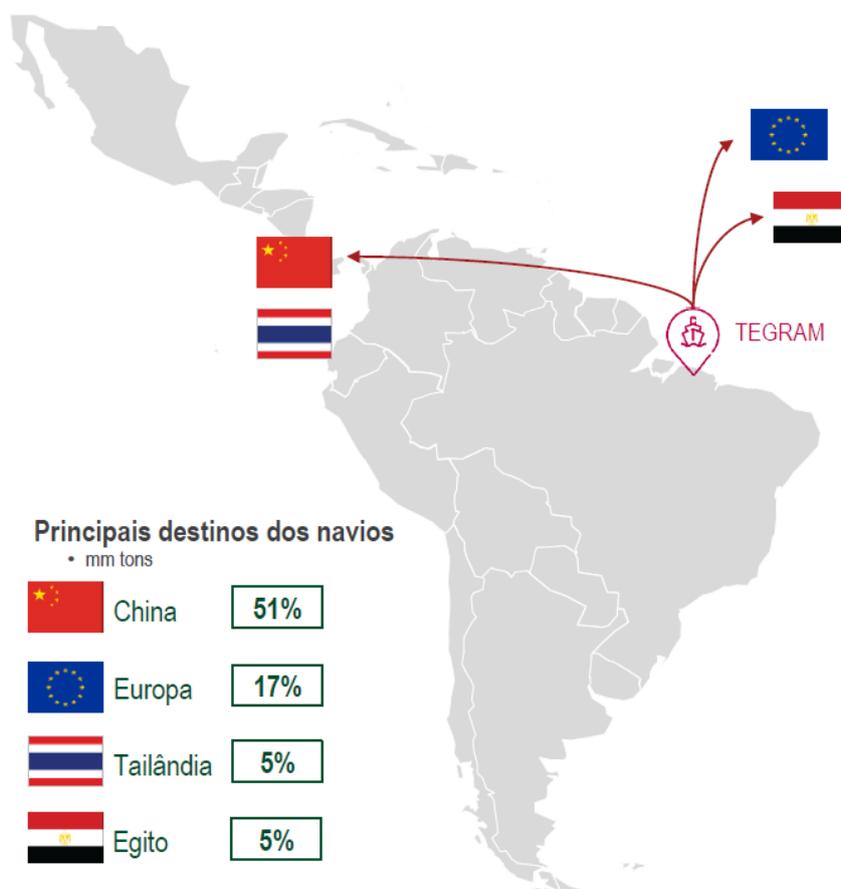
Cada consorciada construiu e opera o próprio armazém, conforme a imagem abaixo. Cada armazém possui a mesma capacidade estática de 125 mil toneladas com layout de armazenagem próprio. Além do controle da armazenagem, também é responsabilidade do consorciado a operação de recepção rodoviária de grãos do seu armazém. Já o processo de recepção ferroviária e embarque de granéis no navio é responsabilidade da TOPSA com interface com o consorciado responsável pela carga.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



**Fonte:** TEGRAM.

O TEGRAM é conhecido por favorecer a exportação de soja, milho e farelo de soja, produzidos nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (MATOPIBA), os quais são exportados, majoritariamente, para a China, a qual é responsável por 51% das exportações, seguida da Europa, que é responsável por 17%.



**Fonte:** TEGRAM (2021).

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No Porto de Santos, a CLI Sul S.A., controlada da Companhia, por sua vez controladora da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), é um dos 11 operadores de terminais de graneis sólidos vegetais do porto organizado. Esta é responsável por embarcar açúcar, milho e soja produzidos em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e Minas Gerais.

A EPSA é responsável pela operação da área SSZ-29 com 11 armazéns, 11 moegas (5 ferroviárias e 6 rodoviárias) e 3 carregadores de navios (antigamente conhecidos como terminais T16 e T19). A Companhia tem atualmente uma capacidade de elevação de 16 milhões de toneladas/ano e mais de 500 mil toneladas de capacidade de armazenamento estático, tornando a EPSA o maior terminal portuário de graneis vegetais sólidos de único operador independente.

Assim como no TEGRAM, para acompanhar o crescimento das exportações de grãos no Brasil, a EPSA prevê novos investimentos para ampliação de capacidade com novas instalações e equipamentos para aumento de produtividade do terminal. Essa expansão deverá ampliar a capacidade de elevação para 18 milhões de toneladas por ano até 2030.

### **Principais Indicadores Financeiros:**

A tabela a seguir mostra a evolução dos destaques financeiros do período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 (saldos consolidados), 2021 e 2020:

<i>(em milhares de reais)</i>	<b>Período de 3 (três) meses findo em 31 de março de</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
EBITDA <sup>(1)</sup>	56.620	174.915	43.269	63.768
Receita Líquida	148.075	264.687	124.994	106.516
<b>Margem EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>38,24%</b>	<b>66,08%</b>	<b>34,62%</b>	<b>59,87%</b>
Dívida Bruta Ajustada <sup>(3)</sup>	1.479.687	1.417.742	671.052	625.231
Dívida Líquida Ajustada <sup>(4)</sup>	931.390	853.895	633.741	575.486
<b>Dívida Líquida Ajustada / EBITDA</b>	<b>16,45</b>	<b>4,88</b>	<b>14,65</b>	<b>9,02</b>

<sup>(1)</sup> O "EBITDA" (earnings before interest, tax, depreciation and amortization), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras.

<sup>(2)</sup> A Margem EBITDA refere-se ao percentual do EBITDA sobre a Receita Líquida da Companhia.

<sup>(3)</sup> A Dívida Bruta Ajustada refere-se à soma de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos (circulante e não circulante). O conceito de Dívida Bruta Ajustada ora apresentado, diferentemente do constante nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e nas informações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, inclui os passivos de arrendamento (circulante e não circulante).

<sup>(4)</sup> A Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil representada pela Dívida Bruta Ajustada menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida Ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

## 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

### 1.3. - Informações relacionadas aos segmentos operacionais

**a) *Produtos e serviços comercializados:***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) *Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor:***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) *lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor:***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### 1.4. - Produção/Comercialização/Mercados

#### **a) Características do processo de produção**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **b) Características do processo de distribuição**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **c) Características dos mercados de atuação, em especial:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **d) Eventual sazonalidade**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **e) Principais insumos e matérias primas, informando:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 1.5 Principais clientes

### 1.5. - Principais clientes

#### **a) *montante total de receitas provenientes do cliente***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **b) *segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### 1.6. - Efeitos relevantes da regulação estatal

**a) *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) *principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) *dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**d) *contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:***

*(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

*(ii) em favor de partidos políticos*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de partidos políticos.

*(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos*

## **1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

### 1.7. - Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

**a) *receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) *receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

### **1.8. - Efeitos da Regulação Estrangeira**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1.9. - Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

**a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

**b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

**c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

**d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

**e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

**f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

**h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança.

**i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

*(i) a não divulgação de informações ASG*

A Companhia não divulga informações de ASG por meio de relatórios anuais ou documentos específicos, tendo em vista a novidade do tema, para o qual se encontra em fase de organização interna para produção do relatório nos padrões exigidos.

*(ii) a não adoção de matriz de materialidade*

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança, pelas razões descritas no item "i" acima.

*(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG*

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança, pelas razões descritas no item "i" acima.

*(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas*

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança, pelas razões descritas no item "i" acima.

*(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas*

A Companhia não divulga um relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança, pelas razões descritas no item "i" acima.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

*(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa*

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, tendo em vista que pretende divulgá-los em conjunto com o relatório integrado, uma vez que esteja organizada internamente para tal.

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

### **1.10. - Informações de sociedade de economia mista**

#### **Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

### **1.11. - Aquisição ou alienação de ativo relevante**

Não aplicável, considerando que no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos últimos três exercícios sociais a Companhia não realizou operações que não se enquadrem como normais em seus negócios.

**1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital****1.12. - Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

<b>Operação</b>	Aumento de capital
<b>Descrição</b>	Aumento de capital no valor de R\$96.520.000,00 (noventa e seis milhões, quinhentos e vinte mil reais), em decorrência do exercício do bônus de subscrição nº 1 pela Nova CLI Participações S.A. Com esse exercício, o capital social da Companhia passou a ser de R\$210.822.318,00, divididos em 123.826.009 ações ordinárias.
<b>Documentos em que mais informações possam ser encontradas</b>	Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2020.

<b>Operação</b>	Incorporação
<b>Descrição</b>	Incorporação, pela Companhia, da Nova CLI Participações S.A., levando à sua extinção.
<b>Documentos em que mais informações possam ser encontradas</b>	Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2021.

<b>Operação</b>	Aumento de capital
<b>Descrição</b>	<p>Aumento de capital no valor de R\$556.378.865,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), mediante a emissão de 123.826.009 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e vinte e seis mil e nove) ações ordinárias, sendo R\$1,00 (um real) destinado à conta de capital social e o restante, no valor de R\$556.378.864,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais) destinados à conta de reserva de capital.</p> <p>Aumento de capital no valor de R\$505.782.135,00 (quinhentos e cinco milhões, setecentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e cinco reais), mediante a emissão de 11.239.603 (onze milhões, duzentas e trinta e nove mil, seiscentos e três) ações preferenciais, no valor de R\$45,00 (quarenta e cinco reais).</p>
<b>Documentos em que mais informações possam ser encontradas</b>	Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2022.

## 1.13 Acordos de acionistas

### 1.13. - Acordos de acionistas

<b>Operação</b>	Celebração de Acordo de Acionistas
<b>Identificação do Acordo de Acionistas</b>	PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior, SOPP Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
<b>Data</b>	14/11/2022
<b>Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas</b>	Acordo de Acionistas da Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

### **1.14. - Alterações significativas na condução dos negócios**

No período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

## 1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

### **1.15. - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

No período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas. Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, veja o item "1.12. Operações societárias/Aumento ou redução de capital" deste Formulário de Referência.

## **1.16 Outras informações relevantes**

### **1.16. - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

#### **Introdução**

As informações financeiras contidas neste item "2. *Comentários dos Diretores*" são derivadas das informações financeiras intermediárias trimestrais revisadas relativas aos períodos de 3 (três) meses findos em 31 de março de 2023 e de 2022 e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item "2. *Comentários dos Diretores*", exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada direta CLI SUL S.A. ("CLI SUL"), que por sua vez detém o controle da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA").

Durante o exercício de 2021, a CLI Sul era uma empresa dormente que não era controlada pela Companhia. No exercício de 2022 foi adquirida pela Companhia por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da EPSA, de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

A Companhia assumiu indiretamente o controle da EPSA a partir de 14 de novembro de 2022, data de aquisição de 80% da participação acionária na controlada indireta, entidade anteriormente controlada pela Rumo S.A., que operava e controlava os terminais T16 e T19 no Porto de Santos.

Conforme declarado anteriormente, a Companhia adquiriu a CLI Sul durante o exercício de 2022. A CLI Sul, por sua vez, conclui a aquisição da EPSA em novembro de 2022 (nota explicativa 2.6 - informações financeiras intermediárias trimestrais revisadas relativas aos períodos de 3 (três) meses findos em 31 de março de 2023). Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controladora e a Controlada são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações financeiras intermediárias trimestrais para os períodos de 3 (três) meses findos em 31 de março de 2023 e 2022 foram revisadas em conformidade com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 102, de 20 de maio de 2022, que aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), que trata de demonstração intermediária e a IAS 34 emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM, e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo IASB.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar os períodos de 3 (três) meses findos em 31 de março de 2023 e 2022, bem como as demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às informações financeiras intermediárias da controladora para o período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e às demonstrações financeiras da controladora para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e consolidadas referente ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas completas e suas respectivas notas explicativas.

### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Estrutura financeira e patrimonial:

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de	Em 31 de dezembro de		
	março de	2022	2021	2020
	<b>2023</b>			
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo circulante)	86.605	35.612	44.091	14.208
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo não circulante)	1.188.893	1.188.270	545.141	545.804
Passivos de arrendamentos (circulante)	28.711	27.463	26.494	9.965
Passivos de arrendamentos (não circulante)	175.478	166.397	55.326	55.254
<b>Dívida Bruta Ajustada <sup>(1)</sup></b>	<b>1.479.687</b>	<b>1.417.742</b>	<b>671.052</b>	<b>625.231</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	548.297	563.847	37.311	49.745
<b>Dívida Líquida Ajustada <sup>(2)</sup></b>	<b>931.390</b>	<b>853.895</b>	<b>633.741</b>	<b>575.486</b>
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(81.324)	8.998	(61.143)	(7.718)
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	7.569	23.977	5.840	3.148
(+) Resultado Financeiro líquido	77.424	82.886	55.697	56.236
(+) Depreciação e amortização	52.951	59.054	42.875	12.102
EBITDA <sup>(3)</sup>	56.620	174.915	43.269	63.768
<b>Dívida Líquida Ajustada / EBITDA</b>	<b>16,45</b>	<b>4,88</b>	<b>14,65</b>	<b>9,02</b>
Patrimônio líquido	988.813	1.070.137	165.041	317.291
<b>Dívida Líquida Ajustada / Patrimônio Líquido</b>	<b>0,94</b>	<b>0,80</b>	<b>3,84</b>	<b>1,81</b>

<sup>(1)</sup> A Dívida Bruta Ajustada refere-se à soma de empréstimos, financiamentos, debêntures e de passivos de arrendamentos (circulante e não circulante). O conceito de Dívida Bruta Ajustada ora apresentado, diferentemente do constante nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e nas informações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, inclui os passivos de arrendamento (circulante e não circulante).

<sup>(2)</sup> A Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil representada pela Dívida Bruta Ajustada menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida Ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

<sup>(3)</sup> O "EBITDA" (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, conciliada com suas demonstrações financeiras.

Os diretores acreditam que a Companhia apresenta planos e resultados consistentes, conforme divulgação dos resultados obtidos nos últimos exercícios sociais.

### b) Estrutura de capital

Em 31 de março de 2023, o capital social da Companhia era de R\$716.604, considerando a condição de resgate, as ações preferenciais foram classificadas como passivo financeiro, sendo reclassificadas subsequentemente como capital social caso o detentor da ação utilize seu direito de conversão em ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, dividido em **(a)** 247.652.018 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e **(b)** 11.239.603 ações preferenciais, com valor nominal de R\$45,00 (quarenta e cinco reais). Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.330.690	2.271.477	706.897	708.318
Capital próprio (patrimônio líquido)	988.813	1.070.137	165.041	317.291
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>3.319.503</b>	<b>3.341.614</b>	<b>871.938</b>	<b>1.025.609</b>
Parcela de capital de terceiros	70,21%	67,98%	81,07%	69,06%
Parcela de capital próprio	29,79%	32,02%	18,93%	30,94%

No último trimestre, a Companhia apresentou uma diminuição na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital por conta do prejuízo acumulado do período.

No último ano, a Companhia apresentou um aumento na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, com aumento significativo do endividamento líquido, principalmente em razão de emissão de debentures para expansão e crescimento da Companhia e de suas operações.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação dívida líquida ajustada sobre patrimônio líquido, conforme demonstrado no item 2.1(b) acima, continua em nível que acreditam confortável, sobretudo observando empresas comparáveis do setor.

Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

### c) **Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Tendo em vista o perfil da estrutura de capital da Companhia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter condições suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, sendo esta visão embasada pelas informações setoriais e macroeconômicas atualmente disponíveis. A Diretoria acredita que a Companhia tem capacidade para contrair empréstimos para financiar seus investimentos e capital de giro atuais com instituições financeiras, conforme já tem efetuado nos últimos anos. A tabela a seguir mostra a evolução do índice de liquidez corrente da Companhia:

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021	2020
Ativo Circulante	652.773	647.712	44.920	63.853
Passivo Circulante	240.717	225.264	84.840	77.931
<b>Liquidez corrente <sup>(1)</sup></b>	<b>2,71</b>	<b>2,88</b>	<b>0,53</b>	<b>0,82</b>

<sup>(1)</sup> O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Além disso, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia. Caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

Além disso, a Companhia controla as suas necessidades de capital e liquidez por meio do monitoramento da correlação entre a dívida líquida ajustada e o patrimônio líquido. A Administração da Companhia busca manter uma posição de dívida líquida ajustada/patrimônio líquido adequada, visando assegurar que a Companhia tenha capacidade de honrar seus compromissos financeiros associados aos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, com vencimento durante os doze meses subsequentes.

Em 31 de março de 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$548.297, o passivo circulante totalizava R\$240.717, e levando em conta que o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 totalizou R\$1.363, os diretores acreditam que a Companhia possui a liquidez e a capacidade de geração de caixa suficiente para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses.

Adicionalmente, considerando que, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$563.847, o passivo circulante totalizava R\$225.264, e levando em conta que o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$74.784, os diretores acreditam que a Companhia possui a liquidez e a capacidade de geração de caixa suficiente para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$37.311, o passivo circulante totalizava R\$84.840, e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$20.884.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$49.745, o passivo circulante totalizava R\$77.931, e o caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$575.688.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas***

No exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: **(i)** fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e **(ii)** endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: **(i)** operação de negócios; **(ii)** desembolso de capital; e **(iii)** exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### ***e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

### ***f) Níveis de endividamento e características das dívidas:***

Em 31 de março de 2023, o saldo total de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$1.479.687, enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$548.297.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$1.417.742; enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$563.847. No mesmo período, 97% da dívida bruta ajustada tinha perfil de longo prazo, comparado a 93% em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos (circulante e não circulante) era de R\$671.052; enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$37.311. No mesmo período, 93% da dívida bruta ajustada tinha perfil de longo prazo, comparado a 97% em 31 de dezembro de 2020.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de	
	2023	2022	2021	2020
(R\$ milhares, exceto %)				
<b>Dívida Bruta Ajustada</b> <sup>(1)</sup>	<b>1.479.687</b>	<b>1.417.742</b>	<b>671.052</b>	<b>625.231</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	548.297	563.847	37.311	49.745
<b>Dívida Líquida Ajustada</b> <sup>(2)</sup>	<b>931.390</b>	<b>853.895</b>	<b>633.741</b>	<b>575.486</b>

<sup>(1)</sup> A Dívida Bruta Ajustada refere-se à soma de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos (circulante e não circulante).

<sup>(2)</sup> A Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil representada pela Dívida Bruta Ajustada menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida Ajustada de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida Ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Os diretores da Companhia acreditam que o perfil da dívida é confortável face seus compromissos e geração de caixa, e que ela está preparada e tem a capacidade de obter novos recursos no mercado se necessário.

### (i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais):

Modalidade	Taxa de juros (%)	Controladora	Consolidado
		31/03/2023	31/03/2023
Debênture (a)/(ii) e (iii)	CDI + 3,50%/CDI + 3,20% a.a.	446.797	1.296.898
Custos de transação		(9.123)	(21.400)
Total		437.674	1.275.498
<b>Circulante</b>		<b>29.934</b>	<b>86.605</b>
<b>Não circulante</b>		<b>407.740</b>	<b>1.188.893</b>

Modalidade	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Empréstimos em Reais	3,53% a. a. / CDI + 2,50% a.a.	-	284.942	-
Debênture (a)/(i)	CDI+5,00% a.a.	-	44.444	-
Empréstimos em Dólar	Libor semestral + 3,25% a. a.	-	272.218	-
Debênture (a)/(ii) e (iii)	CDI + 3,50%/CDI + 3,20% a.a.	429.025	-	1.245.905
Custos de transação		(9.388)	(12.372)	(22.023)
Total		419.637	589.232	1.223.882
<b>Circulante</b>		<b>12.162</b>	<b>44.091</b>	<b>35.612</b>
<b>Não circulante</b>		<b>407.475</b>	<b>545.141</b>	<b>1.188.270</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (a) Emissão debêntures

**(a.i)** A primeira emissão de debêntures da CLI foi realizada em março/2021 com o objetivo de liquidação da dívida junto ao BNB (FNE) Trata-se de uma debênture simples no valor total de R\$50.000 de emissão, com 5 anos de prazo total, onde a remuneração é atrelada à taxa CDI + juros, e os pagamentos são trimestrais. As garantias são os recebíveis do contrato de determinados clientes. A primeira emissão foi totalmente liquidada em 14 de novembro de 2022.

**(a.ii)** Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a 1º (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, pagamento de dívidas bancárias e integralização de aumento de capital para pagamento de parte do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social da Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 420 (quatrocentos e vinte mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.

**(a.iii)** Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 (oitocentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.

### *(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 2.1(f) acima.

### *(iii) Grau de subordinação entre as dívidas*

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possui condição contratual ou legal específica de subordinação, exceto no caso de um

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

eventual concurso universal de credores, de forma que a ordem de pagamento das dívidas da Companhia, em um eventual concurso universal de credores, seria determinada de acordo com as disposições da legislação em vigor.

*(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

### **Cláusulas contratuais restritivas (covenants)**

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item "f" acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default* e *cross acceleration*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

As principais restrições encontram-se descritas abaixo:

#### Índices Financeiros:

##### **(i)** Segunda emissão de Debêntures da Companhia

Obrigações de medição anual apurado através das demonstrações financeiras da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50.

##### **(ii)** Primeira Emissão de Debênture da CLI Sul S.A. (Controlada)

Obrigações de medição anual apurado através das demonstrações financeiras da CLI Sul S.A.:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50; e

Obrigações de medição semestral apurada através das demonstrações financeiras da CLI Sul S.A.:

- Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") consolidado mínimo de 1,20.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (*covenants financeiros*) mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Medição dos *Covenants* Financeiros, considerando o resultado anual apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(R\$ milhares, exceto %)	31 de dezembro de 2022
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo circulante)	12.162
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo não circulante)	407.475
<b>Dívida Bruta<sup>(1)</sup></b>	<b>419.637</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	135.534
<b>Dívida Líquida</b>	<b>284.103</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	235
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	4.534
(+) Resultado financeiro líquido	71.179
(+) Depreciação e amortização	48.503
EBITDA Ajustado <sup>(2)</sup>	124.451
<b>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado<sup>(3)</sup></b>	<b>2,3</b>

(1) A Dívida Bruta refere-se à soma de debêntures (circulante e não circulante).

(2) Refere-se ao EBITDA Ajustado calculado para fins de *covenants* financeiros que considera os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais, conforme preconizado nos termos das dívidas. Ou seja, representa o lucro líquido da controladora (individual da Companhia) acrescido pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da controladora (individual da Companhia), pelo resultado financeiro líquido da controladora (individual da Companhia), bem como pelas despesas e custos de depreciação e amortização da controladora (individual da Companhia).

(3) Os *covenants* são medidos de acordo com a escritura da segunda emissão de debêntures da Companhia devendo a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ser menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos), os quais serão apurados anualmente, até a Data de Vencimento, na data da disponibilização das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia.

Além dos *covenants* financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de *covenant* financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e no período de 3 (três) meses findo 31 de março de 2023, a Companhia atendeu aos *covenants* financeiros ou não financeiros exigidos.

### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía quaisquer financiamentos e empréstimos com limites de utilização disponíveis para utilização.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras***

As variações relevantes nos itens principais da Demonstração do Resultado do Exercício e/ou do Período e de Fluxo de Caixa em 31 de março de 2023, 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 são discutidas a seguir.

As informações financeiras intermediárias revisadas referentes aos períodos de 3 (três) meses findos em 31 de março de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com o IFRS.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, foram preparadas de acordo com o IFRS.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

#### ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE MARÇO DE 2022

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia (em milhares de reais).

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhares)	Período de três meses findo em 31 de março de 2023	AV	Período de três meses findo em 31 de março de 2022	AV	AH
Receita operacional líquida	148.075	100,0%	16.331	100%	806,7%
Custo dos serviços prestados	(82.394)	(55,6%)	(16.245)	(99,5%)	407,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>65.681</b>	<b>44,4%</b>	<b>86</b>	<b>0,5%</b>	<b>76.273,3%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas Gerais e administrativas	(23.760)	(16,0%)	(4.891)	(29,9%)	385,8%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(38.252)	(25,8%)	221	1,4%	(17.408,6%)
Resultado de equivalência Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
	(62.012)	(41,9%)	(4.670)	(28,6%)	1227,9%
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>3.669</b>	<b>2,5%</b>	<b>(4.584)</b>	<b>(28,1%)</b>	<b>(180,0%)</b>
Receitas Financeiras	17.854	12,1%	108	0,7%	16.431,5%
Despesas Financeiras	(94.452)	(63,8%)	(15.590)	(95,5%)	505,9%
Variações Cambiais, líquidas	(826)	0,6%	36.282	222,2%	(102,3%)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(77.424)</b>	<b>(52,3%)</b>	<b>20.800</b>	<b>127,4%</b>	<b>(472,2%)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(73.755)</b>	<b>(49,8%)</b>	<b>16.216</b>	<b>99,3%</b>	<b>(554,8%)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(7.569)</b>	<b>(5,1%)</b>	<b>358</b>	<b>2,2%</b>	<b>(2.214,3%)</b>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(15.916)	(10,7%)	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	8.347	5,6%	358	2,2%	2.231,6%
Atribuído a					
Acionistas controladores	(87.607)	(59,2%)	16.574	101,5%	(628,6%)
Acionistas não controladores	6.283	4,2%	-	0,0%	0,0%
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(81.324)</b>	<b>(54,9%)</b>	<b>16.574</b>	<b>101,5%</b>	<b>(590,7%)</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida totalizou R\$148.075 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 um crescimento de 806,7% em relação aos R\$16.331 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022. As variações na receita são explicadas a seguir:

- Aquisição da EPSA, pela controlada CLI Sul, em 2023 resultou em uma receita líquida de R\$120.827, proveniente da atividade desenvolvida em área arrendada de terminais portuários no Porto de Santos.
- Receita líquida na Operação Norte totalizou R\$27.248 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023.

### **Custo dos Serviços Prestados**

O custo dos serviços prestados totalizou R\$82.394 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 um aumento de 407,2% em relação aos R\$16.245 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022, impulsionado pelo incremento de receita decorrente da aquisição da EPSA, pela controlada CLI Sul, que aumentou 806,7% em comparação ao mesmo período em 2022.

Os custos portuários, no montante de R\$49.755, representam os maiores custos da Companhia e suas subsidiárias, representando 60% dos custos totais consolidados. Este aumento é resultado de alguns fatores operacionais tais como **(i)** aumento em gastos com custos de operação, tais como combustíveis, lubrificantes e energia elétrica; **(ii)** reajuste anual da cobrança das taxas portuárias previstas em contratos; **(iii)** do incremento nos processos preventivos de manutenção das instalações e equipamentos; e **(iv)** ampliação de gastos para readequações operacionais dos terminais portuários da EPSA, a partir de sua aquisição.

### **Lucro Bruto**

O lucro bruto totalizou R\$65.681 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023, representando 44,4% da receita líquida consolidada da Companhia, correspondendo a um aumento de R\$65.595 em relação no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022, em que o lucro bruto foi de R\$86.

### **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$23.760 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 representando -16% da receita líquida consolidada da Companhia, apresentando um aumento de R\$18.869 quando comparado com o período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas mais relevantes da Companhia somam R\$21.545 de despesas com prestação de serviços, que foram impactados com gastos com consultorias e assessorias jurídicas decorrentes do processo de aquisição da EPSA.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro líquido totalizou R\$77.424 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 correspondendo a uma perda no valor líquido da rubrica, representando -52,3% da receita líquida consolidada da Companhia.

### ***Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social***

O resultado negativo antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$73.755 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 representando -49,8% da receita líquida consolidada da Companhia.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido***

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou R\$7.569 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023, representando -5,11% da receita líquida consolidada da Companhia.

### ***Prejuízo Líquido do Período***

O prejuízo líquido totalizou R\$81.324 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023, representando -54,9% da receita líquida consolidada da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia (em milhares de reais).

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhares)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	AH
Receita operacional líquida	264.687	100,0%	124.994	100,0%	111,8%
Custo dos serviços prestados	(87.670)	(33,1%)	(35.413)	(28,3%)	148%
<b>Lucro bruto</b>	<b>177.017</b>	<b>66,9%</b>	<b>89.581</b>	<b>71,7%</b>	<b>98%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas Gerais e administrativas	(72.622)	(27,4%)	(49.366)	(39,5%)	47%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0%
Outras receitas (despesas) operacionais	11.466	4,3%	(39.821)	(31,9%)	(129%)
Resultado de equivalência Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0%
	<b>(61.156)</b>	<b>(23,1%)</b>	<b>(89.187)</b>	<b>(71,4%)</b>	<b>(31%)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>115.861</b>	<b>43,8%</b>	<b>394</b>	<b>0,3%</b>	<b>29306%</b>
Receitas Financeiras	6.465	2,4%	7.504	6,0%	(14%)
Despesas Financeiras	(101.315)	(38,3%)	(44.805)	(35,8%)	126%
Variações Cambiais, líquidas	11.964	4,5%	(18.396)	(14,7%)	(165%)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(82.886)</b>	<b>(31,3%)</b>	<b>(55.697)</b>	<b>(44,6%)</b>	<b>49%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>32.975</b>	<b>12,5%</b>	<b>(55.303)</b>	<b>(44,2%)</b>	<b>(160%)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(23.977)</b>	<b>(9,1%)</b>	<b>(5.840)</b>	<b>(4,7%)</b>	<b>311%</b>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(17.401)	(6,6%)	(4.146)	(3,3%)	320%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(6.576)	(2,5%)	(1.694)	(1,4%)	288%
Atribuído a					
Acionistas controladores	235	0,1%	(61.143)	(48,9%)	(100%)
Acionistas não controladores	8.763	3,3%	-	0,0%	0%
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>8.998</b>	<b>3,4%</b>	<b>(61.143)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>(115%)</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***Receita Operacional Líquida***

A receita líquida totalizou R\$264.687 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 112% em relação aos R\$124.994 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As variações na receita são explicadas a seguir:

- Aquisição da EPSA, pela controlada CLI Sul, durante 2022 que resultou num incremento de R\$87.000 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e corresponde a 1 mês e 16 dias de operação da EPSA, proveniente da atividade desenvolvida em área arrendada de terminais portuários no Porto de Santos.
- Aumento da receita líquida na Operação Norte em R\$52.693 devido a um aumento no volume de caminhões na recepção rodoviária, aumento na performance no tempo de descarga e aumento na safra do milho que resultou um maior número de exportação.

### ***Custo dos serviços prestados***

O custo dos serviços prestados totalizou R\$87.670 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 148% em relação aos R\$35.413 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, impulsionado pelo incremento de receita decorrente da aquisição da EPSA, pela controlada CLI Sul, que aumentou 112% em comparação ao mesmo período em 2021.

Os custos portuários, no montante de R\$33.204, representam os maiores custos da Companhia e suas subsidiárias, representando 38% dos custos totais consolidados. Este aumento é resultado de alguns fatores operacionais tais como **(i)** aumento em gastos com custos de operação, tais como combustíveis, lubrificantes e energia elétrica; **(ii)** reajuste anual da cobrança das taxas portuárias previstas em contratos; **(iii)** do incremento nos processos preventivos de manutenção das instalações e equipamentos; e **(iv)** ampliação de gastos para readequações operacionais dos terminais portuários da EPSA, a partir de sua aquisição.

### ***Lucro Bruto***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto totalizou R\$177.017, representando 67% da receita líquida consolidada da Companhia, correspondendo a um aumento de R\$87.436 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que o lucro bruto foi de R\$89.581.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$72.622 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando -27% da receita líquida consolidada da Companhia, apresentando um aumento de R\$23.256 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As despesas mais relevantes da Companhia somam R\$20.983 de despesas com prestação de serviços, que foram impactados com gastos com consultorias e assessorias jurídicas decorrentes do processo de aquisição da EPSA e R\$38.564 de despesas de amortização de direito de uso e depreciação de imobilizado, representando 53% das despesas totais consolidadas.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido alcançou R\$82.886, correspondendo a uma perda no valor líquido da rubrica, representando -31% da receita líquida consolidada da Companhia, apresentando um aumento de R\$27.189 comparado com R\$55.697 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que corresponde a um aumento 49% quando comparado ao mesmo período em 2021.

A despesa de juros sobre empréstimos e debêntures obteve um aumento de R\$44.240 foi parcialmente compensada pela receita de aplicações financeiras no valor de R\$11.964 de ganho líquido com variação cambial e R\$6.465 de receitas auferidas com rendimento de aplicações financeiras.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$32.975, representando 12% da receita líquida consolidada da Companhia.

### ***Despesa de imposto de renda e contribuição social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$23.977, representando -9% da receita líquida consolidada da Companhia.

### ***Lucro líquido do exercício***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido do exercício totalizou R\$8.998, representando 3% da receita líquida consolidada da Companhia, onde o efeito da aquisição da EPSA, pela controlada CLI Sul, gerou impacto positivo, demonstrando crescimento e começando a apurar resultado positivo no consolidado.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia (em milhares de reais).

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhares)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Receita operacional líquida	124.994	100,0%	106.516	100,0%	17,3%
Custo dos serviços prestados	(35.413)	(28,3%)	(38.214)	(35,9%)	(7%)
<b>Lucro bruto</b>	<b>89.581</b>	<b>71,7%</b>	<b>68.302</b>	<b>64,1%</b>	<b>31%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas Gerais e administrativas	(49.366)	(39,5%)	(18.751)	(17,6%)	163%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(39.821)	(31,9%)	2.177	2,0%	(1929%)
Resultado de equivalência Patrimonial	-	0,0%	(62)	(0,1%)	(100%)
	<b>(89.187)</b>	<b>(71,4%)</b>	<b>(16.636)</b>	<b>(15,6%)</b>	<b>436%</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>394</b>	<b>0,3%</b>	<b>51.666</b>	<b>48,5%</b>	<b>(99%)</b>
Receitas Financeiras líquido	7.504	6,0%	1.193	1,1%	529%
Despesas Financeiras	(44.805)	(35,8%)	(24.459)	(23,0%)	83%
Variações Cambiais, líquidas	(18.396)	(14,7%)	(32.970)	(31,0%)	(44%)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(55.697)</b>	<b>(44,6%)</b>	<b>(56.236)</b>	<b>(52,8%)</b>	<b>(1%)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(55.303)</b>	<b>(44,2%)</b>	<b>(4.570)</b>	<b>(4,3%)</b>	<b>1110%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.840)</b>	<b>(4,7%)</b>	<b>(3.148)</b>	<b>(3,0%)</b>	<b>86%</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.146)	(3,3%)	(6.052)	(5,7%)	(31%)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.694)	(1,4%)	2.904	2,7%	(158%)
Atribuído a					
Acionistas controladores	(61.143)	(48,9%)	(7.718)	(7,2%)	692%
Acionistas não controladores	-	0,0%	-	0,0%	0%
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(61.143)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>(7.718)</b>	<b>(7,2%)</b>	<b>692%</b>

#### Receita Operacional Líquida

A receita líquida totalizou R\$124.994 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, um crescimento de 17% em relação aos R\$106.516 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Aumento da receita se deu pelo aumento de operações portuárias com a retomada gradual da atividade econômica após período mais crítico da Pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***Custo dos serviços prestados***

O custo dos serviços prestados totalizou R\$35.413 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondendo a -28% da receita líquida do período, representando uma redução de 7% em relação aos R\$35.413 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### ***Lucro Bruto***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto totalizou R\$89.581, representando 72% da receita líquida consolidada da Companhia, correspondendo a um aumento de R\$21.279 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em que o lucro bruto foi de R\$68.302.

Este aumento decorre da retomada gradual da atividade econômica após período mais crítico da Pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19).

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$49.366 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando -39% da receita líquida consolidada da Companhia, apresentando um aumento de R\$30.615 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As despesas mais relevantes da Companhia somam R\$27.217 referente às despesas de amortização de direito de uso, representando 55% das despesas totais consolidadas.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado financeiro líquido alcançou R\$55.697, correspondendo a uma perda no valor líquido da rubrica, representando -44% da receita líquida consolidada da Companhia, apresentando uma redução de R\$539 comparado com R\$56.236 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### ***Despesa de imposto de renda e contribuição social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$5.840, representando -5% da receita líquida consolidada da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Prejuízo do exercício**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o prejuízo do exercício totalizou R\$61.143, representando -49% da receita líquida consolidada da Companhia, onde o efeito da retomada gradual da atividade econômica após período mais crítico da Pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19) e aumentos de despesas como amortização de direito de uso e na baixa no bônus de subscrição no montante de R\$41.062, foram os fatores preponderantes de impacto no resultada Companhia.

### **DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

#### **ANÁLISE COMPARATIVA DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE MARÇO DE 2022**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia.

<i>(em R\$ milhares)</i>	<b>Período de três meses findo em 31 de março de</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>	1.363	6.095
<i>Caixa líquido aplicado pelas nas atividades de investimento</i>	(9.325)	(521)
<i>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</i>	(7.588)	(15.539)

#### **Atividades operacionais**

O caixa líquido gerado em atividades operacionais totalizou R\$1.363 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023, comparado a R\$6.095 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022, variação principalmente impactada pelo prejuízo líquido do período e aumento dos ativos e passivos operacionais.

#### **Atividades de investimentos**

O caixa líquido aplicado em atividades de investimentos totalizou R\$9.325 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023, comparado a aplicação de caixa de R\$521 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022, principalmente devido a investimentos em obras em andamento.

#### **Atividades de financiamento**

O caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos totalizou R\$7.588 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023, comparado a R\$15.539 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022, principalmente devido a amortização dos empréstimos ocorrida em 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ANÁLISE COMPARATIVA DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia.

<i>(em R\$ milhares)</i>	Exercício encerrado em	
	2022	2021
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>	74.784	20.884
<i>Caixa líquido gerado e aplicado pelas nas atividades de investimento</i>	(1.166.882)	3.831
<i>Caixa líquido aplicado e gerado nas atividades de financiamento</i>	1.618.634	(37.162)

#### **Atividades operacionais**

O caixa líquido gerado em atividades operacionais totalizou R\$74.784 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$20.884 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Conforme ressalva expressa no item 2.1 deste Formulário de referência, as informações financeiras constantes neste item referem-se às demonstrações financeiras da controladora para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e demonstrações financeiras consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Companhia. Sendo assim, a variação se justifica principalmente pela combinação de negócios realizada entre a controlada integral da Companhia, a CLI SUL, e a EPSA. As variações mais significativas estão relacionadas ao efeito não caixa de: **(i)** encargos financeiros reconhecidos no resultado líquido, que aumentaram para R\$77.018 em 2022 (R\$52.702 em 2021); **(ii)** imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, que aumentou para R\$23.977 em 2022 (R\$5.840 em 2021); e **(iii)** depreciação e amortização, que aumentou para R\$59.054 (R\$42.875 em 2021). Adicionalmente, verificamos as seguintes variações: aumento de R\$58.781 nas contas a receber de clientes, principalmente pela consolidação das operações com a EPSA; aumento de R\$13.957 nas transações com partes relacionadas, redução de R\$36.665 nas obrigações fiscais, trabalhistas e sociais.

#### **Atividades de investimentos**

O caixa líquido aplicado em investimentos totalizou R\$1.166.882 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a geração de caixa de R\$3.831 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido a operação de aquisição de 80% das ações da EPSA.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Atividades de financiamento**

O caixa líquido gerado em financiamentos totalizou R\$1.618.634 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$(37.162) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido a primeira emissão de debêntures simples, realizada em outubro de 2022, no valor total de R\$1.197.746, no recebimento por emissão de ações preferenciais no montante de R\$505.782, aumento de capital por meio de reserva de capital no montante de R\$556.378, e a liquidação de empréstimos de R\$570.194.

### **ANÁLISE COMPARATIVA DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020**

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia.

<i>(em R\$ milhares)</i>	<b>Exercício encerrado em</b>	
	<b>31 de dezembro de</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<i>Caixa líquido gerado e aplicado pelas atividades operacionais</i>	20.884	(575.688)
<i>Caixa líquido gerado pelas nas atividades de investimento</i>	3.831	561.658
<i>Caixa líquido aplicado e gerado nas atividades de financiamento</i>	(37.162)	48.809

### **Atividades operacionais**

O caixa líquido gerado em atividades operacionais totalizou R\$20.884 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a aplicação de caixa de R\$575.688 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Principalmente devido ao aumento de transações com partes relacionadas de adiantamento de valores para pagamento das despesas do Consórcio e dos passivos oriundos da Companhia Nova CLI correspondentes a obrigações a pagar para a CLI. Em consequência disto, a CLI também registrou a extinção dos créditos contra a Nova CLI até então existentes em seu balanço patrimonial, no valor equivalente aos passivos da Nova CLI.

### **Atividades de investimento**

O caixa líquido gerado em investimentos totalizou R\$3.831 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a geração de caixa de R\$561.658 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a aquisição de bens do ativo imobilizado e intangíveis ocorrida em 2020.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***Atividades de financiamentos***

O caixa líquido aplicado em financiamentos totalizou R\$37.162 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a geração de caixa de R\$48.809 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido a Companhia ter seu controle societário alterado, deixando de fazer parte do Grupo Cantagalo e passando a ser controlado pelo PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior e pelo SOPP INFRA I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Conforme contrato entre as partes, a Companhia assumiu em 2020 dívidas bancárias de sua antiga Controladora após a conclusão da operação sendo segregadas em dívidas de credores nacionais denominados empréstimos em reais e credores no exterior denominados empréstimos em dólar. Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos avaliados em reais: alienação fiduciária; emissão de debêntures e *covenants*.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Resultados operacional e financeiro

#### **a) resultados das operações do emissor:**

##### *i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A receita de serviços da Companhia é decorrente de operações de elevação de grãos, principalmente, soja, farelo de soja e milho, e operações logísticas. As operações de elevação de grãos referem-se, basicamente, ao embarque produtos agrícolas dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. As operações logísticas estão relacionadas, principalmente a recepção, manuseio e embarque da soja, farelo de soja e milho dentro da área portuária do Porto de Itaqui, no estado do Maranhão.

Já as receitas da sua controlada, CLI Sul, são provenientes das operações de terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, região sudeste do Brasil. Para maiores detalhes sobre as variações na receita operacional líquida, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

##### *ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Adicionalmente, determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor da Companhia, tais como o crescimento da economia, com redução do desemprego e geração de renda, disponibilidade de crédito e alternativas de captação.

#### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

A invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de *commodities* e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos.

Tais riscos afetam direta ou indiretamente todos os setores econômicos globais (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeitos a impactos financeiros nos próximos meses, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

A receita líquida totalizou R\$148.075 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 um crescimento de 806,7% em relação aos R\$16.331 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022. As variações na receita são explicadas a seguir:

- Aquisição da EPSA, pela controlada CLI Sul, durante 2023 que resultou em uma receita líquida de R\$120.827, proveniente da atividade desenvolvida em área arrendada de terminais portuários no Porto de Santos.
- Receita líquida na Operação Norte totalizou R\$27.248 no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023.

A receita líquida totalizou R\$264.687 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 112% em relação aos R\$124.994 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As variações na receita são explicadas a seguir:

- Aquisição da EPSA em 2022 que resultou num incremento de R\$87.000 na receita líquida proveniente da atividade desenvolvida em área arrendada de terminal portuário no Porto de Santos.
- Aumento da receita líquida na Operação Norte em R\$52.693 devido um aumento no volume de caminhões na recepção rodoviária, aumento na performance no tempo de descarga e aumento na safra do milho que resultou um maior número de exportação.

A receita operacional líquida totalizou R\$124.994 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 17,3% em relação aos R\$106.516 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O crescimento da receita pode ser explicado pelos seguintes parâmetros operacionais:

- Aumento de 21% na recepção ferroviária;
- Aumento de 10% na recepção portuária;
- Aumento de 12% na Armazenagem; e
- Aumento de 1.181.636 toneladas no volume de expedições.

Para maiores informações acerca dos saldos das receitas, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### ***c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:***

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: **(i)** inflação; **(ii)** preços dos produtos transportados; e **(iii)** desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço dos combustíveis, lubrificantes e energia elétrica. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia, previstas em contrato.

O risco associado a taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures (principalmente em 2022) captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Sobre eventos externos, as operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados que podem afetar as receitas da Companhia são:

- **Fertilizantes:** Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países;
- **Commodities:** Já as exportações brasileiras podem ser beneficiadas. Ucrânia, Rússia são grandes exportadores de milho e trigo, com o impacto da guerra poderemos ter uma redução da oferta global dessas commodities, o que pode potencialmente favorecer o Brasil. A safra brasileira de milho de 2021/2022, apesar da quebra da produção no sul do país, deverá ficar acima da safra anterior. Com o aumento do preço da commodity, o Brasil tem espaço para ampliar área produtiva. O que pode acontecer é um aumento da disputa entre o Brasil e América do Norte pela compra de fertilizantes, mesmo com preços elevados, uma vez que o retorno derivado da negociação de commodities por produtores no Brasil os deixam mais capitalizados para disputar com produtores americanos/europeus.

## **2.2 Resultados operacional e financeiro**

Para informações acerca do impacto da inflação na receita operacional líquida e nos custos das mercadorias vendidas, bem como o impacto da taxa de juros no resultado financeiro, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

#### **a) *mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2***

Não aplicável, tendo em vista que houve reapresentação por alterações nas práticas contábeis da Companhia ocorrido nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 que teve efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2. Na seção 2.3(b), é abordada a reapresentação efetuada.

#### **b) *opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor***

Os auditores independentes emitiram relatório do auditor sem modificações nas informações financeiras intermediárias do período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. Em relação a ênfases, foram divulgadas três ênfases nos 3 (três) últimos exercícios sociais:

#### **Transação com partes relacionadas (exercício de 2020)**

Foi mencionado uma ênfase, para transações com partes relacionadas, conduzidas no contexto de um grupo de empresas, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este tema não gerou modificação na opinião do Auditor.

#### **Alteração de moeda funcional (exercício de 2021)**

A Companhia realizou a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021, a mudança de sua moeda funcional, de Dólar para Real. Este tema não gerou modificação na opinião do Auditor.

#### **Reapresentação das Demonstrações financeiras (exercício de 2022)**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 14 de abril de 2022 e as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, originalmente emitidas em 12 de abril de 2022, foram reapresentadas, para uma base de preparação de acordo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e incluindo as práticas contábeis CPC 41- Resultado por Ação (IAS 33) e CPC 22 – Informações por Segmento (IFRS 8), em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliárias.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Adicionalmente, em 2022 a Companhia corrigiu um erro em suas demonstrações financeiras históricas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, passando a registrar contratos de arrendamentos portuários de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamento (IFRS 16).

Em razão dessa adequação foi necessário reapresentar, retrospectivamente, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais anteriores findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, referente aos contratos de arrendamento portuários considerando efeitos da adoção inicial da referida norma contábil em 1º de janeiro de 2019.

### **Nova reapresentação das Demonstrações financeiras (exercício de 2022)**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram novamente alteradas e reapresentadas em 18 de julho de 2022, e a opinião dos auditores independentes relativa a tais demonstrações financeiras reapresentadas incluiu o seguinte parágrafo de "ênfase":

"Ênfase

#### Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

*Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para inclusão de divulgações descritas na referida nota explicativa. Em 27 de abril de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. A nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto."*

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia adquiriu, por intermédio de sua controlada CLI Sul S.A., 80% das ações da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA") que se resume em arrendamento de terminais portuários no Porto de Santos (EPSA). As operações da Companhia estão separadas geograficamente, sendo seus resultados avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma independente. Sendo assim, houve em 2022 a introdução de um novo segmento operacional ("Operação Sul").

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

##### Incorporação da Nova CLI

Em 28 de Janeiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da CLI a incorporação da Nova CLI, controladora da CLI, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a CLI e a sua consequente extinção ("Incorporação").

As administrações da CLI e da Nova CLI entenderam que a Incorporação da Nova CLI pela CLI, com a consequente extinção da Nova CLI, justifica-se pois **(i)** a CLI e a Nova CLI integram o mesmo grupo econômico, sendo que os acionistas PE SOPP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES II MULTIESTRATÉGIA e SOPP INFRA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA ("Fundos") detém direta e indiretamente a totalidade das ações de emissão de ambas as Companhias; e **(ii)** a Incorporação fez parte de um projeto de reestruturação societária do grupo econômico, visando uma maior lucratividade e eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como uma diminuição de custos operacionais, através da redução do número de companhia existentes.

Como resultado da Incorporação, o patrimônio líquido da Nova CLI foi transferido para a CLI, que sucedeu a Nova CLI em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade.

##### Aquisição da EPSA

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 80% das ações da EPSA. O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago em sua integralidade em dinheiro (inclui liquidação à vista e a prazo).

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida na data da transação:

*(em milhares de reais)*

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (passivo assumido na data da aquisição)	<u>123.693</u>
Contraprestação a ser transferida na data da transação	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, elaborado por empresa de avaliação independente.

A CLI Sul não concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está apresentando nessas demonstrações financeiras uma alocação provisória com base em suas melhores estimativas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Essa contabilização inicial considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base de 14 de novembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

*(em milhares de reais)*

Total da contraprestação (I)	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	2.188.882
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.003
<b>(+) Valor justo dos passivos assumidos:</b>	<b>280.611</b>
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	88.581
<b>(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)</b>	<b>1.908.271</b>
Participação de não controladores (III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>
	<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (I-II+III+IV)	(10.530)

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.

(2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período (MEEM), método que isola a receita/fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.

(3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.

(4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a Companhia, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (*closing*). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.

(5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da EPSA pela Companhia ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, foram necessários ajustes referentes às transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022.

(6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

Se a aquisição da EPSA tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas da Companhia para o exercício teriam sido de R\$651.357 e o lucro consolidado teria sido de R\$85.634, enquanto para o período compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2022 as receitas foram de R\$87.000.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### **c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável, tendo em vista que no período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não foram registrados quaisquer eventos ou operações não usuais.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5. - Medições não contábeis

**a) *informar o valor das medições não contábeis***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) *fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) *explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6. - Eventos subsequentes às DFs

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7. - Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não distribuiu o lucro líquido aos seus acionistas.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia distribuiu R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) do lucro retido em anos anteriores aos seus acionistas.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não distribuiu o lucro líquido aos seus acionistas.</p>

## 2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
<b>(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados</b>	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O Estatuto Social assegura aos titulares de Ações Preferenciais a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou índice de inflação que o substituir, acrescido de um spread de 10% (dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia. Após o pagamento aos acionistas detentores de Ações Preferenciais dos dividendos acima descritos, os titulares de Ações Ordinárias farão jus ao pagamento de dividendos.</p> <p>Ademais, os Acionistas terão o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por</p>	<p>O Estatuto Social assegura aos titulares de Ações Preferenciais a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou índice de inflação que o substituir, acrescido de um spread de 10% (dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia. Após o pagamento aos acionistas detentores de Ações Preferenciais dos dividendos acima descritos, os titulares de Ações Ordinárias farão jus ao pagamento de dividendos.</p> <p>Ademais, os Acionistas terão o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por</p>	<p>O Estatuto Social assegura aos titulares de Ações Preferenciais a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou índice de inflação que o substituir, acrescido de um spread de 10% (dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia. Após o pagamento aos acionistas detentores de Ações Preferenciais dos dividendos acima descritos, os titulares de Ações Ordinárias farão jus ao pagamento de dividendos.</p> <p>Ademais, os Acionistas terão o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por</p>

## 2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
	<p>Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não distribuiu o lucro líquido aos seus acionistas.</p>	<p>Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não distribuiu o lucro líquido aos seus acionistas.</p>	<p>Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não distribuiu o lucro líquido aos seus acionistas.</p>
<b>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Anual	Anual	Anual
<b>(d) Restrições à distribuição de dividendos</b>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na</p>

## 2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
	<p>Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>	<p>Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>	<p>Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>
<b>(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada</b>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8. Itens relevantes não evidenciados

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:**

i. *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;*

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobras as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

ii. *Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;*

A Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

iii. *Contratos de construção não terminada; e*

A Companhia não possui contratos não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

iv. *Contratos de recebimento futuros de financiamentos.*

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

**a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 2022, 2021 e 2020.

**b) *natureza e propósito da operação***

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 2022, 2021 e 2020.

**c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2023 e nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 2022, 2021 e 2020.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10. - Planos de Negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que se reserva no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento caso venham a ocorrer novos desdobramentos em relação a esse tema, bem como por eventuais impactos decorrentes de fatores macroeconômicos e políticos internos ou externos.

#### **a) Investimentos, incluindo:**

##### *(i) descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

A Companhia planeja investir no curto e médio prazo aproximadamente R\$250 milhões, com previsão de início em 2024 e investimentos até 2026. Esse projeto faz parte da proposta para renovação antecipada do contrato de arrendamento, que está em processo de aprovação junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o qual possui como principal objetivo ampliar a capacidade de operação do porto de Itaqui. O projeto contempla as 4 consorciadas do TEGRAM e cada uma arcará com 25% do custo total, que será em torno de R\$1,0 bilhão. O consórcio TEGRAM aumentará sua capacidade dinâmica em 7,5 milhões de toneladas, sendo 1,9 milhões por ano para CLI. Além disso, trará um incremento de aproximadamente 400 mil tons de capacidade de armazenagem (89 mil por consorciada) e a construção de um novo berço para expedição.

Abaixo encontram-se os investimentos para CLI (1/4 do investimento total a ser realizado pelo consórcio):

- Silos: 4 unidades de 89 mil tons cada. Valor previsto do investimento: R\$54 milhões.
- Tombadores de caminhão: 2 unidades para recepção rodoviária. Valor previsto do investimento: R\$3 milhões.
- Balanças rodoviárias: 2 novas unidades. Valor previsto do investimento: R\$1 milhão.
- Correias transportadoras: novas correias, com capacidade de 3.000 toneladas por hora. Valor previsto do investimento: R\$60 milhões.
- Novo berço com shiploader: Valor previsto do investimento: R\$58 milhões.
- Demais itens, incluindo combate a incêndio e elétrica: Valor previsto do investimento: R\$74 milhões.

## 2.10 Planos de negócios

*(ii) fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia possui balanço consistente e tem acesso a linhas de crédito de bancos de primeira linha, e pode acessar crédito com entidades de fomento, dado as características de seus projetos, estando em linha com os requisitos exigidos em seus contratos de debentures já firmados.

*(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não aplicável.

***b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor***

Não aplicável.

***c) novos produtos ou serviços, indicando:***

*(i) Pesquisas em andamento*

Não aplicável.

*(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

*(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados*

Não aplicável.

*(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

***d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG***

A Companhia não estipula metas ambientais, sociais e de governança para seus negócios.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11. - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional**

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção, que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

#### 3.1. - Projeções divulgadas e premissas

**a) *objeto da projeção***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

**b) *período projetado e o prazo de validade da projeção***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

**c) *premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

**d) *valores dos indicadores que são objeto da previsão***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## 3.2 Acompanhamento das projeções

### 3.2. - Acompanhamento das projeções

**a) *informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

**b) *quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

**c) *quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### 4.1. - Descrição dos fatores de risco

O investimento em quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, devidamente acompanhadas de seus respectivas notas explicativas.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção "4. Fatores de Risco" estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para a Companhia, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta e na matriz de risco que embasa a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### a) à Companhia

***Variações climáticas, sazonalidade da safra e pragas ou doenças nas colheitas poderão impactar negativamente a produção agrícola nas fazendas reduzindo a oferta de produtos comercializáveis pelos clientes da Companhia, impactando no nível de contratação da Companhia e os seus resultados.***

O setor agrícola é diretamente dependente do clima, sendo que anomalias climáticas podem ter um impacto nas atividades dos clientes da Companhia. Secas, ondas de calor ou frio extremo, geadas e excesso de chuva são alguns dos fenômenos climáticos que podem afetar as lavouras e impactar negativamente a produção dos produtores agrícolas que vendem para os clientes da Companhia. A exposição dos clientes da Companhia aos diversos impactos que podem ser causados pelos fenômenos da natureza e a possível falta de produtos para serem exportados que os clientes da Companhia podem sofrer em razão de variações climáticas, podem causar um impacto adverso relevante nos negócios, operações, resultados e situação financeira dos clientes da Companhia.

Adicionalmente, as lavouras atuais e futuras dos produtores agrícolas fornecedores de produtos para os clientes da Companhia estão expostas a pragas e doenças, que podem afetar a sua produção. O combate, ou o controle, das pragas e doenças hoje existentes e conhecidas demanda investimentos constantes, o que encarece o custo de sua produção, e o surgimento de novas pragas e/ou a mutação dos tipos de pragas e doenças hoje existentes, podem reduzir a oferta de produtos comercializáveis dos produtores agrícolas que fornecem produtos para os clientes da Companhia e, conseqüentemente, causar um impacto negativo sobre a situação financeira e os resultados dos clientes da Companhia.

Caso variações climáticas e/ou doenças e pragas afetem as colheitas e, conseqüentemente, a oferta de produtos agrícolas comercializáveis para os clientes da Companhia que podem deixar de utilizar os serviços da Companhia, o que poderá impactar os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

***As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro, assim como por condições climáticas adversas, efeitos das mudanças climáticas e outros fatores fora do controle da Companhia.***

As estruturas físicas da Companhia podem ser afetadas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no controle da Companhia, bem como por mudanças climáticas na região em que atua.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita, especialmente, ao risco de derrubada de suas correias transportadoras decorrentes de rajadas de vento acima das previstas na “Norma Brasileira ABNT NBR 6123:1988”, que trata dos projetos de equipamentos e estruturas sujeitos às forças do vento. Como resultado prático, a Companhia poderá ficar incapacitada de executar devidamente suas funções, de tal modo que os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Além disto, uma parte relevante dos produtos elevados pela Companhia chegam aos seus terminais através de linhas férreas. Em particular as linhas férreas localizadas nas encostas da Serra do Mar que dão acesso a Santos estão sujeitas a deslizamentos e desmoronamentos que poderiam interromper a chegada de produtos dos clientes da Companhia aos armazéns para embarque nos navios.

Adicionalmente, os acessos por rodovia ao Porto de Santos na Serra do Mar também estão sob risco com eventos extremos de desmoronamento que poderiam afetar significativamente a chegada de produtos ao Porto e aos terminais.

***A Companhia pode não ser capaz de cumprir os termos de seus contratos de arrendamento portuário, o que pode acarretar o pagamento de multas, bem como outras penalidades e, a depender da gravidade do descumprimento, na perda de suas respectivas concessões, subconcessões e autorizações. Eventuais multas ou a perda do direito de exploração podem afetar os negócios da Companhia e seus resultados de maneira adversa relevante.***

A Companhia tem o direito de gerir, operar e administrar o Lote III do Terminal de Grãos do Maranhão do Porto de Itaquí e a área SSZ-29 do Porto de Santos, todos com base em contratos de arrendamento. Os contratos de arrendamento podem ser rescindidos antes do vencimento de seus prazos, em geral, na ocorrência dos seguintes eventos: **(i)** desapropriação, pelo Governo Federal, por motivos de interesse público; **(ii)** não cumprimento de obrigações previstas nos respectivos contratos (incluindo a prestação de serviços ineficientes ou a falha em sanar um problema) ou o inadimplemento no pagamento dos valores devidos pela Companhia, nos termos de tais contratos; ou **(iii)** falência ou dissolução da Companhia. Ainda, nos termos dos contratos de arrendamento, a Companhia deverá atingir determinadas metas operacionais. Caso essas metas não sejam alcançadas, a Companhia poderá ser multada e, em caso de reincidência, os contratos de arrendamento poderão ser rescindidos pelas respectivas autoridades portuárias. Ademais, mesmo que os contratos de arrendamento não sejam rescindidos antes do seu vencimento, não se pode garantir em que termos esses contratos serão renovados, nem se a Companhia conseguirá obter suas renovações.

Caso algum dos contratos de arrendamento seja rescindido por qualquer dos motivos acima, o direito de operação cessará e a operação comercial será encerrada. Após essa rescisão, todos os bens vinculados ao arrendamento (juntamente com quaisquer

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

investimentos nele realizados pela Companhia) serão revertidos ao Governo Federal. A Companhia será obrigada a indenizar a autoridade portuária por quaisquer ativos revertidos que não estejam em condições operacionais apropriadas na data da reversão. Apesar de ter o direito de receber uma indenização em dinheiro, referente ao valor não amortizado ou depreciados dos bens que integram o arrendamento pela Companhia (ativos comprados ou construídos), não se pode garantir que esse valor seja suficiente para o ressarcimento integral da Companhia pelo valor desses ativos ou lucros cessantes. Em caso de rescisão dos contratos de arrendamento por inadimplemento, esse valor poderá ser reduzido a zero devido à imposição de multas e outras penalidades.

***Um percentual substancial dos negócios da Companhia advém da prestação de serviços a um número limitado de clientes e os resultados da Companhia dependem do volume de negócios realizados com seus clientes.***

Como prestadora de serviços de logística portuária, com custos fixos representativos, os resultados da Companhia dependem do volume de negócios contratado por seus clientes, incluindo a manutenção de políticas de relacionamento e de crédito, bem como a manutenção da demanda e da satisfação de seus clientes com seus serviços e a ausência de efeitos materiais adversos nos negócios de seus clientes.

Caso o volume de negócios contratados da Companhia diminua de forma significativa, incluindo a condução, por seus principais clientes, de suas próprias operações de logística, ou se a capacidade destes de realizar os pagamentos em dia pelos serviços da Companhia for afetada de maneira negativa, as margens operacionais da Companhia podem ser impactadas devido à menor diluição dos custos fixos envolvidos, uma vez que tais clientes representam uma porção significativa da receita da Companhia.

Ademais, se os clientes Companhia sofrerem efeitos econômicos materiais adversos, vindo a demandar menos os serviços da Companhia, ou aumentando de forma significativa o índice de inadimplência da Companhia, os resultados financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa, principalmente quando se considera a quantidade de ativos imobilizados que a Companhia possui para atendimento de seus clientes.

Ainda, caso ocorra o término dos contratos celebrados com seus clientes, a Companhia estará sujeita a concorrência de seus competidores, e não pode garantir que conseguirá renová-los, inclusive nos mesmos níveis de rentabilidade anterior. A perda de um ou mais destes grandes clientes para os seus concorrentes poderá afetar de maneira adversamente relevante os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, os negócios dos clientes da Companhia, sendo elas empresas de trading internacionais estão sujeitas a interrupções ou modificações substanciais em

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

caso de guerras físicas ou comerciais. Conflitos armados ou tensões comerciais podem tanto interromper fluxos de comércio e corredores de navegação relevantes para o fluxo mundial de produtos agrícolas ou levar à imposição de sanções comerciais entre países relevantes para o comércio de produtos agrícolas dos clientes da Companhia. Por fim, conflitos armados e guerras comerciais podem levar à imposição de sanções e restrições a operações comerciais que afetem os clientes da Companhia impondo restrições à prestação de serviços de elevação para cargas que tenham como destino países que venham a ser sancionados ou indivíduos relacionados a países que venham a ser sancionados.

***A Companhia está sujeita a certos riscos operacionais em seus terminais portuários que podem afetar o desempenho de seus compromissos contratuais.***

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos operacionais que podem afetar as instalações de seus terminais. Esses riscos incluem, não estando limitados a falhas mecânicas e elétricas, acidentes, acidentes ocupacionais, perda ou roubo de cargas, danos, incêndios, explosões, interrupções de atividades, condições políticas e hostilidades, greves de trabalho, condições climáticas adversas como inundações, desastres naturais, acidentes em terminais de carga ou descarga, incluindo acidentes ambientais e colisões, os quais podem resultar em danos, multas, indenizações ou custos exigidos por terceiros e outras reclamações contra a Companhia.

Nem todos os riscos podem estar adequadamente segurados, certas reclamações específicas podem não ser cobertas e certas indenizações pagas em decorrência de um sinistro podem não ser suficientes para compensar integralmente os danos sofridos pela Companhia. A Companhia não mantém seguros para perda de contratações, risco de crédito ou de defesa em ações judiciais, os quais cobririam a perda de receita se algum de seus contratos fossem resolvidos antes de seu vencimento, bem como os custos legais para indenização dos danos relacionados. A Companhia não possui seguro contra greves, que protegeria da perda de receita ocasionada por interrupções de trabalho de funcionários. Nesse sentido, qualquer contrato sob demanda (*off-hire*) de transporte pode implicar em um efeito material adverso nos negócios da Companhia, por conta de acidentes decorrentes de eventos não segurados. Além disso, o uso de qualquer cobertura securitária está sujeito a franquias e, tendo em vista que é possível que um grande número de reclamações seja feito, o valor agregado dessas franquias pode ser material.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, alguns dos equipamentos usados nos terminais portuários e operações logísticas correrem o risco de sofrer danos ou perda em virtude de eventos, tais como falhas mecânicas, encalhe, incêndio, explosões, colisões, desastres marítimos e erro humano. Todos esses riscos podem resultar em morte ou ferimento de pessoas, danos materiais, danos ambientais, atrasos ou reformulação de rota.

Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

***A Companhia pode ser prejudicada pelo mau funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado, bem como por riscos associados a incidentes de segurança cibernética que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis.***

O gerenciamento eficiente das operações da Companhia é dependente de sistemas de tecnologia da informação, de modo que quaisquer incidentes de segurança da informação causados por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais, podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Companhia e, portanto, prejudicar ou mesmo paralisar seus negócios e impactar negativamente suas operações, ou ainda, causar um efeito material adverso nos resultados dos negócios da Companhia, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial.

Além disso, a Companhia coleta e armazena informações comerciais proprietárias em seus sistemas, e pode ter acesso a informações confidenciais ou dados pessoais em alguns de seus negócios em que atua, os quais estão sujeitos às leis de privacidade e proteção de dados, regulamentos e controles impostos por clientes. Qualquer falha nos sistemas da Companhia relacionada a informações confidenciais, ocasionada por ataques cibernéticos externos ou ações internas, incluindo negligência e/ou má conduta de seus funcionários da Companhia, podem ter um impacto negativo na reputação da Companhia diante de concorrentes e agentes externos (governo, órgãos reguladores, fornecedores, clientes, entre outros).

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem ser vulneráveis a ações externas, tais como desastres naturais, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança. Qualquer dano ou interrupção pode causar um efeito negativo adverso nos resultados dos negócios da Companhia, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial. Ataques cibernéticos têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos. Falhas nos sistemas de segurança cibernética da Companhia ou falhas na prevenção ou identificação destes ataques podem ter um impacto adverso relevante para a Companhia, incluindo dano de imagem, impactos de natureza financeira e/ou operacional, podendo impossibilitar, ainda que temporariamente, a execução de processos críticos pela Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação da Companhia estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) que podem interferir inesperadamente nas operações da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Em razão da flexibilidade e modelo de regime híbrido adotado, existe a possibilidade de aumento de ataques cibernéticos por meio dos computadores dos empregados da Companhia, uma vez que a segurança cibernética das redes utilizadas por estes em ambientes diversos pode não apresentar o mesmo nível de segurança daquela do ambiente de trabalho corporativo, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios.

A Companhia pode estar sujeita a violações dos sistemas de automação, ocasionando paralisações parciais e/ou temporárias das operações e/ou acesso indevido a informações estratégicas, além da perda de dados relevantes. Os custos para tratar das vulnerabilidades e/ou dos problemas mencionados anteriormente podem ser significativos, podendo afetar as operações da Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que os controles técnicos de segurança e sistemas de monitoramento mantidos, ou os procedimentos adotados por terceiros, serão capazes de protegê-la contra certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, que podem ter um efeito adverso relevante nos negócios e na reputação da Companhia.

Ademais, alguns dos sistemas utilizados para a condução dos negócios da Companhia utilizam infraestruturas antigas, as quais podem não possuir a mesma segurança dos sistemas atuais. Eventuais falhas de sistema decorrentes dessa estrutura podem culminar nos riscos acima indicados, bem como afetar negativamente as atividades da Companhia.

Além dos itens mencionados acima, pela natureza do negócio, existe a possibilidade de interrupção da operação por falha na infraestrutura de TI causada rompimento de fibras por roedores danificando a rede.

### ***A Companhia depende da manutenção e contínua melhoria da infraestrutura de acesso ferroviário, rodoviário e aquaviário, no território brasileiro.***

A Companhia depende substancialmente da movimentação de carga a granel de forma eficiente e a preços razoáveis aos seus clientes. Para tanto, a infraestrutura ferroviária e rodoviária à qual os terminais estão conectados deve ser objeto de melhorias contínuas, expansão e manutenção. Esse fator depende, em parte, da realização dos investimentos necessários pelas autoridades governamentais e concessionárias rodoviárias ou ferroviárias, bem como da obtenção das licenças necessárias para operação. Adicionalmente, a capacidade de operação da Companhia também depende da manutenção contínua e aumento da profundidade dos canais de acesso e dos berços de atracação. A manutenção e o aumento da profundidade dos canais também dependem da realização pelas autoridades governamentais dos investimentos necessários.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Dessa forma, caso as referidas melhorias e os investimentos não sejam realizados pelos Governos Federal e Estaduais, a Companhia poderá ter redução de receitas ou aumento de seus custos operacionais, o que, conseqüentemente, poderá gerar um efeito adverso no resultado.

***O envelhecimento dos equipamentos portuários operacionais da Companhia pode aumentar os custos, interromper as operações e impedir a implementação da estratégia de negócios da Companhia.***

Os custos de operação e manutenção da Companhia aumentam à medida que seus equipamentos portuários operacionais envelhecem. Além dos custos de manutenção para manter os equipamentos portuários da Companhia operacionais em uso, as taxas de seguro de carga e os custos de conformidade com as regulamentações governamentais, os padrões de segurança ou outros equipamentos aumentam com a idade do maquinário, o que pode exigir da Companhia gastos de manutenção significativos.

A falha em fazer despesas de capital para alterar ou adicionar novos equipamentos e maquinários à sua estrutura pode restringir o tipo de atividade nas quais essa infraestrutura pode se envolver e diminuir sua eficiência operacional e aumentar os custos da Companhia.

Não podemos garantir que, à medida que seu maquinário envelhece, as condições de mercado justificarão esses gastos ou nos permitirão operar suas máquinas e equipamentos de forma lucrativa durante o restante de suas vidas úteis. Se as atividades de manutenção e reforma não forem bem-sucedidas ou o custo se tornar proibitivo, a Companhia pode ter que se desfazer de suas máquinas e equipamentos. Se o número de máquinas e equipamentos diminuir com o tempo, a capacidade de carga da Companhia diminuirá, o que pode causar a diminuição de suas receitas, seus lucros e seu fluxo de caixa.

***A demanda por serviços da Companhia é cíclica e pode estar sujeita a flutuações no mercado internacional, o que pode impactar o seu resultado operacional.***

Os terminais portuários são altamente dependentes do fluxo advindo do comércio exterior. O volume geral do comércio exterior pode ser afetado por diversas variáveis, algumas delas gerando uma demanda cíclica dos serviços da Companhia. Além disso, em anos de menor fluxo no comércio exterior, seja por crises cambiais ou econômicas em mercados estrangeiros consumidores, as atividades da Companhia também são afetadas. A Companhia está exposta à flutuações no mercado internacional, podendo afetar os seus resultados financeiros e operacionais.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***O cronograma dos projetos da Companhia pode sofrer atrasos o que, por consequência, pode acarretar o aumento dos custos previstos, e afetar adversamente seus projetos atuais e futuros.***

O custo de desenvolvimento dos projetos da Companhia pode variar significativamente, pois depende de diversos fatores que podem estar fora do controle da Companhia. O cronograma de construção e operação da infraestrutura de terminais hidroviários e portuários está sujeito a uma série de fatores, como, por exemplo: **(i)** escassez de equipamentos, materiais e mão de obra; **(ii)** atraso na prestação de serviços de terceiros, entrega de equipamentos e materiais; **(iii)** disputas trabalhistas; **(iv)** acontecimentos políticos; **(v)** bloqueios ou embargos; **(vi)** litígios; **(vii)** condições meteorológicas adversas; **(viii)** aumentos imprevistos dos custos; **(ix)** desastres naturais; **(x)** acidentes; **(xi)** problemas ambientais ou geológicos; e **(xii)** atrasos nas autorizações e licenças necessárias para o início e ou continuidade das operações; dentre outras circunstâncias imprevistas, tais como inadequação de projeção de custos e orçamento do projeto.

Conseqüentemente, quaisquer atrasos poderão alterar os custos inicialmente calculados para os projetos da Companhia, exigindo novos aportes de capital e reduzindo o retorno esperado dos projetos.

Quaisquer desses eventos, ou outros eventos imprevistos, poderão acarretar atrasos no desempenho e na definição de projetos da Companhia ou na superação de custos orçados, fazendo com que a Companhia não alcance suas metas, o que poderá ter um efeito material adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

***O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia poderá requerer capital de longo prazo, podendo ser necessário a contratação de novas dívidas ou a realização de aumentos de capital, que podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, podem estar sujeitos a termos não aceitáveis ou desfavoráveis para a Companhia.***

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem da capacidade de captar recursos para realizar investimentos e concluir projetos de expansão que podem ser direcionados às aquisições, às novas licitações ou à expansão das operações atuais da Companhia. A execução dos investimentos depende de recursos financeiros para a geração de caixa operacional cujas fontes são, basicamente, a captação de recursos no mercado financeiro junto aos bancos públicos e privados e a captação de recursos no mercado de capitais, por meio de títulos de dívida ou de participação acionária. As demandas de mercado, como as pressões causadas pela concorrência ou pela necessidade de atendimento aos níveis de qualidade e produtividade por parte dos clientes, também podem forçar a Companhia a aumentar ou a acelerar a necessidade de realização de investimentos e a captação de recursos, que podem não estar disponíveis ou, mesmo estando disponíveis, podem não estar em termos aceitáveis para a Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Para suportar os investimentos e a estratégia de crescimento, a Companhia pode não ser capaz de obter financiamentos suficientes ou a custos e termos aceitáveis, seja por condições macroeconômicas adversas, o que poderá acarretar, por exemplo, em um aumento significativo das taxas de juros praticadas no mercado, seja pelo desempenho ou por outros fatores externos ao ambiente da Companhia, o que poderá afetá-la de forma relevante.

***A Companhia não está segurada contra todos os riscos envolvidos em suas atividades e as coberturas de seguro da Companhia podem ser insuficientes para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações.***

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que podem gerar a interrupção de suas atividades e as coberturas de seguro para cobrir perdas e/ou responsabilidades incorridas em decorrência de interrupção de atividades de transporte e armazenagem podem ser insuficientes. Além disso, a Companhia não mantém cobertura para interrupção de suas atividades causadas por disputas trabalhistas em nenhuma de suas operações. Dessa forma, caso os empregados da Companhia promovam paralisações, estas podem ter um efeito negativo substancial sobre a Companhia, seja pela paralisação da operação, seja pela eventual necessidade de substituição imediata da mão de obra.

Ademais, a Companhia não possui seguro de seus ativos contra-ataques cibernéticos, guerra ou terrorismo. Portanto, danos e interrupção de atividades causados por esses motivos podem ter um efeito negativo substancial na condição financeira ou nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguros conforme o tipo e o montante necessário a preços razoáveis, sendo que seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser negativamente afetados.

***Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária e aduaneira brasileira ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.***

As autoridades tributárias e aduaneiras implementam regularmente mudanças nos regimes tributário e aduaneiro que podem afetar a Companhia e, em última análise, afetar a demanda dos seus clientes. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, o que pode aumentar os preços que cobra por seus produtos, restringir a capacidade da Companhia de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa os negócios e resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais e aduaneiras. No caso de as autoridades fiscais e aduaneiras interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Outrossim, atualmente há, no Congresso Nacional, diversas propostas para a implementação de uma reforma tributária, tais como as PECs 45 e 110. A proposta básica de ambas é a substituição de cinco tributos existentes hoje (PIS, Cofins e IPI – tributos federais; ICMS – estadual; e ISS – municipal) por um ou dois impostos sobre valor agregado (IVA). A PEC 45 contempla a substituição desses tributos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que seria compartilhado por União, estados e municípios. A PEC 110, por sua vez, propõe a criação de dois IVAS: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido de forma compartilhada entre estados e municípios. Outras propostas também estão em trâmite no Congresso. Os impactos da implementação de uma eventual reforma no sistema tributário brasileiro não podem ser quantificados, e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Caso haja uma reforma tributária, ou quaisquer mudanças na legislação e na regulamentação aplicáveis, que alterem ou extingam os tributos aplicáveis ou os incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, estas poderão afetar direta ou indiretamente os negócios e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita à determinação do imposto de renda e das contribuições **(i)** social sobre o lucro; **(ii)** ao Programa de Integração Social (PIS); e **(iii)** ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), as quais têm como base de cálculo as receitas, conforme definido na legislação tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que esta não coincide com a receita reconhecida com base nos parâmetros estabelecidos pelas práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

Adicionalmente, a Companhia deve atender às disposições da legislação aduaneira, de modo que eventual irregularidade ou alteração da regulamentação aduaneira pode afetar as operações e os resultados da Companhia.

No que tange o cenário brasileiro relativo à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, não se pode afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade do regime especial relativo ao cumprimento de obrigações acessórias do ICMS, caso este seja não aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, a diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, a extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem um prazo máximo de duração para os incentivos já concedidos, que pode variar a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefício fiscal poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Alem disso, a Companhia está sujeita às fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais e aduaneiras. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá exposição fiscal adicional, e que não será necessária a constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras, tornando-se alvo de fiscalização constante, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia.

***A Companhia poderá ser material e adversamente afetada por falhas nos seus processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações à Lei Anticorrupção.***

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, processos de governança, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta por parte de todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que agem em nome, no interesse e em benefícios da Companhia. A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos voltados à prevenção e ao combate à corrupção como, por exemplo, o Decreto-Lei

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 11.129/2022, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002 e o Decreto nº 5.678/2006, assim como outras normas relacionadas.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de **(i)** detectar violações à Lei Anticorrupção, Lei de Improbidade Administrativa ou a leis similares, **(ii)** detectar ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam agir em seu nome, interesse ou benefício; **(iii)** gerenciar todos os riscos que a política de gerenciamento de riscos da Companhia identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e **(iv)** detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, os negócios, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários e terceiros atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, às leis e aos regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e ao combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita às violações de seu Código de Ética e Conduta, das leis e dos regulamentos listados acima e da legislação correlata, em decorrência da conduta nos negócios e da ocorrência de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários e terceiros que atuem em nome próprio ou em benefício da Companhia.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, podendo resultar, por exemplo, nas seguintes sanções: **(i)** multa no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; **(ii)** publicação extraordinária de sentença condenatória; **(iii)** obrigação de reparação de danos causados; **(iv)** perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, e **(v)** proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção perpetradas por seus controladores, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciados, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis acima exemplificadas, praticadas contra a administração pública da República Federativa do Brasil (“Brasil”) ou do exterior por parte de administradores, funcionários, parceiros de negócios ou terceiros que atuam em nome, benefício ou interesse da Companhia, pode resultar em: **(i)** multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; **(ii)** perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; **(iii)** proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou **(iv)** perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, entre outras sanções e consequências, de modo que, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e compliance operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia por parte de usuários, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, os negócios, a capacidade de contratação com o poder público, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia de forma negativa, bem como podem sujeitar seus administradores a sanções criminais.

***A Companhia está sujeita aos riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e de outros tipos de sanções.***

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza dados pessoais, tais como dados de clientes e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. É preciso

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 18 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”) que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia. Posteriormente, em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020, os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entraram em vigor em 1º de agosto de 2021.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: **(i)** a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e **(ii)** a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

O descumprimento à LGPD, pode sujeitar a Companhia e suas subsidiárias às sanções previstas na lei, de forma isolada ou cumulativa, de **(i)** advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; **(ii)** obrigação de divulgação de incidente; **(iii)** suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; **(iv)** suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; **(v)** bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; **(vi)** proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados; **(vii)** multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 por infração; e **(viii)** multa diária, observado o limite global acima mencionado. Além disso, a

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

***A incapacidade ou falha da Companhia em proteger seus ativos de propriedade intelectual, ou ainda, de não violar direitos de propriedade intelectual de terceiros, pode ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.***

As marcas, domínios e outros direitos de propriedade intelectual (incluindo aqueles relacionados à tecnologia e marcas próprias) da Companhia são ativos essenciais para o seu sucesso, de modo que qualquer falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia pode ter um efeito adverso em seus resultados.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger seus ativos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos ativos de propriedade intelectual da Companhia.

Há, também, o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguns de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo dos direitos de propriedade da Companhia, e caso a Companhia não obtenha êxito em tais litígios, seus negócios podem ser materialmente impactados. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

***A Companhia pode encontrar dificuldades em gerenciar seu risco de liquidez e seu risco de crédito.***

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, limites de crédito e reservas de captação monitorando continuamente o fluxo de caixa previsto e real, procurando adequar permanentemente os prazos dos ativos e passivos financeiros. A abordagem da Companhia em administrar a sua liquidez visa assegurar que esta seja sempre suficiente para cumprir com as obrigações da Companhia que expiram sob condições de tensão ou normais, sem causar perda inaceitável ou dano à

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

reputação da Companhia. A Companhia busca assegurar que sempre terá recursos suficientes para arcar com as despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras, excluindo o potencial impacto que circunstâncias extremas, tais como desastres naturais.

A existência do risco de crédito da Companhia pode ser atribuído, principalmente, aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos, contas a receber e outros recebíveis. Os valores apresentados na rubrica "contas a receber" no balanço são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia aplica seu excedente de caixa em títulos públicos e privados de acordo com as normas aprovadas pela administração, que seguem a política interna para concentração de risco de crédito. As aplicações com risco de crédito privado são feitas apenas em instituições financeiras de primeira linha.

Em cenários extremos de escassez de caixa e redução relevante de geração de caixa, a Companhia pode encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas ao seu passivo financeiro que estão estabelecidos para pagamentos em dinheiro ou outro ativo financeiro, o que poderia impactar sua perspectiva de crédito perante instituições financeiras, além de ter impacto adverso em contratos da Companhia.

### ***A Companhia pode não conseguir atender as cláusulas restritivas (covenants) de seus contratos financeiros.***

O endividamento total da Companhia em 31 de março de 2023 era de R\$1.275.498 mil. A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em contratos de empréstimos e financiamentos dos quais é parte, com base em indicadores financeiros e não financeiros, incluindo, entre outras, restrições sobre incorporações, pagamento de dividendos, aquisições e outras reestruturações societárias, cláusulas de efeito adverso relevante, disposições de alteração de controle, falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial.

Dessa forma, caso a Companhia não seja capaz de: **(i)** atender aos *covenants* financeiros estabelecidos com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios; **(ii)** manter as garantias dos contratos de empréstimo e financiamentos válidas; **(iii)** cumprir com as premissas de modelo financeiro; **(iv)** adimplir com todas as obrigações financeiras contraídas; ou **(v)** cumprir com seus contratos com clientes, a Companhia poderá vir a inadimplir tais contratos, levando a uma aceleração e ao vencimento antecipado de suas dívidas, o que pode inclusive levar a um descumprimento cruzado (*cross default*) e vencimento antecipado cruzado (*cross default*) de suas dívidas. Qualquer descumprimento contratual que leve à aceleração das dívidas da Companhia (*cross default* ou *cross acceleration*) pode afetar adversamente os seus negócios e os seus resultados operacionais. Para mais informações, ver a seção 2.1.(f) deste Formulário de Referência.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### ***Falhas nos sistemas da Companhia, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente seus negócios.***

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados, que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas aos mercados, aos clientes ou a outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações nas quais a Companhia se baseou ou com as quais alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, ela poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia dos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Adicionalmente, os procedimentos da Companhia de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração. Caso os funcionários da Companhia ou outras pessoas a ela relacionadas se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e sua imagem.

### ***Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.***

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo CPC e as normas internacionais do IFRS são emitidas pelo IASB. O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

***A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento.***

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, ambiental e trabalhista e poderá se tornar parte em processos judiciais e administrativos no futuro, destas ou de outras naturezas. Não se pode assegurar que as ações e os processos administrativos serão resolvidos a favor da Companhia. As provisões constituídas pela Companhia (quando existentes) podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente de eventuais decisões adversas em demandas judiciais e administrativas.

Assim, caso o total ou uma parcela significativa das ações judiciais e dos processos administrativos venha a resultar em decisão desfavorável à Companhia, esta pode ter um impacto adverso relevante nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem ser convertidas em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração, da diretoria e os acionistas da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, trabalhista, entre outros. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia e/ou impedir a Companhia e suas controladas de contratar com o Poder Público, o que poderia causar efeito adverso relevante em sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Por fim, além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar adversamente a sua capacidade financeira. Para descrição das contingências contenciosas materiais, vide itens 4.4 e 4.6 deste Formulário de Referência.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### ***A revisão do valor contabilizado na aquisição da EPSA poderá causar impactos patrimoniais à Companhia.***

Em novembro de 2022, a CLI Sul S.A. (“CLI Sul”), controlada da Companhia, adquiriu 80% as ações da empresa Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), pelo montante de R\$1.524 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 a CLI Sul efetuou alocação do montante pago de forma provisória, sendo que tal contabilização exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela administração da CLI Sul com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essas transações, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da empresa adquirida.

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA. Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da CLI Sul a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

A CLI Sul não concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está apresentando nessas demonstrações financeiras uma alocação provisória com base em suas melhores estimativas.

Essa contabilização inicial considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela CLI Sul, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

#### ***b) aos acionistas, em especial os acionistas controladores***

Não aplicável.

#### ***c) às controladas e coligadas***

Às controladas da Companhia, em especial a CLI Sul S.A., se aplicam os mesmos fatores de riscos descritos na letra “a” acima.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### ***d) aos administradores***

**A perda de membros da alta administração da Companhia, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter conselheiros, diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.**

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade da sua alta administração. A perda dos membros da sua alta administração, inclusive em decorrência de eventual desinvestimento futuro pelos acionistas controladores da Companhia, poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e os resultados operacional e financeiro da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, inclusive aqueles que eventualmente guardem relação com seus acionistas controladores, esta poderá não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. A eventual saída de tais administradores ou profissionais-chave poderá impactar os negócios da Companhia.

### ***e) aos fornecedores da Companhia***

**Os fornecedores da Companhia podem aumentar o valor de seus produtos e/ou serviços, alterando a estrutura de custos atual, afetando de maneira adversa o resultado financeiro e operacional.**

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à dificuldade de contratação de insumos, tais como combustíveis, peças e equipamentos ou mão de obra e energia, em condições favoráveis à Companhia, o que poderá impactar adversamente a sua condição financeira e os seus resultados. O preço e a disponibilidade dos insumos dependem de fatores políticos, econômicos e mercadológicos e não se pode prever quando os preços destes insumos sofrerão reajustes. Quaisquer aumentos imprevistos nos custos da Companhia, em especial se esta não conseguir repassá-los, poderá impactar negativamente o fluxo de caixa e os resultados financeiros da Companhia.

**As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores.**

O sucesso das atividades da Companhia depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial com seus fornecedores. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com a renovação dos contratos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

existentes, por exemplo, e suas atividades e seus resultados operacionais e financeiros podem ser prejudicados. Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a reputação ou patrimônio da Companhia poderão ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores, em especial aqueles com produtos/serviços mais restritos, como fornecedores de semirreboques, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

***A Companhia pode ser prejudicada pelo mau funcionamento ou interrupção de sistemas de tecnologia da informação ou maquinário automatizado de seus fornecedores, bem como por riscos associados a incidentes de segurança cibernética contra tais fornecedores, que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis.***

A atuação dos fornecedores da Companhia é dependente de sistemas de tecnologia da informação, de modo que quaisquer incidentes de segurança da informação causados por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais, podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados por tais fornecedores e, portanto, prejudicar ou mesmo paralisar seus negócios e impactar negativamente suas operações, ou ainda, causar um efeito material adverso nos resultados dos seus negócios, inclusive por conta de multas, obrigações perante clientes ou litígio judicial.

A ocorrência de quaisquer incidentes de segurança cibernética destes fornecedores pode resultar em paralisações parciais e/ou temporárias das operações e/ou acesso indevido a informações estratégicas, além da perda de dados relevantes da Companhia nos sistemas desses fornecedores. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ter suas operações prejudicadas, afetando adversamente os negócios e a reputação da Companhia.

Alguns sistemas são utilizados no modelo SaaS, sigla para Software as a Service, ou Software como Serviço. Neste modelo o fornecedor se responsabiliza, mediante contratos, pela disponibilização do serviço, garantindo a conectividade, os servidores necessários e tomando os cuidados necessários com a segurança da informação. Neste sentido existe a possibilidade de aumento de ataques cibernéticos por meio do acesso empregados da Companhia através da internet e a segurança cibernética das redes utilizadas podem não apresentar o mesmo nível de segurança daquela do ambiente de trabalho corporativo, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **f) aos clientes da Companhia**

#### ***A Companhia está exposta a riscos de crédito e outros riscos de contrapartes de seus clientes no curso normal dos seus negócios.***

A Companhia tem como prática conceder crédito a seus clientes. Como esses clientes têm diferentes graus de credibilidade, a Companhia está exposta ao risco de não recebimento ou inadimplência dos contratos ou acordos celebrados com estes clientes. Se um número significativo de clientes relevantes inadimplir com suas obrigações de pagamento, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia podem vir a ser afetados de forma adversa.

A Companhia tem créditos com prazos variáveis e seus clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com os mesmos.

### **g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue**

#### ***O setor de terminais portuários para granéis sólidos vegetais poderá se tornar mais competitivo.***

A Companhia enfrenta concorrência em relação a outros terminais portuários de granéis sólidos vegetais. De maneira geral a concorrência se baseia nos preços cobrados, na qualidade, na segurança e na eficiência do serviço prestado. Dessa forma, existe a possibilidade de migração de clientes para outros terminais por razões comerciais e/ou geográficas, bem como em razão dos preços praticados.

Caso esses concorrentes consigam aumentar sua eficiência e sua competitividade, a Companhia pode não conseguir obter o crescimento da movimentação de granéis sólidos com a rapidez que é esperada ou até perder parte das operações atuais.

A Companhia também enfrenta concorrência na atividade de armazenagem dos granéis sólidos vegetais, especialmente no que se refere às atividades de logística. Se os atuais concorrentes da Companhia conseguirem melhorar a eficiência e a competitividade de suas operações, ou se um novo concorrente estabelecer com sucesso um armazém para granéis sólidos vegetais, a Companhia pode não conseguir obter o crescimento de armazenagem de carga com a rapidez esperada ou manter a rentabilidade.

Quaisquer dos fatores acima podem causar um efeito adverso sobre o resultado operacional e financeiro da Companhia

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### ***h) à regulação dos setores em que a Companhia atua***

***A prestação de serviços de elevação portuária pela Companhia insere-se em um ambiente regulado e eventuais medidas adotadas pela Administração Pública podem impactar suas atividades.***

Os serviços de elevação portuária prestados pela Companhia e/ou suas controladas são amplamente regulados e supervisionados pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Infraestrutura, bem como pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”). A ANTAQ tem por função regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte hidroviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, harmonizando os interesses dos usuários com os das empresas prestadoras de serviço, preservando o interesse público.

Tais atividades são intensamente reguladas por meio de leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções, entre outros atos legislativos e regulamentares. Alterações na legislação ou na regulamentação relativas ao setor portuário pode afetar adversamente os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Os contratos de arrendamento portuário celebrados pela Companhia e/ou suas controladas foram celebrados com o extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, cuja competência atualmente é exercida pelo Ministério da Infraestrutura, que figurava como Poder Concedente quando as outorgas foram realizadas, posteriormente substituído pela ANTAQ, após o advento da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, conforme alterada. Em vista disso, as atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou suas controladas inserem-se em ambiente altamente regulado, vez que os contratos de arrendamento são contratos administrativos. Tais contratos são regidos por normas de direito público, que conferem à Administração Pública a prerrogativa de: **(i)** modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; **(ii)** rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993, conforme alterada, e na Lei Federal nº 8.987, 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada; **(iii)** fiscalizar lhes a execução; e **(iv)** aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sob o contrato, dentre outros.

Assim, a atuação da Administração Pública, em geral, pode impactar nos serviços prestados pela Companhia e/ou suas controladas. Caso, exemplificativamente, **(i)** exista a imposição de novas obrigações; **(ii)** haja a necessidade de se efetuar investimentos adicionais, não previstos originalmente nos contratos de arrendamento, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, ou de veiculação de novas resoluções pela ANTAQ; **(iii)** ocorra a redução do escopo dos contratos de arrendamento; ou **(iv)** determinadas medidas estruturadas pela Companhia não sejam efetivadas (como a eventual prorrogação

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

antecipada, a extensão de prazo de outorgas em vigor ou a sua realização em condições não favoráveis para a Companhia); a condição econômico-financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

***A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos que exigem que as suas atividades obtenham licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações. A falha na obtenção, na manutenção ou na renovação tempestiva de licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações necessárias à operação dos terminais portuários pode impedir a condução regular das atividades.***

A Companhia está sujeita à uma extensa gama de leis e regulamentos que exigem que as suas atividades obtenham licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações, incluindo aquelas que tratam da regularidade das áreas construídas, que hoje compõem suas instalações, bem como as que autorizam o exercício de suas atividades como requisito à operação dos terminais portuários, expedidas principalmente pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério de Infraestrutura), pela ANTAQ, pela Administração do Porto de Itaquí, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Receita Federal do Brasil, por órgãos ambientais federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por órgãos ambientais estaduais, pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério do Exército e pela Polícia Civil, conforme aplicável, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Municipalidades, corpos de bombeiros competentes, entre outros. Ainda, a Companhia deverá manter o ato de alfandegamento para operar como instalação portuária de uso público, de modo que a perda do referido ato poderá ensejar a aplicação de penalidades, incluindo multas e restrições à continuidade das operações de importação e exportação da Companhia.

O não cumprimento dessas leis e regulamentos, a falha no atendimento de suas condicionantes ou a ausência das licenças, outorgas, alvarás, autos e autorizações necessários às operações da Companhia pode impedir a continuidade das atividades e ensejar a aplicação de penalidades à Companhia, às suas controladas e aos seus administradores, nas esferas administrativa e criminal, além do dever de reparar eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua conduta (responsabilidade civil). Esses fatores podem resultar na interrupção temporária e/ou definitiva das atividades da Companhia, podendo afetar os seus resultados de forma adversa.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***A atividade da Companhia de exploração de terminal portuário público, por meio de contratos de arrendamento, é considerada de interesse público e está sujeita a diversas regulamentações governamentais. Além disso, as atividades da Companhia também podem ser afetadas adversamente pela entrada de novos concorrentes nos portos onde opera ou pela construção de novos terminais privados (TUPs) com a mesma região de influência dos terminais atualmente operados.***

A principal atividade desenvolvida pela Companhia, qual seja, operação de porto, é de interesse público e espaços arrendados à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. Aos poderes concedentes, é conferida ampla discricionariedade, podendo determinar, inclusive, que os preços cobrados pela Companhia sejam reduzidos ou os investimentos que a Companhia deve realizar sejam incrementados, ainda que observado o direito da Companhia ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento.

A implementação da estratégia de crescimento, a condução das atividades da Companhia e, conseqüentemente, os seus resultados, podem ser adversamente afetadas pelas medidas governamentais acima descritas, bem como por alterações nas leis e regulamentos aplicáveis ao setor, podendo causar aumento nos custos e/ou redução de receitas, o que poderá causar efeito adverso sobre o resultado.

Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pela entrada de novos concorrentes nos portos onde opera ou pela construção de novos terminais privados (TUPs) com a mesma região de influência dos terminais atualmente operados, podendo aumentar a concorrência.

***i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua***

Não aplicável, pois a Companhia não tem operações no exterior.

***j) às questões sociais***

***Os operadores de terminais em porto público são obrigados a utilizar trabalhadores portuários registrados no Órgão Gestor da Mão de Obra – OGMO além de contratar trabalhadores portuários com vínculo empregatício. O custo deste tipo de contratação pela Companhia poderá aumentar caso seja obrigada a contratar apenas trabalhadores registrados no Órgão Gestor da Mão de Obra – OGMO.***

Os operadores de terminais, localizados dentro da área da Companhia, são obrigados a utilizar em parte de suas operações trabalhadores portuários registrados em um órgão, sem fins lucrativos e formado pelos operadores portuários de cada porto, denominado Órgão Gestor de Mão de Obra ("OGMO"). Atualmente esses trabalhadores, sindicalizados em seis categorias profissionais diferenciadas, em sua

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

maioria não possuem vínculo empregatício com os operadores de terminais e, de modo geral, apresentam produtividade abaixo daqueles contratados com vínculo empregatício.

Os trabalhadores registrados no OGMO representam um custo superior de contratação tendo em vista a exigência de contratação de um número elevado de trabalhadores registrados no OGMO. Periodicamente, esses trabalhadores registrados no OGMO têm ameaçado buscar medidas governamentais ou intervenção judicial visando a aumentar o número de trabalhadores avulsos sindicalizados que os operadores de terminais são obrigados a contratar, o que importaria no aumento dos respectivos salários. Se tais medidas ou intervenções forem implementadas e obtidas, a Companhia pode ter de contratar outros trabalhadores avulsos sindicalizados ou pagar salários mais elevados, o que aumentaria os custos gerais com mão de obra da Companhia, acarretando um efeito adverso na Companhia.

***A Companhia poderá ter que responder solidariamente com o OGMO pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.***

De acordo com o artigo 33, parágrafo 2º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, conforme alterada (Lei dos Portos), a Companhia poderá, no âmbito de discussões judiciais, ser considerada solidariamente responsável por dívidas e disputas trabalhistas ajuizadas em face do OGMO referentes à remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho, podendo ser autuada e/ou obrigada a efetuar o pagamento de dívidas cíveis e trabalhistas e multas impostas pelas autoridades competentes, causando impacto adverso no resultado da Companhia.

***Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia e das empresas terceirizadas pode afetar as suas operações.***

Os empregados da Companhia e os seus terceirizados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. As operações de transporte e de serviços logísticos podem ser afetadas em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária dos prestadores de serviços da Companhia, bem como em caso de aumento salarial, inclusive de terceirizados, caso a Companhia não seja capaz de repassar tal aumento aos seus clientes.

Qualquer paralisação significativa, redução de carga horária, aumento de salário não repassado aos seus clientes, ou outra questão envolvendo caminhoneiros ou carreteiros poderá afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, como parte substancial das atividades da Companhia é terceirizada, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

poderá afetar a qualidade e continuidade de seus negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

### **k) às questões ambientais**

***A Companhia poderá sofrer impactos em suas atividades, reputação e em seus negócios decorrentes da legislação e regulamentação ambientais e de acordos e tratados internacionais relativos a mudanças climáticas e sanções comerciais em geral no comércio de grãos vegetais sólidos.***

As atividades da Companhia estão sujeitas à rígida legislação federal, estadual e municipal relativas à preservação ambiental. A Companhia também está sujeita à ocorrência de acidentes, tais como vazamentos, rompimentos e contaminações, que podem afetar a sua imagem e resultar na responsabilidade de reparação dos danos causados. A Companhia pode estar sujeita aos custos e aos encargos significativos impostos por agências reguladoras e outros órgãos de governos municipais, estaduais, federal.

Considerando que a legislação ambiental e sua fiscalização pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, os investimentos em bens de capital e despesas de compliance ambiental poderão aumentar consideravelmente. Ademais, as demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como eventual impossibilidade de cumprimento das exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos e das atividades da Companhia, bem como, a não aprovação de novas linhas de financiamento.

Desse modo, investimentos necessários ao atendimento de regulamentação ambiental poderão acarretar reduções em outros investimentos.

Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, bem como eventuais contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios, a imagem, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais. O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados em seus estabelecimentos e o risco de eventual contaminação em razão das atividades desenvolvidas pode afetar adversamente o negócio da Companhia.***

A legislação ambiental impõe responsabilidade civil objetiva àquele que causar, direta ou indiretamente, degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa, bastando haver o dano como resultado da atividade desenvolvida. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a terceiros afetados poderá impedir a Companhia ou levá-la a retardar, redirecionar ou ter inviabilizados planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental em termos gerais pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais independentemente da obrigação de reparar ou indenizar o dano causado. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

Caso a Companhia ou suas controladas causem ou de outra forma sejam consideradas responsáveis por algum dano ambiental, conforme acima, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios.

Adicionalmente, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas ("TAC") e/ou Termos de Compromissos ("TC") genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados em TAC e/ou TC, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **l) às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

***Mudanças climáticas desfavoráveis podem afetar a produção dos produtores agrícolas que vendem produtos para os clientes da Companhia, podendo ter efeitos adversos nos negócios da Companhia e suas controladas.***

Considerando que a Companhia e suas controladas têm ou podem vir a ter fornecedores que adquiram produtos de empresas atuantes no setor primário, as quais sofrem grande influência das mudanças climáticas, há o risco desses fornecedores serem impactados pelos riscos físicos, tendo suas atividades, negócios e/ou patrimônio impactados por danos diretos aos ativos e impactos indiretos na cadeia de suprimentos provocados por secas, ondas de calor ou frio extremo, geadas e excesso de chuva, entre outros fenômenos naturais, que podem ocorrer ou se intensificar a partir das mudanças climáticas, afetando diretamente os negócios da Companhia e de suas controladas pela diminuição ou interrupção da oferta dos produtos a seus clientes, de tal modo que os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

### **m) outros riscos não compreendidos nos itens anteriores**

***O governo brasileiro tem exercido historicamente e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país. As condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar adversamente a Companhia e as cotações dos seus valores mobiliários.***

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e, em algumas situações, fez mudanças significativas na política e regulamentações. Algumas das ações do governo brasileiro para controlar a inflação e influenciar políticas e regulações frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais e previdenciárias, controle de preços, controle cambial e controle de remessa, desvalorizações, controles de capital e limites nas importações. O negócio, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia podem ser afetados negativamente por mudanças políticas e regulatórias de nível federal, estadual ou municipal ou fatores como: **(i)** instabilidades econômica, política e social; **(ii)** aumento da taxa de desemprego; **(iii)** taxas de juros e políticas monetárias (tais como medidas restritivas de consumo que possam afetar a renda da população e medidas governamentais que possam afetar os níveis de investimento e emprego no Brasil); **(iv)** aumentos relevantes na inflação ou forte deflação em preços; **(v)** flutuações da moeda; **(vi)** controles de importação e exportação; **(vii)** controle cambial e restrições sobre remessa internacional (como aqueles estabelecidos em 1989 e no começo dos anos 1990); **(viii)** alterações a leis ou regulamentações de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos; **(ix)** esforços para implementar reformas trabalhistas, fiscais e previdenciárias (incluindo a majoração de tributos, de forma geral e especificamente sobre dividendos); **(x)**

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

escassez e racionamentos de energia e água; **(xi)** liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimos; e **(xii)** outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Incertezas sobre a possibilidade de o governo implantar mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores geram incertezas na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e de títulos e dos valores mobiliários emitidos no estrangeiro por sociedades brasileiras. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades comerciais da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, podendo também afetar adversamente o preço de negociação dos seus valores mobiliários.

Tais fatores são consolidados na medida em que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de lenta recuperação, com um crescimento de 1,2% do produto interno bruto ("PIB") no 2º trimestre de 2022, em face ao crescimento de 3,2% para o mesmo período em 2021. Antes de 2021, o Brasil já estava enfrentando uma recessão profunda em razão das conseqüências econômicas geradas pela pandemia da COVID-19. A taxa de retração do PIB do Brasil foi de 4,1% em 2020.

Os resultados das operações e condições financeiras da Companhia foram e continuarão a ser afetados pelo enfraquecimento do PIB brasileiro. Desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, o uso de produtos e serviços da Companhia, que pode ter efeito adverso no preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

***A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios, resultados das operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.***

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como "Lava Jato". Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

a economia brasileira, o ambiente político e do mercado de capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou funcionários ou executivos de empresas surgirão no futuro.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. Além disso, o atual governo federal do Brasil não conseguiu implementar mudanças significativas e/ou estruturais na política, estrutura fiscal ou regulamentação brasileira que pudessem contribuir para o crescimento de longo prazo no Brasil.

Ademais, Luis Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em outubro de 2022, para o mandato de quatro anos iniciado em 2023. As incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, principalmente considerando que a maioria eleita para o legislativo federal é de partido de oposição ao presidente eleito, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como o clima político instaurado após as eleições, com manifestações massivas e/ou greves, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Tais acontecimentos podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil, o que, conseqüentemente, pode impactar a cotação das ações de emissão da Companhia.

***Os esforços do governo brasileiro para combater a inflação podem dificultar o crescimento da economia brasileira e poderiam afetar adversamente o valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.***

Historicamente, o Brasil experimentou altas taxas de inflação. A inflação e certas medidas tomadas pelo governo brasileiro para contê-la, incluindo o aumento da taxa SELIC estabelecida pelo Banco Central, juntamente com a especulação sobre as medidas governamentais a serem adotadas, afetaram materialmente e adversamente a economia brasileira e contribuíram para a incerteza econômica no

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Brasil, aumentando a volatilidade no mercado de capitais brasileiro e nos afetando adversamente. A inflação anual do Brasil, medida pelo índice geral de preços (Índice Geral de Preços - Mercado), foi de 17,8% em 2021, 23,1% em 2020 e 7,31% em 2019. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou inflação de 10,06% em 2021, 4,52% em 2020 e 4,31% em 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou IBGE.

O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, restringiram e poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central e a redução das taxas de juros desencadearam e poderão desencadear aumentos na inflação e, conseqüentemente, aumento na volatilidade e necessidade repentina e significativa de aumento na taxa de juros, que podem afetar negativamente o negócio e aumentar os pagamentos sobre o endividamento da Companhia. Adicionalmente, há a possibilidade de a Companhia não conseguir reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos.

O Comitê de Política Monetária do Brasil (Comitê de Política Monetária) aumentou as taxas de juros oficiais de 9,25% em dezembro de 2021 para 13,75% em setembro de 2022, tendo atingido altas históricas. Quaisquer medidas futuras adotadas pelo governo brasileiro, incluindo reduções adicionais nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real brasileiro podem desencadear inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que aumentam a taxa de juros podem ter efeito adverso, considerando que o endividamento da Companhia é indexado à taxa dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Pressões inflacionárias podem reduzir a capacidade da empresa de acessar o mercado financeiro externo ou levar a políticas governamentais de combate à inflação que podem ser prejudiciais para a Companhia ou afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

***Qualquer deterioração na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.***

Avaliações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos em futuras emissões de dívida nos mercados financeiros. Agências de classificação regularmente avaliam o Brasil e suas notas de crédito soberano, as quais são baseadas em diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, medidas de endividamento e perspectiva de mudanças destes fatores.

A Standard & Poor's ("S&P") reduziu a nota de crédito do Brasil para BB- com perspectiva estável em luz das dúvidas sobre a eleição presidencial de 2018 e dos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

esforços para reforma da previdência. Em dezembro de 2019, a S&P revisou de estável para positiva a perspectiva do rating do Brasil, em função de medidas de consolidação fiscal realizadas pelo governo que têm ajudado a reduzir o ainda alto déficit do país e a nota de crédito de BB- foi mantida. Em decorrência da pandemia da COVID-19, em 2020 e 2021, a S&P manteve a nota de crédito do País em BB- com perspectiva estável.

A agência Moody's colocou a nota de crédito da dívida externa do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, mantendo-a em setembro de 2018, citando os novos cortes de gastos do governo esperados. Em maio de 2019, a Moody's confirmou nota de crédito da dívida externa do Brasil em Ba2 e alterou a perspectiva para estável, reafirmando esta classificação em 2020 e 2021.

A agência Fitch também rebaixou a nota de crédito do Brasil para BB-menos em fevereiro de 2018, com perspectiva estável em razão dos déficits fiscais e pelo peso da dívida do governo brasileiro. Diante da deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas as dimensões, da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19, o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em 2020, reafirmando esta classificação em 2021.

As revisões das notas das agências S&P e Fitch para BB- em anos anteriores, afetaram negativamente os preços de negociação de títulos de dívida e de equity de emissores brasileiros.

Quaisquer rebaixamentos adicionais das notas de crédito soberano do Brasil poderão elevar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro de emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

### ***A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.***

A moeda brasileira tem historicamente apresentado frequente e substanciais variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Em 2019, o real depreciou frente ao dólar norte-americano atingindo R\$4,0301 para US\$1,00. Em 14 de maio de 2020, frente à pandemia da COVID-19 o câmbio entre o real e o dólar norte-americano era de R\$5,9372 para US\$1,00. Em 2020, o real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em relação a 2019, atingindo R\$5,1967 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2020. Em 2021, o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte-americano em comparação com 2020, chegando a R\$5,5805 para US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$5,4773, uma pequena valorização em relação ao dólar norte-americano que fechou o ano de 2021. Em 31 de março de 2023 a taxa de câmbio (venda) entre o Real e o dólar norte-americano foi de R\$5,0803. Não há como assegurar que o real não irá depreciar ainda mais frente ao dólar norte-americano.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumento das taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo, restringe o acesso a mercados financeiros e estimula a intervenção governamental, inclusive políticas governamentais recessivas. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também causou, inclusive no contexto do abrandamento econômico, diminuição das despesas do consumidor, pressões deflacionárias e reduziu o crescimento da economia como um todo. A depreciação também poderá reduzir o valor em moedas estrangeiras das distribuições e dividendos e o equivalente em tais moedas do valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Consequentemente, a Companhia pode ser material e adversamente afetada pelas variações de taxa de câmbio, inclusive as relativas à conversão entre real e o dólar norte-americano.

***A instabilidade e os conflitos econômicos e políticos globais, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira ou os resultados operacionais da Companhia.***

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por condições econômicas e políticas instáveis e conflitos geopolíticos, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. O atual conflito militar e sanções relacionadas, bem como controles de exportação/importação ou ações que possam ser iniciadas por nações como o Brasil e outras incertezas em potencial podem prejudicar os negócios e/ou a cadeia de suprimentos, parceiros de negócios ou clientes da Companhia, e pode causar mudanças nos padrões de negócios de seus clientes e interromper a sua necessidade por serviços de elevação portuária.

Os custos de inflação, energia e commodities podem flutuar como resultado do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as sanções econômicas relacionadas. Essas flutuações podem resultar em um aumento em seus custos de transporte para distribuição, custos de serviços públicos para as lojas de varejo e custos de compra de produtos de seus fornecedores. Um aumento contínuo nos custos de energia e *commodities* pode afetar negativamente os gastos do consumidor e a demanda pelos produtos da Companhia e aumentar seus custos operacionais, os quais podem ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais, sua situação financeira e seus fluxos de caixa.

Os efeitos do conflito militar em curso resultaram em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros, bem como em um aumento nos preços de energia e commodities globalmente. Caso as tensões geopolíticas não diminuam ou se deteriorem ainda mais, sanções governamentais adicionais podem ser decretadas impactando negativamente a economia global, seus sistemas bancários e monetários, mercados ou clientes dos produtos da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Além do conflito já existente entre Rússia e Ucrânia, novos conflitos armados ou guerras comerciais que venham a ocorrer poderão causar interrupções de rotas de navegação internacionais e/ou a imposição de sanções internacionais com as quais a Companhia está sujeita cumprir, impedindo a realização de transações com determinados países ou indivíduos de países sancionados, ou que beneficiem direta ou indiretamente indivíduos sancionados. Pode haver também a imposição de sanções impedindo que a Companhia mantenha transações, direta ou indiretamente, envolvendo países ou indivíduos de países sancionados ou que beneficiem direta ou indiretamente indivíduos sancionados.

***Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros e o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.***

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em uma recessão global, com vários efeitos que, direta ou indiretamente, prejudicaram os mercados financeiros e da economia brasileira.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O Brasil está sujeito a acontecimentos que incluem, por exemplo: **(i)** a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos; **(ii)** o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais; **(iii)** a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China; e **(iv)** crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, impactar negativamente a cadeia de fornecimento de suprimentos de matéria-prima primordial às montadoras de caminhões e maquinários, com consequente aumento inflacionários e de taxas e juros sobre as mercadorias, entre outras, e que podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2. - Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

***Variações climáticas, sazonalidade da safra e pragas ou doenças nas colheitas poderão impactar negativamente a produção agrícola nas fazendas reduzindo a oferta de produtos comercializáveis pelos clientes da Companhia, impactando no nível de contratação da Companhia e os seus resultados.***

O setor agrícola é diretamente dependente do clima, sendo que anomalias climáticas podem ter um impacto nas atividades dos clientes da Companhia. Secas, ondas de calor ou frio extremo, geadas e excesso de chuva são alguns dos fenômenos climáticos que podem afetar as lavouras e impactar negativamente a produção dos produtores agrícolas que vendem para os clientes da Companhia. A exposição dos clientes da Companhia aos diversos impactos que podem ser causados pelos fenômenos da natureza e a possível falta de produtos para serem exportados que os clientes da Companhia podem sofrer em razão de variações climáticas, podem causar um impacto adverso relevante nos negócios, operações, resultados e situação financeira dos clientes da Companhia.

Adicionalmente, as lavouras atuais e futuras dos produtores agrícolas fornecedores de produtos para os clientes da Companhia estão expostas a pragas e doenças, que podem afetar a sua produção. O combate, ou o controle, das pragas e doenças hoje existentes e conhecidas demanda investimentos constantes, o que encarece o custo de sua produção, e o surgimento de novas pragas e/ou a mutação dos tipos de pragas e doenças hoje existentes, podem reduzir a oferta de produtos comercializáveis dos produtores agrícolas que fornecem produtos para os clientes da Companhia e, conseqüentemente, causar um impacto negativo sobre a situação financeira e os resultados dos clientes da Companhia.

Caso variações climáticas e/ou doenças e pragas afetem as colheitas e, conseqüentemente, a oferta de produtos agrícolas comercializáveis para os clientes da Companhia que podem deixar de utilizar os serviços da Companhia, o que poderá impactar os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

***As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro, assim como por condições climáticas adversas, efeitos das mudanças climáticas e outros fatores fora do controle da Companhia.***

As estruturas físicas da Companhia podem ser afetadas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão no controle da Companhia, bem como por mudanças climáticas na região em que atua.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Companhia está sujeita, especialmente, ao risco de derrubada de suas correias transportadoras decorrentes de rajadas de vento acima das previstas na “Norma Brasileira ABNT NBR 6123:1988”, que trata dos projetos de equipamentos e estruturas sujeitos às forças do vento. Como resultado prático, a Companhia poderá ficar incapacitada de executar devidamente suas funções, de tal modo que os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Além disto, uma parte relevante dos produtos elevados pela Companhia chegam aos seus terminais através de linhas férreas. Em particular as linhas férreas localizadas nas encostas da Serra do Mar que dão acesso a Santos estão sujeitas a deslizamentos e desmoronamentos que poderiam interromper a chegada de produtos dos clientes da Companhia aos armazéns para embarque nos navios.

Adicionalmente, os acessos por rodovia ao Porto de Santos na Serra do Mar também estão sob risco com eventos extremos de desmoronamento que poderiam afetar significativamente a chegada de produtos ao Porto e aos terminais.

***A Companhia pode não ser capaz de cumprir os termos de seus contratos de arrendamento portuário, o que pode acarretar o pagamento de multas, bem como outras penalidades e, a depender da gravidade do descumprimento, na perda de suas respectivas concessões, subconcessões e autorizações. Eventuais multas ou a perda do direito de exploração podem afetar os negócios da Companhia e seus resultados de maneira adversa relevante.***

A Companhia tem o direito de gerir, operar e administrar o Lote III do Terminal de Grãos do Maranhão do Porto de Itaquí e a área SSZ-29 do Porto de Santos, todos com base em contratos de arrendamento. Os contratos de arrendamento podem ser rescindidos antes do vencimento de seus prazos, em geral, na ocorrência dos seguintes eventos: **(i)** desapropriação, pelo Governo Federal, por motivos de interesse público; **(ii)** não cumprimento de obrigações previstas nos respectivos contratos (incluindo a prestação de serviços ineficientes ou a falha em sanar um problema) ou o inadimplemento no pagamento dos valores devidos pela Companhia, nos termos de tais contratos; ou **(iii)** falência ou dissolução da Companhia. Ainda, nos termos dos contratos de arrendamento, a Companhia deverá atingir determinadas metas operacionais. Caso essas metas não sejam alcançadas, a Companhia poderá ser multada e, em caso de reincidência, os contratos de arrendamento poderão ser rescindidos pelas respectivas autoridades portuárias. Ademais, mesmo que os contratos de arrendamento não sejam rescindidos antes do seu vencimento, não se pode garantir em que termos esses contratos serão renovados, nem se a Companhia conseguirá obter suas renovações.

Caso algum dos contratos de arrendamento seja rescindido por qualquer dos motivos acima, o direito de operação cessará e a operação comercial será encerrada. Após essa rescisão, todos os bens vinculados ao arrendamento (juntamente com quaisquer

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

investimentos nele realizados pela Companhia) serão revertidos ao Governo Federal. A Companhia será obrigada a indenizar a autoridade portuária por quaisquer ativos revertidos que não estejam em condições operacionais apropriadas na data da reversão. Apesar de ter o direito de receber uma indenização em dinheiro, referente ao valor não amortizado ou depreciados dos bens que integram o arrendamento pela Companhia (ativos comprados ou construídos), não se pode garantir que esse valor seja suficiente para o ressarcimento integral da Companhia pelo valor desses ativos ou lucros cessantes. Em caso de rescisão dos contratos de arrendamento por inadimplemento, esse valor poderá ser reduzido a zero devido à imposição de multas e outras penalidades.

***Um percentual substancial dos negócios da Companhia advém da prestação de serviços a um número limitado de clientes e os resultados da Companhia dependem do volume de negócios realizados com seus clientes.***

Como prestadora de serviços de logística portuária, com custos fixos representativos, os resultados da Companhia dependem do volume de negócios contratado por seus clientes, incluindo a manutenção de políticas de relacionamento e de crédito, bem como a manutenção da demanda e da satisfação de seus clientes com seus serviços e a ausência de efeitos materiais adversos nos negócios de seus clientes.

Caso o volume de negócios contratados da Companhia diminua de forma significativa, incluindo a condução, por seus principais clientes, de suas próprias operações de logística, ou se a capacidade destes de realizar os pagamentos em dia pelos serviços da Companhia for afetada de maneira negativa, as margens operacionais da Companhia podem ser impactadas devido à menor diluição dos custos fixos envolvidos, uma vez que tais clientes representam uma porção significativa da receita da Companhia.

Ademais, se os clientes Companhia sofrerem efeitos econômicos materiais adversos, vindo a demandar menos os serviços da Companhia, ou aumentando de forma significativa o índice de inadimplência da Companhia, os resultados financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa, principalmente quando se considera a quantidade de ativos imobilizados que a Companhia possui para atendimento de seus clientes.

Ainda, caso ocorra o término dos contratos celebrados com seus clientes, a Companhia estará sujeita a concorrência de seus competidores, e não pode garantir que conseguirá renová-los, inclusive nos mesmos níveis de rentabilidade anterior. A perda de um ou mais destes grandes clientes para os seus concorrentes poderá afetar de maneira adversamente relevante os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, os negócios dos clientes da Companhia, sendo elas empresas de trading internacionais estão sujeitas a interrupções ou modificações substanciais em

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

caso de guerras físicas ou comerciais. Conflitos armados ou tensões comerciais podem tanto interromper fluxos de comércio e corredores de navegação relevantes para o fluxo mundial de produtos agrícolas ou levar à imposição de sanções comerciais entre países relevantes para o comércio de produtos agrícolas dos clientes da Companhia. Por fim, conflitos armados e guerras comerciais podem levar à imposição de sanções e restrições a operações comerciais que afetem os clientes da Companhia impondo restrições à prestação de serviços de elevação para cargas que tenham como destino países que venham a ser sancionados ou indivíduos relacionados a países que venham a ser sancionados.

***A instabilidade e os conflitos econômicos e políticos globais, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira ou os resultados operacionais da Companhia.***

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por condições econômicas e políticas instáveis e conflitos geopolíticos, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. O atual conflito militar e sanções relacionadas, bem como controles de exportação/importação ou ações que possam ser iniciadas por nações como o Brasil e outras incertezas em potencial podem prejudicar os negócios e/ou a cadeia de suprimentos, parceiros de negócios ou clientes da Companhia, e pode causar mudanças nos padrões de negócios de seus clientes e interromper a sua necessidade por serviços de elevação portuária.

Os custos de inflação, energia e commodities podem flutuar como resultado do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as sanções econômicas relacionadas. Essas flutuações podem resultar em um aumento em seus custos de transporte para distribuição, custos de serviços públicos para as lojas de varejo e custos de compra de produtos de seus fornecedores. Um aumento contínuo nos custos de energia e *commodities* pode afetar negativamente os gastos do consumidor e a demanda pelos produtos da Companhia e aumentar seus custos operacionais, os quais podem ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais, sua situação financeira e seus fluxos de caixa.

Os efeitos do conflito militar em curso resultaram em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros, bem como em um aumento nos preços de energia e commodities globalmente. Caso as tensões geopolíticas não diminuam ou se deterioreem ainda mais, sanções governamentais adicionais podem ser decretadas impactando negativamente a economia global, seus sistemas bancários e monetários, mercados ou clientes dos produtos da Companhia.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Além do conflito já existente entre Rússia e Ucrânia, novos conflitos armados ou guerras comerciais que venham a ocorrer poderão causar interrupções de rotas de navegação internacionais e/ou a imposição de sanções internacionais com as quais a CLI está sujeita cumprir, impedindo a realização de transações com determinados países ou indivíduos de países sancionados, ou que beneficiem direta ou indiretamente indivíduos sancionados. Pode haver também a imposição de sanções impedindo que a CLI mantenha transações, direta ou indiretamente, envolvendo países ou indivíduos de países sancionados ou que beneficiem direta ou indiretamente indivíduos sancionados.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### 4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

#### Riscos de mercado

##### a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

#### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses.

Controladora			31/03/2023			
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<b>Ativos financeiros</b>			<b>134.545</b>	<b>18.365</b>	<b>22.956</b>	<b>27.549</b>
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	121.899	16.639	20.799	24.959
Contas a receber	CDI	13,65%	6.557	895	1.119	1.343
Partes relacionadas	CDI	13,65%	4.662	636	795	955
Outros créditos	CDI	13,65%	1.427	195	243	292
<b>Passivos financeiros</b>			<b>557.631</b>	<b>67.594</b>	<b>84.492</b>	<b>101.391</b>
Fornecedores	CDI	13,65%	3.286	449	561	673
Passivos com arrendamentos	IPCA	4,65%	94.698	4.403	5.504	6.605
Debêntures	CDI	13,65%	437.674	59.743	74.678	89.614
Outras contas a pagar	CDI	13,65%	21.973	2.999	3.749	4.499
<b>Dívida Líquida</b>			<b>(423.086)</b>	<b>(49.229)</b>	<b>(61.536)</b>	<b>(73.842)</b>

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado			31/03/2023			
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
<b>Ativos financeiros</b>			<b>589.534</b>	<b>80.472</b>	<b>100.589</b>	<b>120.707</b>
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	522.247	71.287	89.108	106.930
Contas a receber	CDI	13,65%	43.897	5.992	7.490	8.988
Partes relacionadas	CDI	13,65%	17.270	2.357	2.947	3.536
Outros créditos Po	CDI	13,65%	6.120	835	1.044	1.253
<b>Passivos financeiros</b>			<b>2.260.512</b>	<b>242.030</b>	<b>290.667</b>	<b>348.801</b>
Fornecedores	CDI	13,65%	14.735	2.011	2.514	3.018
Partes relacionadas	CDI	13,65%	163.781	22.356	27.945	33.534
Passivos com arrendamentos	IPCA	4,65%	204.189	9.495	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	IPCA	4,65%	535.045	24.880	31.099	37.319
Debêntures	CDI	13,65%	1.275.498	174.106	217.632	261.158
Outras contas a pagar	CDI	13,65%	67.264	9.182	11.477	13.772
<b>Dívida Líquida</b>			<b>(1.670.978)</b>	<b>(161.559)</b>	<b>(190.078)</b>	<b>(228.094)</b>

#### b) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de março de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/03/2023	31/03/2023
<b>Ativo</b>		
Caixas e equivalentes de caixa	7.808	16.330
Clientes estrangeiros	4.719	12.456
<b>Total</b>	<b>12.527</b>	<b>28.786</b>

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de março de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

<b>Controladora</b>				
	<b>5,0804</b>	<b>5,1562</b>	<b>3,8672</b>	<b>2,5781</b>
			<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>
<b>Ativos em dólar</b>	<b>Exposição real</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Depreciação - 25%</b>	<b>Depreciação - 50%</b>
Caixas e equivalentes de caixa	1.537	117	(1.865)	(3.846)
Clientes estrangeiros	929	70	(1.127)	(2.324)
	<b>2.466</b>	<b>187</b>	<b>(2.992)</b>	<b>(6.170)</b>

<b>Consolidado</b>				
	<b>5,0804</b>	<b>5,1562</b>	<b>3,8672</b>	<b>2,5781</b>
			<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>
<b>Ativos em dólar</b>	<b>Exposição real</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Depreciação - 25%</b>	<b>Depreciação - 50%</b>
Caixas e equivalentes de caixa	3.214	244	(3.900)	(8.083)
Clientes estrangeiros	2.452	186	(2.975)	(6.135)
	<b>5.666</b>	<b>430</b>	<b>(6.875)</b>	<b>(14.178)</b>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de março de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$ 5,1562/ US\$ 1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$3,8671 / US\$1,00) e de 50% (R\$2,5781/ US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### 4.4. Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões ambientais, cíveis, regulatória, trabalhistas e tributárias no curso normal de seus negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, foram selecionados os processos que a Companhia entende que, com base na análise e avaliação de seus assessores jurídicos, bem como seu julgamento de negócios, poderiam influenciar decisões de investimento. A Companhia considera relevantes os processos em razão do valor envolvido ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida.

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nesse sentido, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado, conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Quando a Companhia toma ciência da existência de um processo, de qualquer natureza, seja judicial ou administrativo, ela inicialmente faz uma primeira avaliação e apuração do montante, os riscos e as chances de perda relacionadas à demanda. Posteriormente, o processo é encaminhado para os assessores legais da Companhia, que irão fornecer auxílio para a Companhia não só na condução da ação, mas também na tomada de decisão sobre eventual provisionamento e o seu valor.

Adicionalmente, em relação aos três últimos exercícios sociais, a Companhia apresentou, em milhares de reais, as seguintes provisões para ações de natureza ambiental, cível, regulatória, trabalhista e tributária vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, nas datas abaixo indicadas:

<b>Natureza</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Cíveis, regulatórias e ambientais	R\$6.838	R\$9.549	R\$0,00	R\$0,00
Trabalhistas	R\$33.166	R\$33.151	R\$0,00	R\$0,00
Tributárias	R\$2.254	R\$1.965	R\$0,00	R\$0,00
<b>Total</b>	<b>R\$42.258</b>	<b>R\$44.665</b>	<b>R\$0,00</b>	<b>R\$0,00</b>

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia e suas controladas estavam sujeitas em 31 de março de 2023, segregados conforme sua natureza.

Os referidos processos são acompanhados por assessores legais especializados, que orientam a Companhia e suas controladas quanto à possibilidade de perda e posicionamento dos órgãos julgadores de forma a manter as provisões para contingências sempre atualizadas.

##### a) Processos Ambientais

<b>Auto de Infração nº 02027.004406/2022-11</b>	
a) Juízo	Administrativo
b) Instância	Administrativo
c) Data da Instauração	09/06/2022
d) Partes do processo	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$26.394.471,64
f) Principais fatos	Trata-se de auto de infração ambiental por lançamento de resíduos sólidos (mancha negra com forte odor) ou rejeitos no mar ou quaisquer recursos hídricos.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h) Estágio do processo	Aguarda intimação acerca do início do prazo para apresentação de defesa.
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de matéria ambiental.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional.

<b>Auto de Infração nº 02027.003061/2022-70</b>	
a) Juízo	Administrativo
b) Instância	Administrativo
c) Data da Instauração	31/08/2022
d) Partes do processo	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$22.780.550,00
f) Principais fatos	Trata-se de auto de infração ambiental por lançamento de resíduos sólidos (mancha negra com forte odor) ou rejeitos no mar ou quaisquer recursos hídricos.

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisões até o momento.
h) Estágio do processo	Aguarda intimação acerca do início do prazo para apresentação de defesa.
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de matéria ambiental.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional.

**b) Processos Cíveis**

<b>Processo nº 1010500-58.2019.8.11.0003</b>	
a) Juízo	2ª Vara de Fazenda Pública de Rondonópolis
b) Instância	1ª instância
c) Data da Instauração	18/09/2019
d) Partes do processo	Maria Mirtes Evangelista da Cunha e Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$4.240.050.978,75
f) Principais fatos	A ação busca a anulação dos registros constantes na matrícula de um imóvel, denominado "Fazenda Burity", que ao longo dos anos foi objeto de diversas operações imobiliárias. A autora busca recuperar a propriedade do mencionado imóvel, alegando que seus antecessores teriam adquirido em 1923 a Fazenda Burity (que possuiria uma área total de 27.505,00 hectares) e que teriam ocorrido inúmeras falsificações de documentos públicos, bem como uma série de nulidades nas transferências que ocorreram posteriormente.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões até o momento.
h) Estágio do processo	Conhecimento
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante devido ao valor envolvido na causa.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### c) Processos Trabalhistas

<b>Ação Civil Pública nº 1000163-41.2022.5.02.0444</b>	
a) Juízo	Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região
b) Instância	2ª instância
c) Data da Instauração	06/03/2022
d) Partes do processo	Ministério Público do Trabalho e Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.154.784,31
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT objetivando a condenação da Elevações Portuárias para cumprimento da cota legal de PCDs e na condenação em dano moral coletivo. A ação civil pública foi julgada procedente em sede de 1ª instância e, atualmente, aguarda julgamento do Recurso Ordinário interposto pela Elevações Portuárias.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença julgando a ação procedente, para determinar que a Elevações portuárias cumpra a cota legal de PCDs, sob pena de multa diária de R\$50.000,00. Houve também condenação no pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$500.000,00. Decisão de Embargos de Declaração que manteve a sentença.
h) Estágio do processo	Recursal
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de uma ação civil pública em matéria trabalhista.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional

<b>Ação Civil Pública nº 1001142-05.2019.5.02.0445</b>	
a) Juízo	Tribunal Superior do Trabalho
b) Instância	Tribunais Superiores
c) Data da Instauração	26/11/2019
d) Partes do processo	Ministério Público do Trabalho e Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7.212.504,55
f) Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT objetivando a condenação da Elevações Portuárias em obrigações de fazer e não fazer referentes à manutenção de máquinas e equipamentos, além do pagamento de dano moral coletivo. Atualmente, aguarda-se o julgamento de Agravo de Instrumento interposto pelo MPT contra a decisão que negou o seguimento ao Recurso de Revista do MPT.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

g) Resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Proferida sentença que julgou a ação procedente, para determinar que a Elevações Portuárias cumpra as obrigações de fazer e não fazer referentes à manutenção de máquinas e equipamentos, sob pena de multa de R\$50.000,00, por obrigação descumprida, além do pagamento de danos morais coletivos no importe de R\$2.000.000,00.</p> <p>Decisão de Embargos de Declaração que manteve a sentença.</p> <p>Proferido Acórdão pelo TRT da 2ª Região, que deu provimento ao Recurso Ordinário da Elevações Portuárias, para afastar o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer, bem como da multa por descumprimento e do pagamento de dano moral coletivo. A ação tornou-se improcedente.</p> <p>Acórdão de ED que manteve o Acórdão de Recurso Ordinário.</p> <p>Denegado seguimento ao Recurso de Revista do MPT.</p>
h) Estágio do processo	Recursal
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de uma ação civil pública em matéria trabalhista.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional

<b>Ação Civil Pública nº 1000781-34.2018.5.02.0441</b>	
a) Juízo	Tribunal Superior do Trabalho
b) Instância	Tribunais Superiores
c) Data da Instauração	19/09/2018
d) Partes do processo	SINTRAPORT e Elevações Portuárias S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$615.762,58
f) Principais fatos	<p>Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo SINTRAPORT objetivando a condenação da Elevações Portuárias em obrigação de fazer, consistente na manutenção do plano de saúde com custeio integral pela empresa, bem como a devolução dos valores descontados a título de co-participação. Atualmente, a ação civil pública aguarda julgamento do Agravo Interno interposto pela Elevações Portuárias contra a decisão do TST que seguiu seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Elevações Portuárias.</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

g) Resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Proferida sentença que julgou a ação procedente, para determinar que a Elevações Portuárias cumpra obrigação de fazer, consistente na manutenção do plano de saúde com custeio integral pela empresa, bem como a devolução dos valores descontados a título de coparticipação, sob pena de multa de R\$100,00, por dia e por empregado. Houve antecipação dos efeitos da tutela. Elevações Portuárias passou a cumprir a obrigação.</p> <p>Proferido Acórdão pelo TRT da 2ª Região, que manteve a sentença.</p> <p>Acórdão de ED que manteve o Acórdão de RO.</p> <p>Denegado seguimento ao Recurso de Revista da Elevações TST negou provimento ao Agravo de Instrumento da Elevações Portuárias.</p> <p>Aguardando julgamento de Agravo Interno da Elevações Portuárias no TST.</p>
h) Estágio do processo	Recursal
i) Chance de perda	Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trata-se de uma ação civil pública em matéria trabalhista.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e reputacional

## 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

### 4.5. - Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de março de 2023, nenhum dos processos judiciais ou administrativos detalhadamente descritos no item 4.4 acima foi classificado com risco de perda provável.

Sem prejuízo do disposto acima, o valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes em 31 de Março de 2023 descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência é R\$4.401 mil e foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia após a combinação de negócios com EPSA, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, elaborado por empresa de avaliação independente, que apontou certos processos judiciais com risco de perda possível.

A provisão desses processos como risco de perda possível foi constituída de acordo com às regras contábeis do CPC 25 e CPC 15, que considera as contingências possíveis, com as devidas considerações de valor justo, passíveis de provisão.

## **4.6 Processos sigilosos relevantes**

### **4.6. - Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

## **4.7 Outras contingências relevantes**

### **4.7. - Outras contingências relevantes**

Todas as contingências relevantes foram divulgadas nos itens acima.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1. - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Descrição dos controles internos

**a) *as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) *as estruturas organizacionais envolvidas***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) *se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**d) *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente***

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Anualmente, a Companhia recebe as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciados dos auditores independentes, propõe um plano de ação e trabalha durante o ano para corrigir quaisquer deficiências identificadas.

Nesse sentido, o relatório circunstanciado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 apontou a existência de deficiências de controles sobre o processo de elaboração das demonstrações financeiras, que foi considerado como deficiência significativa nos controles mantidos pela Administração.

## 5.2 Descrição dos controles internos

(i) Aprimoramento do Processo de Elaboração das Demonstrações Financeiras

**Comentário.**

Durante os procedimentos de revisão das demonstrações financeiras preparadas pela Administração da Companhia, os auditores independentes se depararam com um volume significativo de pontos, os quais ocasionaram uma quantidade relevante de versões até que se pudesse obter a versão final destas. Ademais, especificamente com relação a Companhia, ainda houve a necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras pois a Administração da Companhia identificou a necessidade da realização de determinados ajustes, tais como:

- i) ajuste da conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento.
- ii) alteração das informações relacionadas as diferenças permanentes na nota explicativa nº 16 – Imposto de renda e Contribuição Social (a).
- iii) alteração das informações relacionadas a divulgação de classificação de instrumentos financeiros na nota explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.
- iv) alteração das informações relacionadas a Receita bruta divulgada nota explicativa nº 23 – Receita Operacional.
- v) alteração das informações relacionadas a divulgação informações por segmento na nota explicativa nº 27 – Informações por Segmento.

Por conseguinte, ainda com relação a preparação das demonstrações financeiras, os auditores independentes identificaram que a Administração da Companhia, a priori, não atendeu alguns requerimentos trazidos pelo “CPC” no que tange a divulgações requeridas, tais como:

- i) Instrumentos financeiros: A Companhia não está refletindo em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a divulgação requerida pelo “CPC 26 (R1)/IAS 1.10(e), (ea), 51(b) e (c)” no que tange a divulgação suplementar do saldo de valor justo dos seus instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **Impacto.**

Ao não possuir um processo robusto de elaboração das demonstrações financeiras, há o risco de deixar de capturar, antecipadamente, os impactos esperados no momento de preparação das demonstrações financeiras. Para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi identificado que o processo não estava implementado, fato que acabou impactando na tempestividade de identificação de impactos contábeis e ocasionou uma reapresentação, especificamente para a Companhia.

### **Recomendação.**

Os auditores independentes recomendam que a Companhia implemente um processo consistente de revisão dos impactos esperados na adoção das normas e pronunciamentos contábeis emitidos, incluindo em suas análises todos os componentes do grupo, a fim de que as divulgações existentes nas demonstrações financeiras da Companhia reflitam de maneira fiel às exigências das normas e pronunciamentos contábeis.

### ***e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas***

Em relação às deficiências significativas apontadas no item "d" acima e com objetivo de manter a evolução na elaboração das demonstrações financeiras e do processo de encerramento do período contábil, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia vai reforçar a padronização dos processos entre as do Grupo CLI, com a implementação de Centro de serviços compartilhados (CSC), além disso vai aprimorar seu checklist e seu cronograma de atividades relativos ao fechamento contábil e construções de suas demonstrações financeiras, de forma a tornar o processo mais objetivo, além de permitir que todas as análises necessárias para a divulgação das demonstrações financeiras sejam devidamente realizadas e aprimoradas com suas notas explicativas com arquivamento de evidências de avaliação e aprovação, incluindo o racional e os motivos para tal aprovação.

Adicionalmente, a Diretoria esclarece que a Companhia adotou com auxílio de assessores de primeira linha, uma base de preparação de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e incluindo as práticas contábeis CPC 41- Resultado por Ação (IAS 33) e CPC 22 – Informações por Segmento (IFRS 8), em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3. - Programa de integridade

**a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

*(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

A Companhia avalia, monitora e atualiza periodicamente o arcabouço de leis e regulamentos relativos aos seus negócios. Os processos atinentes aos negócios da Companhia, bem como seus riscos inerentes são avaliados e monitorados periodicamente, de modo a servir de base para atualizações e melhorias nos procedimentos de compliance da Companhia e na mitigação de riscos de não aderência e conformidade às leis e regulamentos, sempre que necessárias, seja em função de mudanças no arcabouço legal ou regulatório inerente às suas atividades, ou de acordo com a evolução e/ou mudanças em seus negócios.

Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, são promovidos treinamentos periódicos com os colaboradores de todos os níveis.

Em complemento ao seu "Código de Ética e Conduta", a Companhia possui as políticas descritas abaixo, que auxiliam na gestão do seu Programa de Compliance:

**Política de Prevenção à Corrupção, Suborno e Lavagem de Dinheiro:** esta política aborda tópicos sensíveis relacionados à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, incluindo o recebimento e oferta de brindes, conflitos de interesse, contratos, acordos, fusões, licenças, autorizações e permissões. A política proíbe expressamente o recebimento e oferta de brindes, presentes e hospitalidades que possam influenciar a tomada de decisões. Também são estabelecidos limites e requisitos para esses recebimentos e ofertas. A política também se concentra em evitar relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas ligadas a atos de corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, além de trazer orientações sobre como registrar e documentar as operações financeiras.

**Política de Interação com Agentes Públicos e Terceiros:** a base para o relacionamento com agentes públicos e terceiros começa com a *due diligence*, que é uma operação necessária e obrigatória prévia em contratações, parcerias, consultorias e outros relacionamentos. A política orienta os colaboradores sobre o que não deve ser feito nesses contatos, como fraude em licitações públicas e interferência em fiscalizações e investigações. Também há um procedimento formal para o contato com esses agentes, devendo ser realizadas atas quando forem encontros pessoais e monitoramento telefônico caso não. A política prevê a

### 5.3 Programa de integridade

contratação de pessoas físicas ou jurídicas vinculadas a agentes públicos ou a pessoas politicamente expostas somente mediante análise da Comissão de Integridade e do Conselho de Administração. Também são estabelecidas cláusulas contratuais específicas, como a anticorrupção e de integridade, e é realizado um monitoramento contínuo de terceiros.

**Política de Gestão de Riscos de Mercado:** esta política tem como objetivo controlar e gerenciar os riscos de mercado e proteger a empresa dos riscos que possam aumentar a volatilidade do resultado e/ou fluxo de caixa. Ela define os instrumentos financeiros permitidos e os limites, bem como os impactos fiscais e as ações que devem ser tomadas para reduzir incertezas no negócio. A política apresenta procedimentos para a gestão de riscos, atos e ações de controladoria, além da necessidade de planejamento, clareza e transparência. Também são estabelecidas auditorias obrigatórias para um bom controle e certificação.

*(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes*

A Companhia possui recursos e ferramentas para monitoramento e tratamento de situações relacionadas ao programa de integridade (Compliance), bem como a aplicação de treinamentos e avaliações periódicas de riscos. Os treinamentos são realizados de acordo com a necessidade, com frequência mínima anual.

*(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:*

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código de Ética e Conduta aplica-se a todas as pessoas que tenham qualquer relação com a Companhia, tanto interna, quanto externamente, sejam colaboradores, conselheiros, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços ou qualquer outra categoria.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do "Código de Conduta e Ética" da Companhia, a "Comissão de Integridade" será acionada, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta e Ética, em

### 5.3 Programa de integridade

qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: **(a)** advertência por escrito; **(b)** suspensão; e **(c)** demissão/desligamento, incluindo por justa causa. No caso dos prestadores de serviço, parceiros de negócio e terceiros aplicar-se-ão as disposições contratuais que regem cada relação contratual.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A última versão do "Código de Conduta e Ética" foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em maio de 2023, e está disponível para consulta no website da Companhia (<https://cli-br.ouvidoriacompliance.com.br/>).

**b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

*(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

A Companhia possui um canal interno de denúncias chamado de "Canal de Integridade", disponível por meio do site <https://cli-br.ouvidoriacompliance.com.br/> ou pelo telefone 0800 740 4774. O responsável pela gestão do canal de denúncia é uma empresa terceirizada.

*(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

Conforme descrito acima, os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno/externo.

*(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

O anonimato é garantido para os colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética.

*(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

Todos os casos reportados são apurados pela Comissão de Integridade, que responde ao Conselho de Administração.

### 5.3 Programa de integridade

***c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas***

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não teve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

***d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido***

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui “Código de Conduta e Ética” que regula as relações de seus colaboradores com, entre outros, com a Administração Pública.

## 5.4 Alterações significativas

### 5.4. - Alterações significativas

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5. - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>BRASIL TERMINAIS LOGÍSTICOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA</b>					
46.339.929/0001-40	Brasil	Sim	Não	17/11/2023	
Não					
82.477.705	50,000	11.239.603	100,000	93.717.308	53,190
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>PE SOPP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR</b>					
30.317.453/0001-07	Brasil	Sim	Não	17/11/2023	
Não					
56.655.179	34,346	0	0,000	56.655.179	32,155
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>SOPP INFRA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA</b>					
36.200.547/0001-88	Brasil	Sim	Não	17/11/2023	
Não					
25.822.526	15,654	0	0,000	25.822.526	14,656
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>					

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
164.955.410	100,000	11.239.603	100,000	176.195.013	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	18/07/2023
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	0
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	3

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

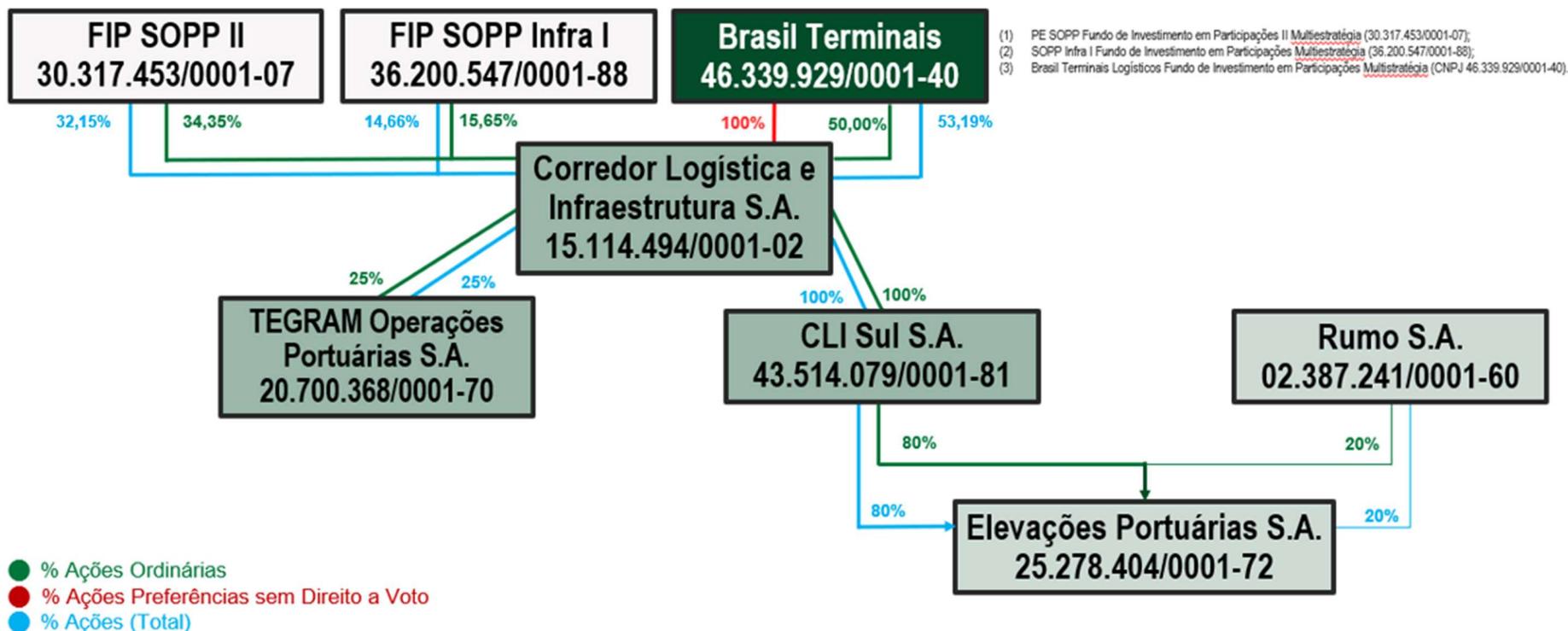
## 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CLI SUL S.A.	43.514.079/0001-81	100
TEGRAM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.	20.700.368/0001-70	25

Formulário de Referência - 2023 - Corredor Logística e Infraestrutura S.A. - Versão 1

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

### 6.5. Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 6.6 Outras informações relevantes

### 6.6. - Outras informações relevantes

#### **Ausência de cotista controlador nos Fundos de Investimento em Participações que são acionistas da Companhia / Gestão discricionária de gestores de fundos de investimentos**

Em complementação às informações prestadas nos itens 6.1/6.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que os fundos que são seus acionistas, a saber, PE SOPP Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("PE SOPP"), SOPP INFRA I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("SOPP INFRA") e Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Brasil FIP" e, em conjunto com o PE SOPP e o SOPP INFRA, "FIPs"), são geridos de forma discricionária por gestores profissionais, e as principais decisões envolvendo os FIP's são tomadas pelos respectivos Comitês de Investimento, compostos por indivíduos apontados conforme seus regulamentos. Ademais, a Companhia informa que a Vórtx Serviços Fiduciários Ltda., na qualidade de administradora do PE SOPP e do SOPP INFRA, e o BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, na qualidade de administradora do Brasil FIP, são sociedades devidamente autorizadas pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, e foram devidamente contratadas pelos respectivos FIPs.

O Brasil FIP possui um Comitê de Investimentos, que é responsável pelas decisões de investimento do fundo, aprovando e acompanhando os seus investimentos e desinvestimentos, a performance e, também, as atividades da administradora e da gestora do fundo. O Comitê de Investimento é formado pelos Srs. Fernando Lohmann e Thomas Skinner. O Brasil FIP é gerido pela BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.

O PE SOPP e o SOPP INFRA, por sua vez, não possuem comitê de investimentos, sendo geridos pela IG4 Capital Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de gestão de carteira de valores mobiliários. O Sr. Gustavo Nickel Buffara de Freitas é o diretor responsável pela atividade de gestão profissional de recursos de terceiros desenvolvida pela sociedade.

Finalmente, os FIPs não possuem um cotista controlador, considerando o mesmo critério que, se fossem companhias abertas, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não possui cotista: **(i)** que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações das respectivas assembleias gerais e o poder de eleger a maioria dos seus administradores; e **(ii)** que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos seus órgãos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

## 6.6 Outras informações relevantes

Além das informações expostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 6 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7.1. - Principais características dos órgãos da administração e do conselho fiscal

**a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**d) Por órgão:**

*(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero*

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	0	0	0	0
Total de Membros	1	9	0	0	0

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(ii) *número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça*

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Total de Membros	1	9	0	0	0	0	0

(iii) *número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes*

A Companhia não agrupa seus administradores por outros atributos de diversidade.

**e) *Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:***

A Companhia não possui objetivos específicos com relação a diversidade de gênero, cor ou raça para os membros dos órgãos da administração.

**f) *Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:***

Os riscos e as oportunidades relacionados ao clima são temas abordados constantemente nas reuniões do Conselho de Administração, nas quais acompanha-se e discute-se eventuais formas de aprimoramento no gerenciamento dos riscos relacionados à atividade da Companhia.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
<b>TOTAL = 10</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
<b>TOTAL = 10</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### **7.2. - Informações relacionadas ao Conselho de Administração, indicar:**

#### ***a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### ***b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### ***c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome:** CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO MOTTA    **CPF:** 081.447.657-02    **Profissão:** Administrador    **Data de Nascimento:** 17/09/1980

**Experiência Profissional:** Gabriel é o CFO da CLI. Com mais de 20 anos de experiência profissional em diversos setores da economia, Gabriel passou por grandes empresas, como El Paso Petróleo, Louis Dreyfus Commodities, Telefônica-Vivo, Gol Linhas Aéreas, InterCement Brasil e Portugal, e mais recentemente Alpargatas. Suas vivências abrangem atuações em Planejamento Estratégico, Fusões e Aquisições, Tesouraria e Relações com Investidores. Nos últimos anos, liderou importantes captações que ultrapassaram R\$10 bi através de operações no mercado de capitais. Gabriel é formado em Administração de Empresas pelo IBMEC-RJ e tem um MBA em Finanças Corporativas pela FGV-SP. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/05/2023	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		10/05/2023	Sim	16/02/2023

**Nome:** Fernando Lima Rocha Lohmann      **CPF:** 289.332.088-01      **Profissão:** Economista      **Data de Nascimento:** 27/12/1975

**Experiência Profissional:** Managing Director, Head do Macquarie Asset Management no Brasil. No Macquarie desde 2014, baseado em São Paulo, Fernando é responsável pelo Macquarie Asset Management (MAM) no Brasil, liderando as atividades de investimento e gestão de portfólio no país. Antes de ingressar no Macquarie, Fernando passou por consultoria estratégica, governo e private equity, tendo trabalhado por diversos anos na Votorantim Cimentos, inicialmente como Head Global de M&A e, posteriormente, como Diretor responsável pela unidade de negócios de Agregados, líder em seu setor no país. Fernando preside os Conselhos de Administração da CLI e da VSZ (geração eólica e solar), e é membro do Conselho de Administração da Solví (líder nacional em gestão de resíduos sólidos). Em cooperação com a Fundação Macquarie, ajudou a estruturar o primeiro grant da Fundação no Brasil, apoiando o Instituto Four, organização dedicada ao desenvolvimento de jovens lideranças em diversas regiões do país. É bacharel em economia pela University of Notre Dame, onde também ocupa a cadeira latino-americana do Alumni Board da instituição, e Mestre em Políticas Públicas pela Duke University. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/11/2022	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** Gustavo Nickel Buffara de Freitas **CPF:** 157.308.638-02 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/01/1983

**Experiência Profissional:** Gustavo é Co-Fundador, Managing Partner, CFO e Co-CIO da IG4 Capital. Atua como Vice-Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Investimentos e membro do Comitê de Auditoria da Iguá Saneamento S.A., uma das maiores plataformas privadas do setor de saneamento no Brasil, desde 2017; também coordenou o Comitê de Pessoas entre 2017 e 2022, período de estruturação e expansão da companhia. Gustavo também atua, desde 2021, como Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Investimentos e Estratégia da Aenza, uma empresa líder em Concessões e Infraestrutura, listada na Bolsa de Lima e com ADRs na NYSE e com presença no Peru, Chile e Colômbia. Gustavo também é membro do Conselho da OPY Health e da CLI, desde suas fundações em 2020 – ambas companhias de portfólio da IG4 Capital. Antes de fundar a IG4, ele atuou como Managing Director da RK Partners, uma empresa de consultoria especializada em reestruturação de dívidas e recuperação operacional, e como Diretor Adjunto da GP Investments. Durante sua gestão na GP Investments, de 2012 a 2016, Gustavo foi responsável por investimentos nos setores de infraestrutura e telecomunicações no Brasil. Ele também fez parte da equipe inicial da GP Investments envolvida na transação da BR Towers, responsável por estruturar e executar o plano de 100 dias com executivos estatutários. Anteriormente, ele foi Consultor Sênior na Bain and Company em São Paulo, conduzindo projetos de estratégia para multinacionais em diferentes setores, incluindo serviços financeiros, cartões de crédito e débito, seguros, companhias aéreas e petróleo e gás. Nessa função, ele liderou projetos no Brasil, Chile e África (2010-2012). Gustavo iniciou sua carreira na Telefônica, onde atuou de 2004 a 2010 como executivo nas áreas de Planejamento, M&A e Estratégia Regulatória. Entre 2008 e 2009, também atuou temporariamente como parte da equipe do COO Global do Grupo na Espanha. Gustavo possui MBA pelo IMD na Suíça e bacharelado em Administração Pública pela EAESP-Fundação Getúlio Vargas (FGV). Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/11/2022	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		14/11/2022	Sim	23/12/2020

**Nome:** Hécio Tokeshi **CPF:** 077.656.978-38 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 14/09/1964

**Experiência Profissional:** Helcio Tokeshi é CEO da CLI, além de Managing Director e Chief Economist na IG4 Capital. Antes de se juntar à IG4, ele atuou como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (2016-2018). Antes disso, foi Sócio na GP Investimentos (2014-2016), onde atuava com foco em investimentos em infraestrutura. Antes da GP Investimentos, ele foi Managing Director na EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos), uma empresa dedicada a projetar, estruturar e implementar projetos de infraestrutura em parceria com o BNDES e o governo brasileiro (2009-2013). Antes da EBP, Helcio trabalhou na McKinsey, começando como Associate e progredindo até o cargo de Associate Principal (1999-2004 & 2006-2008). Adicionalmente, ele atuou como Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (2004-2006) e trabalhou como Economista do Banco Mundial em Washington, D.C. (1997-1999). Helcio é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, mestre em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e realizou estudos doutorais na University of California, Berkeley. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/11/2022	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente	Não aplicável.	14/11/2022	Sim	23/12/2020

**Nome:** LUIS FERNANDO PEREIRA DAS NEVES **CPF:** 909.481.497-87 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 16/08/1967

**Experiência Profissional:** Luis Fernando é Chief Operating Officer (COO) na CLI Sul. Com mais de 30 anos de experiência profissional em diversas empresas dos ramos de alimentos, agronegócios e de transporte, Luis ocupou funções relevantes em grandes empresas como Bunge, CHS e Rumo Logística, tendo também fundado e gerido empresa própria de consultoria e de desenvolvimento de negócios. Luis Fernando é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem Especialização em Indústrias de Cereais pela ENSMIC/França e MBA pela BSP/SP. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/11/2022	2 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** MARCOS PEPE BERTONI **CPF:** 268.691.728-89 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/01/1978

**Experiência Profissional:** Marcos é Chief Operating Officer (COO) na CLI Norte, Membro do Conselho de Administração do Tegram - Terminal de Grãos do Maranhão e atua há 12 anos no agronegócio. Antes da CLI, Pepe trabalhou no grupo Cantagalo General Grains por 4 anos como Chief Operating Officer e na Nidera Sementes Ltda por 7 anos como Head of Operations, HSE and Projects. Pepe é administrador de empresas pela Universidade Paulista - UNIP com cursos de Contabilidade Financeira e Turnaround Management pela Fundação Getúlio Vargas. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/11/2022	2 anos	Outros Diretores	Diretor de Operações	14/11/2022	Sim	23/12/2020

**Nome:** Paulo Todescan Lessa Mattos **CPF:** 188.745.248-62 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 31/10/1974

**Experiência Profissional:** Paulo Mattos é Co-Fundador, Managing Partner e CEO da IG4 Capital, uma empresa de investimentos alternativos focada em oportunidades especiais em Mercados Emergentes. Antes de fundar a IG4 Capital, Paulo Mattos foi Sócio da RK Partners, empresa de consultoria especializada em reestruturação de dívidas e turnarounds operacionais, e Managing Director da GP Investments, uma empresa líder em investimentos alternativos na América Latina. Na GP Investments, Paulo foi o Head de Investimentos em Infraestrutura e Telecomunicações e fez parte do Comitê de Investimentos (2012-2016). Foi co-fundador da BR Towers S.A., a primeira grande empresa brasileira independente de torres de celular, onde exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração (2012-2014). Antes de se juntar à GP Investments, Paulo foi Vice-Presidente Executivo de Estratégia Empresarial, Wholesale e Regulamentação na Oi S.A (2009-2012), uma empresa listada de telecomunicações. Enquanto esteve na Oi, integrou o Comitê Executivo, o Comitê de Risco Financeiro e o Comitê de Operações. Paulo também trabalhou no Banco Brasileiro de Desenvolvimento, BNDES, como Diretor Superintendente, além de ser membro do Comitê de Crédito e Investimento e Head do Comitê Gerencial (2007-2009). Atualmente, Paulo é o Chairman da Iguá Saneamento S.A. (2017-), uma das principais empresas privadas de água e saneamento no Brasil, e membro do Conselho de Administração da OPY Health S.A. (2019-), uma empresa de saúde que fornece infraestrutura e logística para hospitais e operadores de serviços médicos, na qual a IG4 Capital é o acionista controlador. É também membro do Conselho de Administração da CLI - Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (2022-), uma das maiores operadoras independentes de terminais portuários para o agronegócio brasileiro, onde a IG4 Capital é co-controladora juntamente com o Grupo Macquarie. Também tem estado ativo em investimentos em venture capital por intermédio de plataformas de capital proprietário em telecomunicações, deep tech e inovações sustentáveis. Paulo tem um J.D. e um Ph.D. em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), foi Fulbright Visiting Scholar na Universidade de Yale e é Visiting Fellow no King's College London. É membro permanente do Conselho de Administração do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP e antigo professor associado da Fundação Getulio Vargas - FGV, think-tanks em políticas públicas e administração de empresas. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/11/2022	2 anos	Vice Presidente Cons. de Administração		14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** SONIA ZAGURY **CPF:** 934.316.517-04 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 04/08/1967

**Experiência Profissional:** Sonia é Conselheira Independente da CLI. Executiva com mais de 20 anos de experiência em Finanças, foi Diretora da área na VALE por cerca de 10 anos (2008-2018), tendo larga experiência em financiamentos nos mercados domésticos e internacional, planejamento financeiro, tesouraria, gestão de riscos, derivativos, seguros e finanças corporativas. Durante sua gestão, coordenou operações relevantes de emissão de dívida, ações e operações estruturadas, além de ter participado de transações de M&A, tendo sob sua gestão uma equipe internacional. Atuou de 2018 a 2021 como Diretora de Desenvolvimento de Novos Negócios na Vale, com foco em projetos com conteúdo ESG. Durante sua carreira de mais de 29 anos na Vale, teve a oportunidade de ser Conselheira de diversas investidas da empresa, públicas e privadas, tais como a VALIA (Fundo de Pensão (2019-2021)), Vale Fertilizantes (2010-2013), Companhia Siderúrgica do Atlântico (2012) e Log-In (2011-2013). Mais recentemente, Sonia atuou como Conselheira do Steamship Insurance Management Services (2016-2023), como Conselheira da MRS (2017-2023) e como Presidente do Conselho da Companhia Siderúrgica do Pecém (2017-2023). Sonia atua desde dezembro de 2021 como Conselheira Independente da G Mining Ventures, empresa pública listada no Canadá, e que desenvolve um projeto de ouro no Norte do Brasil. É membro dos seus Comitês de Auditoria, de Saúde e Segurança, além de ser Coordenadora do Comitê de ESG. Sonia é formada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Mestre em Economia pela PUC-RJ, e Especialista em Gestão pela Fundação Dom Cabral. Sonia é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/11/2022	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Conselho de Administração Independente Efetivo	14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** THOMAS MARSHALL SKINNER **CPF:** 237.378.358-45 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 26/05/1986

**Experiência Profissional:** Thomas trabalha no Macquarie desde 2010, baseado em São Paulo e, atua como Vice-presidente Sênior, Macquarie Asset Management (MAM) no Brasil, responsável pela originação e execução de novas transações no setor de infraestrutura, bem como pela gestão das investidas do MAM no Brasil. Antes de se mudar para São Paulo em 2014, o Thomas estava baseado em Sydney e com foco em investimentos e gestão de ativos no setor de transporte/infraestrutura. Antes do Macquarie e durante a faculdade, Thomas trabalhou na área de contencioso tributário no Clayton Utz, um dos escritórios de advocacia renomados da Austrália. Thomas é representante do Macquarie no Conselho de Administração da CLI e da subsidiária EPSA (terminais no Porto de Santos, 80% detidos pela CLI e 20% pela Rumo) e é membro do comitê de investimentos da Solvi (líder nacional em gestão de resíduos sólidos). É bacharel em Direito e Administração (finanças) pela University of Technology Sydney. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/11/2022	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		14/11/2022	Sim	14/11/2022

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** FELIPE RODRIGUES TONETTI      **CPF:** 382.730.408-36      **Profissão:** Administrador de empresas      **Data de Nascimento:** 21/04/1988

### Experiência Profissional:

Felipe é Diretor na IG4 Capital. Antes de se unir ao time da IG4 Capital, trabalhou na área de M&A da BRF (2016-2017), uma das maiores empresas de alimentos do mundo, e portfolio company da Tarpon Investimentos. Felipe também trabalhou na área de Planejamento Financeiro e Estratégico do Beleza Natural (2014-2016), uma empresa de produtos e serviços de beleza, e portfolio company da GP Investimentos. Previamente, Felipe foi Analista da GP Investimentos (2012-2014), onde trabalhou na transação do Beleza Natural e participou de diferentes oportunidades nos setores de real estate, consumo e educação, entre outros. Felipe é graduado em Administração pela Universidade de São Paulo. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/11/2022	2 anos	Membro dos Comitês de Novos Negócios e Regulatório/ Gente e Gestão		14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** Fernando Lima Rocha Lohmann      **CPF:** 289.332.088-01      **Profissão:** Economista      **Data de Nascimento:** 27/12/1975

**Experiência Profissional:**

Managing Director, Head do Macquarie Asset Management no Brasil. No Macquarie desde 2014, baseado em São Paulo, Fernando é responsável pelo Macquarie Asset Management (MAM) no Brasil, liderando as atividades de investimento e gestão de portfólio no país. Antes de ingressar no Macquarie, Fernando passou por consultoria estratégica, governo e private equity, tendo trabalhado por diversos anos na Votorantim Cimentos, inicialmente como Head Global de M&A e, posteriormente, como Diretor responsável pela unidade de negócios de Agregados, líder em seu setor no país. Fernando preside os Conselhos de Administração da CLI e da VSZ (geração eólica e solar), e é membro do Conselho de Administração da Solvi (líder nacional em gestão de resíduos sólidos). Em cooperação com a Fundação Macquarie, ajudou a estruturar o primeiro grant da Fundação no Brasil, apoiando o Instituto Four, organização dedicada ao desenvolvimento de jovens lideranças em diversas regiões do país. É bacharel em economia pela University of Notre Dame, onde também ocupa a cadeira latino-americana do Alumni Board da instituição, e Mestre em Políticas Públicas pela Duke University. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/11/2022	2 anos	Gente e Gestão		14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** GEMA ESTEBAN **Passaporte:** 08039699A **Nacionalidade:** Espanha **Profissão:** Cientista da Computação **Data de Nascimento:** 21/10/1967

**Experiência Profissional:**

Gema Esteban Garrido é Global ESG Advisor. Gema tem mais de 25 anos de experiência em diferentes setores e cargos executivos, sempre em áreas voltadas para o futuro, e é especialista em sustentabilidade e ESG, com capacidade de desenvolver perspectivas estratégicas futuras equilibrando riscos e oportunidades. Antes de atuar na IG4 Capital, ela passou vários anos na Telefónica, mais recentemente como Diretora de Investidores ESG (2018-2020), onde reformulou a estratégia ESG da Telefónica para atrair investidores ESG e posicionou a empresa como líder entre as classificações ESG mais influentes. Com isso, a Telefónica alcançou consistentemente um top 5 no ranking. Anteriormente, ela ocupou diferentes funções executivas na Telefónica, desde Estratégia Digital, Relações com Analistas de Setor, Estratégia de Operações Globais ou Planejamento Estratégico de Negócios. Antes dessas funções, ela trabalhou na British Telecom e na indústria de software. É também conselheira da “Global Women Telecommunications Network” e cofundadora da “Women For Good”, para além de apoiar, aconselhar jovens empreendedores. Gema possui um PDG pela IESE Business School, uma licenciatura em gestão de investimentos pela Universidade de Genebra, e uma certificação em ESG Investing pela CFA Society. Gema é formada em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade de Salamanca em Madri. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/11/2022	2 anos	Membro do Comitê de WHS e ESG		14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** HERALDO OLIVEIRA **CPF:** 454.094.479-72 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 04/05/1964

**Experiência Profissional:**

Heraldo é membro e coordenador do nosso Comitê de Auditoria desde dezembro de 2022. É especialista em contabilidade e auditoria e consultor em assuntos contábeis, societários e de governança corporativa. Atualmente, ocupa ainda os seguintes cargos: Membro independente do Conselho de Administração e presidente do Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.; coordenador do Comitê de Auditoria e membro do Comitê de Gente e Remuneração da Iguá Saneamento S.A.; membro do Comitê de Auditoria da Auren Energia S.A.; membro do Comitê de Auditoria da Sendas Distribuidora S.A. (Assaí Atacadista); e presidente do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A. Anteriormente, foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria das seguintes companhias: Sabesp - Companhia de Saneamento de São Paulo; Banco Nossa Caixa S.A.; e Banco Industrial e Comercial S.A.; membro do conselho fiscal da Suzano Holding S.A.; Presidente do Conselho Fiscal e membro do Comitê de Auditoria da CESP – Cia. Energética de São Paulo; membro do Conselho Fiscal da ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras; e da International School S.A., entre outras empresas. Foi diretor do IBEF-SP e da ANEFAC; bem como pesquisador, professor e coordenador de projetos da FIPECAFI. Graduado em Administração e em Ciências Contábeis, possui mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA - USP). É certificado para Conselheiro de Administração Experiente pelo IBGC (CCA+ IBGC); e para Membro de Comitê de Auditoria Experiente (CoAud+ IBGC). Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	14/11/2022	2 anos			14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** PABLO CASTELO BRANCO ECHANDI **CPF:** 124.476.067-61 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/05/1989

**Experiência Profissional:**

Pablo é vice-presidente na equipe do Macquarie Asset Management (MAM) no Brasil, com base em São Paulo. Sua função inclui a originação e execução de novas transações no setor de infraestrutura, além da gestão dos investimentos do MAM no Brasil. Com mais de 10 anos de experiência em investimentos em infraestrutura e energia, antes de ingressar no Macquarie, Pablo passou por outras gestoras de private equity como Pátria, Actis e mais recentemente o Mubadala com base em Abu Dhabi. Atualmente, é membro do Comitê de Riscos e Auditoria e do Comitê de Novos Negócios e Regulatório da CLI. Pablo é formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)		2 anos			23/03/2023	Sim	
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		2 anos	Comitê de Novos Negócios e Regulatório		23/03/2023	Sim	

**Nome:** THOMAS MARSHALL SKINNER      **CPF:** 237.378.358-45      **Profissão:** Administrador      **Data de Nascimento:** 26/05/1986

**Experiência Profissional:**

Thomas trabalha no Macquarie desde 2010, baseado em São Paulo e, atua como Vice-presidente Sênior, Macquarie Asset Management (MAM) no Brasil, responsável pela originação e execução de novas transações no setor de infraestrutura, bem como pela gestão das investidas do MAM no Brasil. Antes de se mudar para São Paulo em 2014, o Thomas estava baseado em Sydney e com foco em investimentos e gestão de ativos no setor de transporte/infraestrutura. Antes do Macquarie e durante a faculdade, Thomas trabalhou na área de contencioso tributário no Clayton Utz, um dos escritórios de advocacia renomados da Austrália. Thomas é representante do Macquarie no Conselho de Administração da CLI e da subsidiária EPSA (terminais no Porto de Santos, 80% detidos pela CLI e 20% pela Rumo) e é membro do comitê de investimentos da Solví (líder nacional em gestão de resíduos sólidos). É bacharel em Direito e Administração (finanças) pela University of Technology Sydney. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/11/2022	2 anos	Membro do Comitê de WHS e ESG		14/11/2022	Sim	14/11/2022

**Nome:** VINICIUS SILVEIRA CUNHA      **CPF:** 087.232.176-26      **Profissão:** Administrador de empresas      **Data de Nascimento:** 31/12/1992

**Experiência Profissional:**

Vinicius Cunha é Deputy Director da IG4 Capital. Antes do IG4 capital, Vinicius foi Controller e Gerente de Suprimentos da Shoulder (2018-2019), empresa de varejo de moda. Ele participou ativamente da recuperação financeira e operacional da empresa, contribuindo para o aumento da eficiência operacional, reestruturando a gestão do capital de giro e elevando os padrões de gestão e governança da empresa. Anteriormente, trabalhou na Casas Pernambucanas (2016-2018) nas áreas de Planejamento, Controle e Estratégia, e na estruturação da área de Suprimentos. Neste período, contribuiu na renegociação de diversos contratos, na implementação de uma filosofia de sourcing estratégico, na estruturação da área de suprimentos e na condução de processos de forecasting / budget. Vinicius é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e cursou sustentabilidade e aerodinâmica no Royal Melbourne Institute of Technology (RMIT), como parte do curso de Engenharia. O Sr. Cunha também é graduado em Programa Avançado de Finanças pelo Insper e possui certificação da ANBIMA (CGA e CGE) para gestão de carteiras de terceiros. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	14/11/2022	2 anos			14/11/2022	Sim	16/12/2021

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

### **7.7. - Acordos/seguros dos administradores**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **7.8 Outras informações relevantes**

### **7.8. - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### 8.1. - Política ou prática de remuneração

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) composição da remuneração, indicando:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,80	0,00	9,80
Nº de membros remunerados	1,00	4,80	0,00	5,80
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	288.000,00	3.828.000,00	0,00	4.116.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	392.197,39	0,00	392.197,39
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.912.000,00	0,00	2.912.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	177.000,00	0,00	177.000,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	
Total da remuneração	288.000,00	7.309.197,39	0,00	7.597.197,39

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,16	3,16	0,00	6,32
Nº de membros remunerados	1,00	3,16	0,00	4,16
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	51.200,00	2.034.900,00	0,00	2.086.100,00
Benefícios direto e indireto	0,00	250.622,99	0,00	250.622,99
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	755.000,00	0,00	755.000,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	
Total da remuneração	51.200,00	3.040.522,99	0,00	3.091.722,99

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	0,00	6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	216.000,00	1.736.000,00	0,00	1.952.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	92.967,72	0,00	92.967,72
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	
Total da remuneração	216.000,00	1.828.967,72	0,00	2.044.967,72

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

### 8.3 Remuneração variável

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

### **8.4. - Plano de remuneração baseado em ações**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **8.6 Outorga de opções de compra de ações**

### **8.6. - Outorga de opções de compra de ações**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.7 Opções em aberto

### 8.7. - Opções em aberto

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

### 8.8. - Opções exercidas e ações entregues

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

### **8.9. - Remuneração baseada em ações, a serem entregues diretamente aos beneficiários**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.10 Outorga de ações

### 8.10. - Outorga de ações

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.12 Precificação das ações/opções

### 8.12. - Precificação das ações/opções

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **8.13 Participações detidas por órgão**

### **8.13. - Participações detidas por órgão**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 8.14 Planos de previdência

### 8.14. - Planos de previdência

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **8.15 Remuneração mínima, média e máxima**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

### **8.16. - Mecanismos de remuneração/indenização**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração****8.17. - Percentual partes relacionadas na remuneração**

<b>Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$288.000,00	R\$7.309.197,39	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$2.232.204,65	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0,00%	30,54%	0,00%

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$51.200,00	R\$3.040.522,99	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$621.323,26	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0,00%	20,43%	0,00%

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$216.000,00	R\$1.828.967,72	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$216.000,00	R\$786.989,24	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	100,00%	43,03%	0,00%

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0,00%	0,00%	0,00%

## **8.18 Remuneração - Outras funções**

### **8.18. - Remuneração – Outras funções**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada****8.19. - Remuneração reconhecida no controlador/controlada**

<b>Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos ou indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedade sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

## **8.20 Outras informações relevantes**

### **8.20. - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>010324</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
01/11/2020	01/01/2021		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a serem preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board “IASB”).			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$152.787,00.			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não aplicável.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não aplicável.			

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>003859</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
09/09/2022	01/01/2023		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social a findar em 31 de dezembro de 2023 e revisão das informações financeiras intermediárias do período findo em 31/03/2023, a ser preparada de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board “IASB”); e (ii) Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a serem preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade- IFRS emitidas pela IASB.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$1.062.571,00. Para a revisão do trimestre encerrado em 31 de março de 2023, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$70.000,00.			
<b>Justificativa da substituição</b>			

O auditor independente anterior (BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada), que foi o auditor do antigo acionista (CGG) até 2020, sendo substituído pelo novo auditor independente (Deloitte), em decorrência da mudança de controle da Companhia.

**Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa**

Não aplicável.

.....

## **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

### **9.3. - Independência e conflito de interesses dos auditores**

Item não aplicável, considerando que os auditores independentes não prestaram quaisquer serviços além de auditoria externa, conforme descrito nos itens 9.1/2 acima.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **9.4. - Outras informações relevantes**

Não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes com relação aos assuntos tratados nesta Seção 9.

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

### 10.1. - Descrição dos recursos humanos

**a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

**c) índice de rotatividade**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 10.2 Alterações relevantes

### 10.2. - Alterações relevantes

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### 10.3. - Políticas e práticas de remuneração dos empregados:

#### **a) política de salários e remuneração variável**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **b) política de benefícios**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **10.4 Relações entre emissor e sindicatos**

### **10.4. - Relações entre o emissor e sindicatos**

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## **10.5 Outras informações relevantes**

### **10.5. - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### 11.1. - Regras, políticas e práticas

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Biosev Bioenergia S.A.	01/04/2022	2.002.057,52	0	Nã.o a.pli.cáv.el	17 anos.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era “Controlador em comum”					
<b>Objeto contrato</b>	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados em 2022 e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Serviço de elevação portuária para empresa que pertence ao grupo econômico da Rumo S.A.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Companhia de Gás de São Paulo – COMGAS	01/01/2020	1.193.982,73	0	Não aplicável.	Indeterminado.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era “Controlador em comum”					
<b>Objeto contrato</b>	O produto é adquirido via requisição de compras – spot entre as empresas do grupo Rumo S.A. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Fornecimento de gás.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Consórcio Tegram-Itaqui	04/05/2012	26.920.362,00	911.000,00	Não aplicável.	25 anos	0
<b>Relação com o emissor</b>	CLI é uma das quatro consorciadas					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Aporte realizado na proporção da participação da CLI para que o Consórcio possa gerir, operar e manter as áreas comuns. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo "saldo existente" corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item "11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas", em seu subitem (o), (vii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Rateio de despesas de área comum					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	01/01/2022	992.000,00	0	Não aplicável.	Indeterminado.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era "Controlador em comum".					
<b>Objeto contrato</b>	O produto é adquirido via requisição de compras – spot. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" e no campo "saldo existente" corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item "11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas", em seu subitem (o), (v)					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compra de lubrificantes para utilização nas atividades operacionais					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Logispot Armazéns Gerais S.A.	24/05/2018	19.737.128,35	0	Não aplicável.	Indeterminada.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era "Controlador em comum".					
<b>Objeto contrato</b>	Locação do imóvel situado na Avenida São Judas Tadeu, nº 880, Sumaré, Estado de São Paulo, matriculado sob o nº91.262, no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo "saldo existente" corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item "11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas", em seu subitem (o), (iv)					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O contrato poderá ser rescindido, sem ônus a qualquer das partes, bastando para tanto a comunicação de uma parte à outra da sua intenção, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Contrato de locação de armazém para estoque de produtos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	14/11/2022	303.600,00	0	Não aplicável.	6 meses	0
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora da EPSA					
<b>Objeto contrato</b>	Estabelece os termos e condições aplicáveis à prestação, pela Rumo à EPSA, dos serviços de tratoristas/manobradores, bem como serviços transitórios, serviços corporativos, serviços de handover e ocupação do espaço físico, necessários à continuidade da gestão, operação e manutenção operações das Partes no Curso Normal dos Negócios. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados em 2022 e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	(i) aviso prévio escrito enviado à Rumo com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, sem qualquer penalidade devida; (ii) decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da outra parte; (iii) Pela EPSA, caso a Rumo deixe de atender aos padrões de qualidade, eficiência, consistência e prioridade requeridos pela EPSA no Curso Normal dos Negócios, e tal situação não seja sanada em até 15 (quinze) dias contados do recebimento, pela Rumo, de notificação enviada pela EPSA neste sentido.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prestação de serviços necessários à continuidade da gestão, operação e manutenção operações da EPSA e da Rumo no Curso Normal dos Negócios.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Raízen Energia S.A. e controladas	01/04/2019	11.918.000,00	11.918.000,00	Não aplicável.	17 anos	0
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada					
<b>Objeto contrato</b>	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (vi).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Serviço de elevação portuária para empresa que pertence ao grupo econômico da Rumo S.A.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Raízen Energia S.A. e controladas	01/04/2019	284.079.216,79	0	Não aplicável.	17 anos	0
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada					
<b>Objeto contrato</b>	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 4 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Provisão de despacho conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Raízen International Universal Corporation	01/04/2019	2.108.622,02	0	N.ão .apl.icá.vel	17 anos.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada					
<b>Objeto contrato</b>	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Serviço de elevação portuária para empresa que pertence ao grupo econômico da Rumo S.A.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Rumo Malha Norte S.A.	29/06/2021	17.547.415,18	0	Não aplicável.	5 anos.	0

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 2 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. para manutenção operações no curso normal dos negócios.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Rumo Malha Paulista S.A.	29/06/2021	926.680,20	0	Não aplicável.	5 anos	0
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 2 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. para manutenção operações no curso normal dos negócios.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Rumo Malha Sul S.A.	29/06/2021	2.163.556,37	0	Não aplicável.	5 anos.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 2 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. para manutenção operações no curso normal dos negócios.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rumo S.A.	14/11/2022	133.723.000,00	133.723.000,00	Não aplicável.	18 meses	0
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA					
<b>Objeto contrato</b>	Os antigos controladores da EPSA (Rumo S.A.) terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio, e está condicionado realização da incorporação da EPSA pela CLI Sul, controlada da Companhia, no prazo de 18 meses. O valor justo dessa contraprestação contingente na data da aquisição da EPSA é de R\$133.723.000,00. Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (i).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Valor adicional a ser recebido em função da performance do negócio.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Rumo S.A.	01/01/2020	82.593.135,17	4.441.000,00	Não aplicável.	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA					
<b>Objeto contrato</b>	O saldo de contas a receber, no ativo circulante, são rateios de despesas administrativas entre as empresas grupo Rumo com preços e condições determinados entre as partes. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Rateio de despesas.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Rumo S.A.	01/01/2020	82.593.135,17	18.140.000,00	Não aplicável.	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA					
<b>Objeto contrato</b>	E o saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023 Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii).					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Rateio de despesas.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Rumo S.A.	29/06/2021	4.592.528,82	0	Não aplicável.	5 anos.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 2 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (ii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A. para manutenção operações no curso normal dos negócios.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Rumo S.A.	01/04/2019	11.918.000,00	11.918.000,00	Não aplicável.	17 anos	0
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA.					
<b>Objeto contrato</b>	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (vi).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Serviço de elevação portuária para empresa que pertence ao grupo econômico da Rumo S.A.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rumo S.A.	17/08/2018	50.639.683,65	0	Não aplicável.	Indeterminado.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação das estruturas do terminal de transbordo e armazenagem de cargas localizado no município de Itirapina e Jaú. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iv).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O contrato poderá ser rescindido, sem ônus a qualquer das partes, bastando para tanto a comunicação de uma parte à outra da sua intenção, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Contrato de locação de armazém para estoque de produtos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Wilmar Sugar Pte Ltd	09/11/2018	78.250.634,40	0	Não aplicável.	Indeterminada.	0
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era “Controlador em comum”.					
<b>Objeto contrato</b>	(i) armazenagem do produto no terminal; e (ii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 4 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023. Para maiores informações, veja abaixo o item “11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas”, em seu subitem (o), (iii).					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	(i) dissolução, falência ou liquidação judicial ou extrajudicial da outra Parte ou sua declaração de insolvência, (ii) descumprimento das regras ESG previstas no Contrato; ou, ainda, (iii) na hipótese de descumprimento substancial de qualquer uma das cláusulas ou condições deste instrumento, sem que tal descumprimento tenha sido sanado no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Serviço de elevação portuária para empresa que pertence ao grupo econômico da Rumo S.A. As condições comerciais são as mesmas praticadas no mercado para outros clientes.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'****11.2 (n) e (o). Transações com partes relacionadas:****(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Para evitar a materialização de conflitos de interesses, a Companhia adota as práticas de governança corporativa e os procedimentos exigidos pela legislação e políticas internas, especialmente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Política de Interação com Agentes Públicos e Terceiros adotada pela Companhia e disponível no site da Companhia. Para mais informações acerca da Política de Interação com Agentes Públicos e Terceiros, veja item 5.3 (a) deste Formulário de Referência.

**(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Com relação aos contratos que constam no item 11.2, podemos demonstrar o caráter estritamente comutativo da seguinte forma:

**(i) Valor adicional a ser recebido em função da performance do negócio**

<b>Parte relacionada</b>	Rumo S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	02.387.241/0001-60
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA
<b>Objeto contrato</b>	Os antigos controladores da EPSA (Rumo S.A.) terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio, e está condicionado realização da incorporação da EPSA pela CLI Sul, controlada da Companhia, no prazo de 18 meses.

Trata-se de mecanismo de compensação (*earn-out*) negociado no contexto da aquisição da EPSA pela CLI Sul, e se relaciona a eventuais movimentações societárias envolvendo a EPSA que porventura venham a ocorrer dentro do período de 18 (dezoito) meses a contar do fechamento da transação. Assim sendo, a negociação de referido valor adicional foi efetuada anteriormente à caracterização da Rumo como parte relacionada, e, portanto, entre partes independentes que na ocasião estavam devidamente apoiadas por assessores financeiros, contábeis e legais, e foi computada como parte do preço de aquisição da EPSA.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

## (ii) Rateio de despesas

<b>Parte relacionada</b>	Rumo S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	02.387.241/0001-60
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA
<b>Objeto contrato</b>	O saldo de contas a receber, no ativo circulante, são rateios de despesas administrativas entre as empresas grupo Rumo com preços e condições determinados entre as partes.

<b>Parte relacionada</b>	Rumo S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	<b>Pessoa Jurídica</b>
<b>CPF ou CNPJ</b>	<b>02.387.241/0001-60</b>
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA
<b>Objeto contrato</b>	E o saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo.

<b>Parte relacionada</b>	Rumo Malha Paulista S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	02.502.844/0001-66
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A.

<b>Parte relacionada</b>	Rumo Malha Sul S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	01.258.944/0001-26
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A.

<b>Parte relacionada</b>	Rumo Malha Norte S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica.
<b>CPF ou CNPJ</b>	24.962.466/0001-36
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

<b>Parte relacionada</b>	Rumo S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	02.387.241/0001-60
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA.
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas entre as empresas do grupo Rumo S.A.

<b>Parte relacionada</b>	Portofer Transporte Ferroviário Ltda.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	03.835.338/0001-51.
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora da EPSA
<b>Objeto contrato</b>	Estabelece os termos e condições aplicáveis à prestação, pela Rumo à EPSA, dos serviços de tratoristas/manobreadores, bem como serviços transitórios, serviços corporativos, serviços de <i>handover</i> e ocupação do espaço físico, necessários à continuidade da gestão, operação e manutenção operações das Partes no Curso Normal dos Negócios.

Contrato de Centro de Serviços Compartilhados ("Contrato de CSC") originalmente celebrado entre Rumo e EPSA anteriormente a aquisição da EPSA pela CLI Sul. No contexto da aquisição da EPSA pela CLI Sul, controlada da Companhia, foi acordada a continuidade da prestação dos serviços de compartilhamento de serviços de forma transitória, condição muito usual em transações desta natureza utilizada para permitir a devida adequação das áreas e departamentos internos da adquirente (CLI Sul) às atividades da adquirida (EPSA), mediante a assinatura do "*Contrato de Prestação de Serviços Transitórios e Corporativos e Outras Avenças*" entre Elevações Portuárias S.A. e Rumo S.A. em 14 de novembro de 2022 ("Contrato de Serviços Transitórios").

Assim sendo, a negociação do Contrato de Serviços Transitórios atualmente vigente foi efetuada anteriormente à caracterização da Rumo como parte relacionada, e, portanto, entre partes independentes que na ocasião estavam devidamente apoiadas por assessores financeiros, contábeis e legais, e foi computada como parte do preço de aquisição da EPSA.

O Contrato de Serviços Transitórios regula como serão prestados, transitoriamente, os serviços relativos às áreas de contabilidade, fiscal, compras de materiais e controle de ativos, serviços financeiros de recebimentos de clientes e pagamentos em geral, administração de pessoal (incluindo os serviços de manobreadores), tecnologia e inteligência aplicada nas informações, controle de projetos que envolvem as áreas supracitadas. Tal contrato apenas compartilha despesas, trazendo à CLI Sul a vantagem da economia de escala que beneficia todas as empresas atendidas pelo Contrato de Serviços Transitórios. A apuração do valor a ser cobrado de cada empresa é feita com base em métricas específicas de cada atividade/área cujos valores unitários apurados são aplicáveis a todas as empresas que compartilham esses serviços, com base nos quantitativos mensais apurados da demanda de cada

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

sociedade para cada atividade/área, tais como recursos humanos, *facilities*, segurança e saúde no trabalho, comunicação, sustentabilidade e meio ambiente, jurídico, suprimentos, tecnologia, finanças e áreas institucionais.

**(iii) Contratos de prestação de serviços operacionais**

<b>Parte relacionada</b>	Raízen Energia S.A. e controladas
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	08.070.508/0001-78
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada
<b>Objeto contrato</b>	<b>(i)</b> movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; <b>(ii)</b> armazenagem do Produto no terminal; e <b>(iii)</b> elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

<b>Parte relacionada</b>	Wilmar Sugar Pte Ltd
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	Não aplicável.
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era "Controlador em comum".
<b>Objeto contrato</b>	<b>(i)</b> armazenagem do produto no terminal; e <b>(ii)</b> elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

<b>Parte relacionada</b>	Raízen International Universal Corporation
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	Não aplicável.
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada
<b>Objeto contrato</b>	<b>(i)</b> movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; <b>(ii)</b> armazenagem do Produto no terminal; e <b>(iii)</b> elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

<b>Parte relacionada</b>	Biosev Bioenergia S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	15.527.906/0001-36
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era "Controlador em comum".
<b>Objeto contrato</b>	(i) movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; (ii) armazenagem do Produto no terminal; e (iii) elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

<b>Parte relacionada</b>	Companhia de Gás de São Paulo - COMGAS
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	61.856.571/0001-17
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era "Controlador em comum".
<b>Objeto contrato</b>	O produto é adquirido via requisição de compras – spot entre as empresas do grupo Rumo S.A.

Todos os contratos de prestação de serviços operacionais da EPSA, seja com partes relacionadas ou quaisquer terceiros independentes, obedeceram às mesmas práticas internas de determinação de preço e parâmetros comerciais. Tanto os contratos com terceiros independentes, quanto os com partes relacionadas, foram negociados sob a mesma faixa de preço e demais condições comerciais, com pequenas variações a depender do prazo, do volume e do mercado atendido (interno e externo), não tendo sido estabelecidas quaisquer condições não-equitativas para os contratos de prestação de serviços operacionais da EPSA com partes relacionadas.

Os contratos de prestação de serviços operacionais com partes relacionadas envolvem: **(a)** a EPSA, como prestadora dos serviços de armazenagem do produto no terminal e elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do açúcar; **(b)** a Rumo S.A. (antiga controladora e atual acionista minoritária da EPSA), como prestadora de serviços de logística, incluindo transporte ferroviário; e **(c)** como clientes, empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico ao qual a Rumo S.A. pertence.

Tais contratos foram analisados no contexto da aquisição da EPSA em novembro de 2022, momento no qual foi verificado pela equipe comercial da Companhia que os preços pelo serviço de elevação portuária (valores brutos – excluindo os tributos aplicáveis) e as condições comerciais praticadas para clientes, partes relacionadas ou não, encontravam-se, de forma geral, na mesma faixa.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Atualmente, referidos contratos estão em processo de revisão, tendo sido aplicados reajustes de preços, contudo, sendo mantidas as mesmas faixas de preços, tanto para partes relacionadas, quanto para terceiros independentes.

### (iv) Contratos de locação de armazéns para estoque de produtos

<b>Parte relacionada</b>	Logispot Armazéns Gerais S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	04.058.108/0001-96
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era "Controlador em comum".
<b>Objeto contrato</b>	Locação do imóvel situado na Avenida São Judas Tadeu, nº 880, Sumaré, Estado de São Paulo, matriculado sob o nº91.262, no Cartório de Registro de Imóveis de Sumaré.

<b>Parte relacionada</b>	Rumo S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	02.387.241/0001-60
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA.
<b>Objeto contrato</b>	Locação das estruturas do terminal de transbordo e armazenagem de cargas localizado no município de Itirapina e Jaú.

Trata-se de contratos de locação estratégicos para os negócios da CLI Sul, controlada da Companhia, cuja manutenção é necessária para a plena continuidade das atividades e negócios da EPSA, os quais foram firmados anteriormente à aquisição da EPSA pela Companhia. As locadoras de tais contratos são a Rumo S.A. e a Logispot Armazéns Gerais S.A., sociedade do grupo econômico da Rumo S.A.

Tais contratos fazem parte da estratégia de negócio da CLI Sul, controlada da Companhia, pois suas estruturas são localizadas dentro de terminais de transbordo e armazenagem de cargas no interior do estado de São Paulo que são utilizados pela EPSA para que esta possa fazer uso de regime tributário diferenciado, o qual foi concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 13 de abril de 2018, sob o nº 022892/2017 ("Regime Especial EPSA") e, assim, otimizar as atividades de elevação de cargas.

O Regime Especial EPSA permite que a EPSA preste serviços de elevação portuária mesmo que as cargas objeto desses serviços não estejam fisicamente nas suas instalações no Porto de Santos, mas desde que tais cargas estejam nos Terminais especificamente designados na decisão de deferimento do Regime Especial EPSA.

Assim, a EPSA utiliza os espaços e estruturas objeto de referidos contratos de locação em operações em que fornece serviços de elevação portuária, atuando em conjunto com a Rumo, que provê aos mesmos clientes serviços de transporte ferroviário e rodoviário.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Nesse sentido, em atendimento ao disposto no artigo 245 da Lei das Sociedades por Ações, considerando a característica personalíssima e estratégica da locação, a CLI Sul, controlada da Companhia, negociou detalhadamente os contratos de locação quando da aquisição da EPSA, estabelecendo o “*pagamento compensatório adequado*”, já que não haveria possibilidade de simplesmente buscar no mercado outros imóveis semelhantes nas mesmas localidades, dada a necessidade prática de utilizar-se dos espaços de armazenagem e estruturas que se encontram dentro dos terminais de transbordo.

Assim, qualquer alteração de local dos terminais de transbordo exigiria uma completa mudança no modelo de negócios da EPSA, com necessidade de qualificação de novos locais, um processo que pode exigir anos, e por esta razão tais contratos são essenciais aos negócios e atividades da CLI Sul, controlada da Companhia, e as bases negociadas refletem o pagamento compensatório adequado no entendimento da Companhia.

Por fim, como mencionado, considerando que estes contratos de locação são estratégicos e essenciais a continuidade do curso normal dos negócios da EPSA, tais contratos, quando de suas renovações, terão seus termos e condições reavaliados pelos órgãos internos da CLI Sul, controlada da Companhia, que deverão se certificar que os termos a serem contratados estarão em padrões usuais de mercado e atenderão aos melhores interesses da CLI Sul, controlada da Companhia, sendo certo que, após avaliação pelos órgãos da Administração da CLI Sul, controlada da Companhia, tal transação será ainda submetida à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do artigo 13, inciso (xiii) do Estatuto Social da CLI Sul, controlada da Companhia. Ademais, a CLI Sul, controlada da Companhia, possui o compromisso de estabelecer política própria de partes relacionadas para avaliar, dentre outras operações, a renovação destes contratos de locação.

### (v) **Compra de lubrificantes e combustíveis para utilização nas atividades operacionais**

<b>Parte relacionada</b>	Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica.
<b>CPF ou CNPJ</b>	33.000.092/0001-69
<b>Relação com o emissor</b>	Uma vez que até novembro de 2022, a Rumo S.A. era a controladora de Elevações Portuárias S.A., a relação à época era "Controlador em comum".
<b>Objeto contrato</b>	O produto é adquirido via requisição de compras – spot.

Trata-se de compra de lubrificantes e combustíveis para utilização nas atividades operacionais. A definição dos preços segue parâmetros de mercado preestabelecidos ou determinados conforme valor de mercado. Os preços dos lubrificantes, por exemplo, tomam como base os preços *spot* à época de cada compra, enquanto os preços dos combustíveis são fixados e ajustados conforme Deliberação 496 da ARSESP de 27/05/2014. Neste sentido, não há de se falar em qualquer prática não-equitativa na definição dos preços estipulados.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

**(vi) Pagamento de obrigações de *take-or-pay* referente à safra de 2021/2022**

<b>Parte relacionada</b>	Rumo S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	02.387.241/0001-60
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista minoritário da EPSA.
<b>Objeto contrato</b>	<b>(i)</b> movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; <b>(ii)</b> armazenagem do Produto no terminal; e <b>(iii)</b> elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

<b>Parte relacionada</b>	Raízen Energia S.A.
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	08.070.508/0001-78
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada
<b>Objeto contrato</b>	<b>(i)</b> movimentação e transporte de Produto (açúcar), por meio do embarque e expedição, rodoviário e/ou ferroviário; <b>(ii)</b> armazenagem do Produto no terminal; e <b>(iii)</b> elevação portuária, incluindo todos os serviços portuários necessários ao recebimento, pesagem, armazenagem, análise, segregação e conservação do açúcar, bem como o embarque a bordo dos navios para exportação do Produto.

Em meados de 2022, entre o período de assinatura dos documentos e o processo de fechamento da operação de aquisição, pela Companhia, das ações da EPSA, a Rumo (ainda na condição de controladora da EPSA) fez um novo acordo com a Raízen Energia S.A. no âmbito da transação, sem a anuência e/ou participação da Companhia, ou seja, anteriormente à caracterização de tais partes como partes relacionadas da Companhia, para alinhar como seria realizado o pagamento das obrigações de *take-or-pay* referente ao "Contrato de Prestação de Serviços de Logística e Elevação Portuária" celebrado entre Raízen Energia S.A., Raízen International Universal Corporation, Raízen Trading S.A., Rumo S.A., Rumo Paulista S.A. e Elevações Portuárias S.A., diante da quebra de safra ocorrida em 2021/2022. Nesse novo acordo a Raízen Energia S.A. aceitou pagar aproximadamente R\$24 milhões à EPSA referente à essa quebra, desde que, em contrapartida, a Rumo concedesse um desconto na tarifa no ano-safra de 2022/23 (o qual teve a sua medição encerrada apenas em 31/03/2023), no montante total estimado de R\$12,0 milhões.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

De toda forma, a CLI Sul, controlada da Companhia, entendeu ter ocorrido, em decorrência dos valores em questão, um claro e evidente descumprimento contratual no âmbito da aquisição das ações da EPSA, por não ter sido solicitado seu consentimento prévio – durante todo o período entre assinatura e fechamento da transação – para quaisquer acordos que criassem obrigações para a EPSA em valor superior a R\$1,0 milhão.

Tal negociação com a Raízen Energia S.A. configura, no entendimento da CLI Sul, controlada da Companhia, um novo acordo, porque, por meio dele, foi regradada uma situação absolutamente nova no âmbito do contrato comercial entre Raízen Energia S.A., Rumo e EPSA. Assim, ao inviabilizar a participação da CLI Sul, controlada da Companhia, nas negociações em questão, a Rumo impossibilitou que a CLI Sul, controlada da Companhia, definisse os parâmetros de desconto, ou se deveria mesmo existir qualquer desconto no contexto da quebra de safra de 21/22, causando, portanto, uma perda objetiva e direta e cabível de indenização pela Rumo à Companhia ainda no contexto da aquisição das ações da EPSA.

Dado o disposto acima, atualmente existe um saldo a receber e a pagar no montante de R\$12,0 milhões no ativo e passivo circulante consolidado da Companhia, sendo certo que os R\$12,0 milhões de passivo apresentado representam o valor a ser pago à Raízen Energia S.A. a título de “desconto”, conforme renegociado entre a Raízen Energia S.A., a Rumo e a EPSA, enquanto os R\$12,0 milhões de ativo representam o valor a ser recebido da Rumo a título de indenização no contexto da aquisição das ações da EPSA.

### (vii) Consórcio TEGRAM-Itaqui

<b>Parte relacionada</b>	Consórcio Tegram-Itaqui
<b>Pessoa Física ou Pessoa Jurídica</b>	Pessoa Jurídica
<b>CPF ou CNPJ</b>	15.731.984/0001-58
<b>Relação com o emissor</b>	CLI é uma das quatro consorciadas
<b>Objeto contrato</b>	Aporte realizado na proporção da participação da CLI para que o Consórcio possa gerir, operar e manter as áreas comuns. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos e no campo “saldo existente” corresponde aos valores em aberto em 31 de março de 2023.

Trata-se de contrato de consórcio, estabelecido por meio do “*Instrumento Particular de Constituição de Consórcio e Outras Avenças*”, firmado em 4 de maio de 2012 e seus aditamentos, entre a Companhia e outras três consorciadas (“Consórcio”) constituído para construir e, posteriormente, gerir, operar e manter as áreas comuns do Terminal de Grãos do Porto de Itaqui em São Luís/MA. Por meio do Consórcio, a Companhia realizou investimentos no terminal portuário inserido na poligonal do porto organizado do Itaqui, localizado na cidade de São Luís/MA e gerido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, conforme previsto no “*Contrato de Arrendamento Nº 010/2012-EMAP*” e seus aditamentos, e conforme previamente aprovados pelas autoridades públicas competentes.

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'**

Além dos investimentos, o Consórcio prevê contribuições das consorciadas para gerir, operar e manter as áreas comuns, sempre na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para cada consorciada, de forma equitativa. No primeiro semestre de 2020, a Companhia fez nova contribuição de forma antecipada para a ampliação e modernização do porto de Itaqui, sendo o montante antecipado parcialmente compensado durante a realização do empreendimento. O crédito existente em 31 de março de 2023 será compensado em contribuições futuras.

## **11.3 Outras informações relevantes**

### **11.3. - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/11/2023		716.604.454,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
164.955.410	11.239.603	176.195.013	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/11/2023		716.604.454,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
164.955.410	11.239.603	176.195.013	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/11/2023		716.604.454,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
164.955.410	11.239.603	176.195.013	



## 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

### 12.2. - Emissores estrangeiros – Direitos e regras

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	CLII12
<b>Data de emissão</b>	10/10/2022
<b>Data de vencimento</b>	10/10/2031
<b>Quantidade Unidade</b>	420.000
<b>Valor total R\$</b>	420.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	437.674.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As debêntures poderão negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>Resgate Antecipado Facultativo: O resgate poderá ocorrer a partir do 48º mês, a critério da Emissora. O valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total, e (ii) de prêmio de 0,75% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis pelo prazo remanescente das Debêntures, por Dias Úteis a decorrer entre a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão.</p> <p>Oferta de Resgate Antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, o valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.</p>
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	<p>Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na internet (<a href="http://www.b3.com.br">http://www.b3.com.br</a>), acrescida de uma sobretaxa de 3,50% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão.</p> <p>Garantias Reais: (a) alienação fiduciária de ações de emissão da Elevações Portuárias S.A. representando 52% do seu capital social detidas pela Garantidora; e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios.</p> <p>Agente Fiduciário: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</p>

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Mediante proposta da Emissora, a AGD poderá, por deliberação favorável de Debenturistas que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique em: (i) alteração (a) da Remuneração, (b) das Datas de Pagamento da Remuneração ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (c) da Data de Vencimento e da vigência das Debêntures, (d) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (e) da redação de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive sua exclusão; (f) dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, e (g) da espécie das Debêntures; (ii) redução ou substituição das Garantias Reais; e (iii) criação de evento de repactuação.
<b>Outras características relevantes</b>	As debêntures são depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
<hr/>	
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Ações Preferenciais
<b>Data de emissão</b>	14/11/2022
<b>Data de vencimento</b>	31/12/9999
<b>Quantidade</b>	11.239.603
<b>Unidade</b>	
<b>Valor total R\$</b>	45,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As Ações Preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma estipulada no Estatuto Social da Companhia); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias); não será admitida a conversão de parte das Ações Preferenciais, devendo obrigatoriamente ser realizada com relação a todas as Ações Preferenciais emitidas pela Companhia, desde que deliberado pela maioria dos titulares de Ações Preferenciais pela conversão.
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários (conforme abaixo definido) não pagos. Serão considerados como Dividendos Prioritários não pagos, (i) o montante do Dividendo Prioritário calculado com referência ao exercício social em curso no momento do resgate. i.e., calculados, pro rata, entre o último dia do exercício social anterior e a data que o resgate for aprovado; e (ii) descontados de qualquer Dividendo Prioritário, desde que referentes ao exercício social em curso, efetivamente declarados e distribuídos durante o exercício social em curso na data de aprovação do resgate. O preço do resgate será pago aos titulares das Ações Preferenciais, obrigatoriamente, na data de sua aprovação em Assembleia Geral, sendo o referido pagamento condição para a eficácia do respectivo resgate. Não será admitido o resgate de parte das Ações Preferenciais, devendo obrigatoriamente ser realizado com relação a todas as Ações Preferenciais emitidas pela Companhia.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

**Características dos valores mobiliários de dívida**

Prioridade no recebimento de Dividendos: As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou índice de inflação que o substituir, acrescido de um spread de 10% (dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia (“Dividendos Prioritários”).

Prioridade no reembolso de capital: As Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.

Direito a Voto: As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito, apenas para as matérias descritas no parágrafo 6º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia.

Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência nos aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

A alteração que resulte na perda dos direitos conferidos às Ações Preferenciais ou que crie outras obrigações incompatíveis com os direitos conferidos às Ações Preferenciais, deverá ser aprovada previamente pela maioria absoluta dos acionistas detentores de Ações Preferenciais, reunidos em Assembleia Geral Especial de detentores de Ações Preferenciais devidamente convocada na forma do Estatuto Social da Companhia.

**Outras características relevantes**

Por uma limitação do sistema, incluiu-se uma data de vencimento das ações preferenciais, entretanto, esclarecemos que esta não é aplicável.

---

**12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>Investidores Institucionais</b>
Debêntures	0	2	12

## **12.5 Mercados de negociação no Brasil**

### **12.5. - Mercados de negociação no Brasil**

As debêntures de emissão da Companhia estão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, que também realiza a liquidação financeira das negociações, bem como sua custódia eletrônica.

## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não existiam valores mobiliários de emissão da Companhia negociados em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não existiam títulos emitidos pela Companhia no exterior.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

### **12.8. - Destinação de recursos de ofertas públicas**

#### **a) *Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **b) *Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

#### **c) *Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios***

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

## 12.9 Outras informações relevantes

### 12.9. - Outras informações relevantes

No âmbito da 2ª emissão de debêntures da Companhia ("Emissora"), as ações que venham a ser de titularidade da CLI Sul S.A., controlada da Companhia, na Elevações Portuárias S.A. equivalentes a 52% do capital social foram dadas em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente de Liquidação, do Escriturador, da B3 e do Agente Fiduciário, e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário venha a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão.

## 13.0 Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Hélcio Tokeshi**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Carlos Gabriel Pradela Exposito Motta**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.1. Declaração do diretor presidente

Eu, **Hélcio Tokeshi**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13267243, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 077.656.978-38, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, na qualidade de Diretor Presidente da **Corredor Logística e Infraestrutura S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 15.114.494/0001-02 (“Companhia”) declaro que: **(i)** revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; **(ii)** todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades operacionais, financeiras e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

helcio.tokeshi@cli-br.com

Assinado



D4Sign

**Hélcio Tokeshi**

Diretor Presidente

**13.1 Declaração do diretor presidente**

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil  
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)  
Certificado de assinaturas gerado em 09 de November de 2023,  
12:23:23

**CLI Norte - Declaração do diretor presidente docx**

Código do documento 7c8eeb01-fbc2-4afe-9e64-e46ce6eb9cde

**Assinaturas**

Helcio Tokeshi  
helcio.tokeshi@cli-br.com  
Assinou como parte

**Eventos do documento****09 Nov 2023, 10:32:25**

Documento 7c8eeb01-fbc2-4afe-9e64-e46ce6eb9cde **criado** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email:juridico@cli-br.com. - DATE\_ATOM: 2023-11-09T10:32:25-03:00

**09 Nov 2023, 10:33:36**

Assinaturas **iniciadas** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email: juridico@cli-br.com. - DATE\_ATOM: 2023-11-09T10:33:36-03:00

**09 Nov 2023, 12:22:50**

HELICIO TOKESHI **Assinou como parte** (651ae0b0-64eb-4eb8-afbd-23118c7cb315) - Email: helcio.tokeshi@cli-br.com - IP: 177.188.157.70 (177-188-157-70.dsl.telesp.net.br porta: 2908) - Documento de identificação informado: 077.656.978-38 - DATE\_ATOM: 2023-11-09T12:22:50-03:00

**Hash do documento original**

(SHA256):0e8c183d0570592d9a59b0e86db28c7402da61af5d4fcd87770df7111cc2cdea

(SHA512):98013116fa64a523c1be0caa184b1056aa16c428c5759784c5eef9c25390f10790ed3430692f122c2498f71ef9e5c11c5a43fdcdc9a779fe8d07048c837aa3a7

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

## 13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13.1. Declaração do diretor de relações com investidores

Eu, **Carlos Gabriel Pradela Exposito Motta**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.652.849-0, expedida pela DIC/RJ, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 081.447.657-02, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Corredor Logística e Infraestrutura S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 10989- Conjunto 142- Brooklin Paulista, CEP 04578-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 15.114.494/0001-02 ("Companhia") declaro que: **(i)** revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; **(ii)** todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo gabriel.motta@cli-br.com financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Assinado  
  
D4Sign

**Carlos Gabriel Pradela Exposito Motta**  
Diretor de Relações com Investidores

**13.2 Declaração do diretor de relações com investidores**

2 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil  
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)  
Certificado de assinaturas gerado em 09 de November de 2023,  
11:06:03

**CLI Norte - Declaração do diretor de relações com investidores**  
docx

Código do documento 7f100f58-1f86-4d9f-953a-39dbc0018bfb

**Assinaturas**

carlos gabriel pradela exposito motta  
gabriel.motta@cli-br.com  
Assinou como parte

**Eventos do documento****09 Nov 2023, 10:33:56**

Documento 7f100f58-1f86-4d9f-953a-39dbc0018bfb **criado** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email:juridico@cli-br.com. - DATE\_ATOM: 2023-11-09T10:33:56-03:00

**09 Nov 2023, 10:34:22**

Assinaturas **iniciadas** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email: juridico@cli-br.com. - DATE\_ATOM: 2023-11-09T10:34:22-03:00

**09 Nov 2023, 10:45:34**

CARLOS GABRIEL PRADELA EXPOSITO MOTTA **Assinou como parte** (ba20487f-7a43-401e-ba4d-92bd506d2716) - Email: gabriel.motta@cli-br.com - IP: 189.100.68.214 (bd6444d6.virtua.com.br porta: 57696) - **Geolocalização: -23.59457 -46.692388** - Documento de identificação informado: 081.447.657-02 - DATE\_ATOM: 2023-11-09T10:45:34-03:00

**Hash do documento original**

(SHA256):17966982502c288c61480182eea2988518b61fbc052a919cb725622ee6bdd2b  
(SHA512):c6013b4ecc4aa66763d55073e59b01036b5113267c549d4bb0b7c7d6931fe371d238f0b644d4f5530532e19c5e3e82d677d8fd6408f62283c3eb9bf159e8266

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

### **13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**

#### **13.3. - Declaração do diretor presidente/relações com investidores:**

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas no item 13.1 acima.